

# REVISTA ARMADA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA MARINHA • Nº 416 • ANO XXXVII

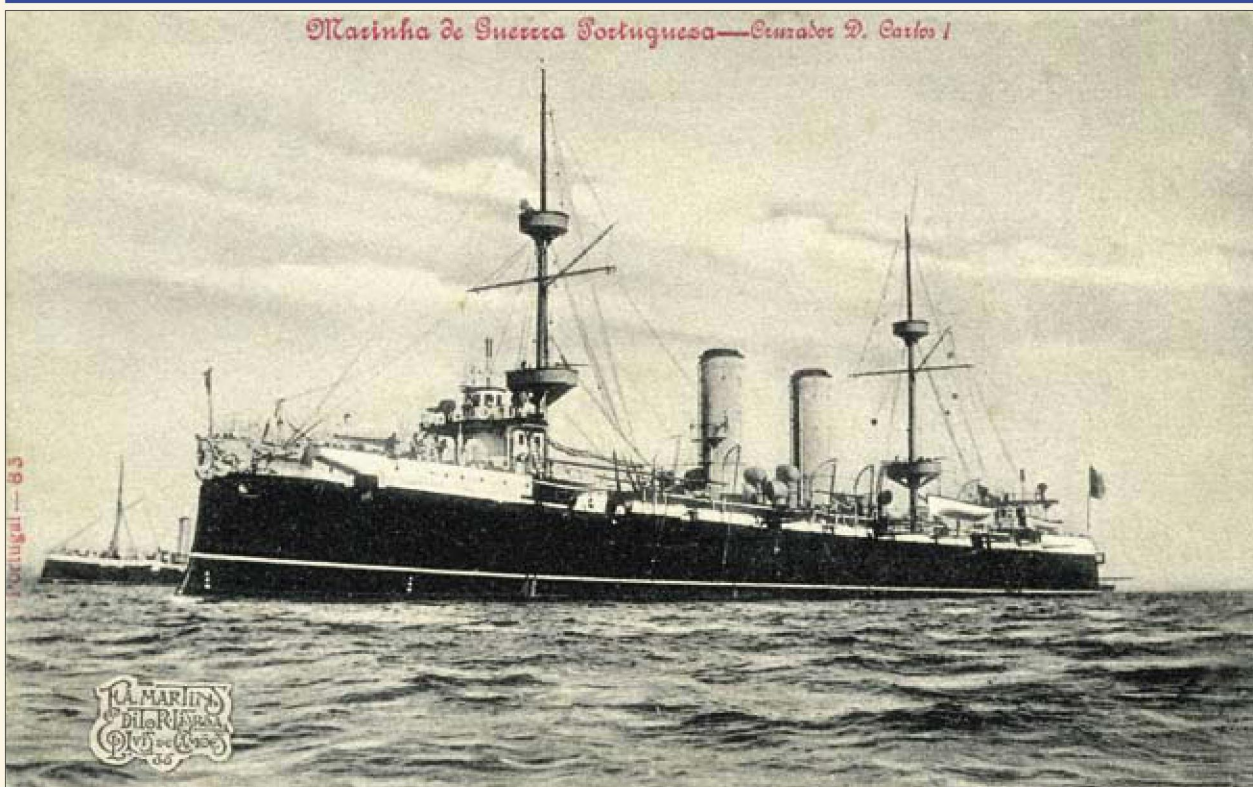
FEVEREIRO 2008 • MENSAL • € 1,50



***CORVETA PORTUGUESA  
NA EUROMARFOR***



# Fotografias Antigas, Inéditas ou Curiosas



Colectão CALM Roque Martins

A Marinha atribuiu o nome do rei D. Carlos I a dois dos seus navios.

O primeiro foi o Cruzador "D. Carlos I", construído nos Estaleiros da Casa Armstrong em Newcastle on Tyne e entregue à Marinha em 08 de Julho de 1899. Tinha um deslocamento de 4.100 toneladas e uma velocidade de 22 nós e estava armado com 12 peças Armstrong (4 de 150 mm e 8 de 120 mm) e 16 peças Hotchkiss (14 de 47 mm e 2 de 32 mm), 3 metralhadoras Nordenfellt de 6,5 mm, 3 tubos lança torpedos e 2 tubos lança torpedos submersos. A sua lotação era de 442 elementos (20 oficiais, 46 sargentos e 376 praças). Foi, até hoje, o maior navio combatente da Armada.

Em 28 de Fevereiro de 1997, quase cem anos após a entrega do Cruzador "D. Carlos I", a Marinha atribuiu novamente o nome de D. Carlos I a um navio. Cedido pelos EUA., inicialmente concebido para vigilância submarina, foi transformado em navio para o desempenho de missões hidro-oceanográficas no Arsenal do Alfeite. Para tal foram instalados 1 sistema sondador multifeixe, 1 perfilador acústico de correntes, guinchos e aparelhos de força (incluindo dois novos pórticos), equipamentos de navegação, 1 CTD ondulante e uma embarcação de sondagem. O seu deslocamento é de 2300 ton e a lotação de 34 elementos (6 oficiais, 7 sargentos e 21 praças).

Navio Hidrográfico "D. Carlos I"





Publicação Oficial da Marinha

Periodicidade mensal  
Nº 416 • Ano XXXVII  
Fevereiro 2008

**Director**

CALM EMQ

Luís Augusto Roque Martins

**Chefe de Redacção**

CMG Joaquim Manuel de S. Vaz Ferreira

**Redacção**

2TEN TSN Ana Alexandra Gago de Brito

**Secretário de Redacção**

1SAR M António Manuel L. Pires Afonso

**Colaboradores Permanentes**

CFR Jorge Manuel Patrício Gorjão

CFR FZ Luís Jorge R. Semedo de Matos

CFR SEG Abel Ivo de Melo e Sousa

1TEN Dr. Rui M. Ramalho Ortigão Neves

**Administração, Redacção e Publicidade**

Revista da Armada

Edifício das Instalações

Centrais da Marinha

Rua do Arsenal

1149-001 Lisboa - Portugal

Telef: 21 321 76 50

Fax: 21 347 36 24

**Endereço da Marinha na Internet**

<http://www.marinha.pt>

**e-mail da Revista da Armada**

[revista.armada@marinha.pt](mailto:revista.armada@marinha.pt)

**Fotocomposição,  
paginação electrónica, fotolito,  
montagem e produção**

Página Ímpar, Lda.

Estrada de Benfica, 317 - 1º F

1500-074 Lisboa

**Tiragem média mensal:**

6000 exemplares

**Preço de venda avulso:** € 1,50

Registada na DGI em 6/4/73

com o nº 44/23

Depósito Legal nº 55737/92

ISSN 0870-9343



ANUNCIANTES:  
ROHDE & SCHWARZ, Lda.

## SUMÁRIO



# 4

A Página de El-Rei.

# 13

O Dia em que o Atlântico mudou.

- 29 de Novembro de 1807 -



# 18

D. Carlos I.  
O Rei, o Artista e o  
Homem de Ciência.



# 24

50 Anos no Espaço.



FOTOGRAFIAS ANTIGAS, INÉDITAS OU CURIOSAS	2
CORVETA PORTUGUESA NA EUROMARFOR	5
O NRP "ÁLVARES CABRAL" NA SNMG1. CONCLUSÃO	6
A MARINHA NA 1ª FASE DA GUERRA EM ANGOLA. CONCLUSÃO	8
1807: O EMBARQUE DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL. INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO	11
ABERTURA SOLENE DO ANO ACADÉMICO NA ESCOLA NAVAL	12
ACADEMIA MARINHA. PARTIDA DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL	16
O COMANDANTE DA ESCOLA NAVAL DO BRASIL VISITA ESCOLA NAVAL PORTUGUESA	17
A MARINHA D. JOÃO III (31)	22
TOMADA DE POSSE / ENTREGA DE COMANDO	23
PÁGINA DA SAÚDE (8) / NOTÍCIA	26
"AS FORÇAS ARMADAS E A DEFESA NACIONAL". LIVRO DA AUTORIA DO VALM PIRES NEVES	27
A OPERAÇÃO "CROCODILO" (GUINÉ-1998). RELATADA NO LIVRO "BISSAU EM CHAMAS"	28
ALIMENTE A SUA SAÚDE (9) / NOTÍCIA	29
HISTÓRIAS DA BOTICA (55)	30
NOTÍCIAS	31
QUARTO DE FOLGA / BANDA DESENHADA	33
NOTÍCIAS PESSOAIS / CONVÍVIOS	34
INSTALAÇÕES DA MARINHA	CONTRACAPA



# A PÁGINA DE EL-REI

**E**m 1999 na preparação do número de Agosto da Revista da Armada tornava-se necessário escolher a capa, normalmente relacionada com os artigos mais salientes constantes em cada revista.

Assim, seleccionado o artigo que daria a capa – O Cruzador “D. Carlos I” e “Almirante Reis”. A propósito do seu Centenário - trabalho de grande fôlego desenvolvido pelos então CMG EMQ David e Silva e CTEN EMQ Garcia Belo, passou-se à fase da escolha da fotografia ou pintura que desse uma boa capa.

Apreciados os inúmeros documentos alusivos ao cruzador “D Carlos I”, a nossa atenção prendeu-se com a litografia de uma aguarela do navio, assinada por D. Carlos, com data de 1899, que estava colada num cartão e integrada na vastíssima documentação fotográfica da “Colecção Seixas” no Museu de Marinha.

Trata-se efectivamente de uma interessantíssima imagem do cruzador, pela amura de BB, em que o traço e as cores tem a marca inconfundível do Rei.

Escolhida a peça da capa, haveria agora de colher a informação suficiente para completar a sua identificação, designadamente onde estaria o trabalho original e a quem pertenceria.

Iniciou-se então uma tarefa de pesquisa que nos levou aos Museus de Marinha, de Arte Contemporânea e do Mar em Cascais, aos Palácios Nacionais da Ajuda, de Queluz e de Vila Viçosa e averiguar, junto de conhecidos historiadores de arte, o possível paradeiro do original. Tudo em vão!

E assim, a R. A. nº 323 de Agosto de 1999 ostentava na sua capa a reprodução da aguarela do Cruzador D. Carlos, com a assinatura Carlos 1899 e sem qualquer outro elemento de identificação.

Passou algum tempo até que em Junho de 2005, o Diário da Notícias (DN), ao celebrar os seus 140 anos, organizou uma Exposição Comemorativa na Cordoaria Nacional e simultaneamente foi trazendo nas suas páginas uma evocação de temas tratados ao longo da sua existência.

Acontece então o inesperado. O DN de 09 de Junho de 2005 em artigo da jornalista Madalena Esteves, com o título “A real colaboração de D. Carlos I” publica a referida aguarela do cruzador, mas que em relação à reprodução encontrada na “Colecção Seixas” do Museu de Marinha tinha aposta, na parte inferior, o seguinte – “A PÁGINA DE EL-REI”.

Com a nova pista, pesquisou-se agora os Arquivos do DN, onde se verificou que aquele jornal no final do século XIX publicava, de forma não periódica, uma separata em formato de caderno e em papel *couché*, que era vendida com o jornal e que se intitulava Diário de Notícias Ilustrado. Este opúsculo associava uma parte cultural, constituída por poesia, prosa, música e banda desenhada com belas ilustrações de conhecidos colaboradores era completada por variada publicidade.

Ora o “D.N. Ilustrado” a que nos estamos a referir saiu no Natal de 1899 sendo anunciado no jornal de 16 de Dezembro da forma que se pode observar à direita, em caixa, e onde vem mencionado a colaboração de vários autores como João Vaz, D. Carlos I, Conde de Arroso, Casanaova, Mouzinho de Albuquerque, Sousa Viterbo, Guerra Junqueiro, Tomaz Ribeiro, Vianna da Motta, Joaquim Bastos e Rafael Bordalo Pinheiro.

O curioso de tudo isto é que Henrique Seixas, grande amigo da Marinha e de tudo o que com ela dizia respeito, teve conhecimento daquele “D.N. Ilustrado” e reparou na reprodução da aguarela do Rei, não conseguindo obter o original, retirou aquela página e colou em cartão, mas com o pormenor de ter cortado a folha em baixo onde estava escrito “Página de EL-REI” tornando deste modo mais difícil o estudo do processo.

A capa da Revista da Armada nº 323, ficou mais caracterizada e pode ser que um dia se consiga saber onde está a aguarela original e quem a possui.



A PÁGINA DE EL-REI

ADMINISTRADOR: J. Pereira—EMERSON: J. Baptista Borges  
 Redacção, administração e impressão na  
 Tipographia Universal—Rua do Diário da Notícia, 110—Lisboa

**SABBADO 16 DE DEZEMBRO**  
 Numero avulso 10 reis

ASSIGNATURA, com direito a um grande annual para adiantado.—Lisboa, 1 mes, 100 reis; 3 meses, 270 reis; 6 meses, 480 reis.—Provincias e ilhas (com valor postal), 4 Ann. rescriptado, 3 mezes, 920 reis. Para o ultramar e estrangeiro accresce a franquia do cartão.

**Diario de Noticias**  
 ILLUSTRADO  
 NUMERO DO NATAL  
 GRANDE EDICAO DE LUXO

SUMMARIO  
 A CAPA

O Centenario da capa e constituido por uma deliciosa aguarela de J. VAZ, o ultimo pueril e soberbo da Escola de Marzagao, representando uma cruetemha celebrada antes a bordo do navio. A aguarela foi vendida, posta a um lado do quadro, descurando assim a gloria d'aquella scena.

**O TEXTO**  
 A pagina de El-Rei  
 A primeira pagina é occupada por uma symbolica aguarela de EL-REI representando o cruzador D. Carlos, e tocada por um de seus reis, tanto no deserto do vaso de guerra como no do oceano e do mar.

**Notas de Natal**  
 Primeiro conto de CONDE DE ARROSO, com bellas illustrações de CASANOVA.  
 Um Natal no Limpopo  
 Bella narrativa de MOUSINHO DE ALBUQUERQUE, illustração de CASANOVA.  
 Judas Vingador  
 (Quadro de estatuas pertencentes)  
 Interssantissimo conto do Sr. SOUZA NETEIRO, com illustrações de JULLIO COSTA.  
 Ao luar  
 Bellissima poesia de GUERRA JUNQUEIRO, com uma illustração de DR. GONCALVES GUELLI.  
 Um bom-scenorio  
 Inspirada poesia de TOMAZ RIBEIRO, com um fermoso quadro de grande poder BOEIA PINHEIRO.  
 Haile infantil  
 Musica do illustre poeta VIANNA DA MOTTA, com illustrações de ALFREDO DE MORAES.  
 Pelos filhos!  
 Reprodução em semi-gravura de um viciado photographico do illustre autor JUAQUIM BASTOS.  
 Theatro por fora e por dentro  
 Caracteres engracados de RAFAEL BORDALO PINHEIRO.

**SECÇÃO DE PUBLICIDADE**  
 Nesta secção figuram annuncios das principaes casas commerciaes e industriaes do pais e de algumas do Brazil, todos em bellas illustrações de maior effeito.

**PREÇO 600 REIS**  
 Para os assignantes do DIARIO DE NOTÍCIAS, 500 reis, podendo requisitar os exemplares nas distribuições d'esta folha.  
 Pelo cartão accresce a franquia de 10 reis.  
 Rescriptos, com pagamento adiantado.  
 A Administracão do DIARIO DE NOTÍCIAS — Lisboa.  
 A venda nas Livrarias  
 Galeria Nacional e outras lugares de costume.

Internacional de la Paiz, de Berlim, manifestando peccado os poderes publicos os seus deslezes e vollos sua referencia a guerra anglo-boer.  
 Como homenagem parte, pela primeira vez nos trabalhos da Liga de San. José Nuno de Matta e de Paula de Paiz e Frayre Frayre, e de outros illustres accresce o contido para d'ella. (primeira parte da publicação de artigos, a 2.ª de A. de Ray Collado e de sua continuação, o illustre Conde de Arroso, o illustre—estatuas de sua obra, e de outras illustrações por seus factos e de outros de Geographia pela sua cooperacão.)

**Junta de ajuda naval**  
 Ilustre lenda e festa de ajuda naval, celebrando 63 dias de viagem ao 1.º Janeiro Sr. Abel Bonferrado de Costa, e de machina de 1.ª classe Sr. Malagães Antonio Paiz.

**O Natal dos nossos pobres**  
 O Natal é a festa symbolica da caridade. Celebra-se, repartindo alguma coisa com os pobres.  
 Por limitados que sejam os vossos haveres, sempre haveres de possuir alguma coisa que vos não faça falta, e esse superfluo, por pouco que seja, é a riqueza dos que tem menos que vos.  
 Se ao não aproveita o que se gasta inutilmente e o que se dá ao pobre não é uma despesa; é uma verba que se investe no Nonio-pio Celeste. Haveres de encontrar capitalisada um dia.  
 Mais uma vez supplicamos a vossa generosidade em nome dos nossos pobres. Santificar a vossa festa, satisfazendo os que se alegram e os que se alimentam com esta esperanca.  
 Não augmenteis a sua miseria, illudindo-lhe a especialidade de todos os annos!

Transporte..... 228000  
 Da posta assignante  
 C. R., suffragando a alma de seu irmão, para 12 pobres cegos e entreados... 64000  
 De um anonymo, para Francisco Dominges de Oliveira, T. do 3.

Luis A. Roque Martins  
 CALM EMQ



# Corveta portuguesa na Euromarfor

**D**urante a terceira activação da EUROMARFOR - European Maritime Force, o N.R.P. "António Enes" participou, de 25 a 30 de Novembro, no Multicooperative Exercise 2007, ao largo da Argélia.

A EUROMARFOR, criada em 1995 por Portugal, Espanha, França e Itália, no contexto da União Europeia Ocidental (UEO) e no cumprimento da Declaração de Petersberg, consiste numa força naval, pré-estruturada e não permanente, vocacionada para o cumprimento de missões humanitárias, de manutenção de paz e de forças de combate para a gestão de crises, incluindo operações de imposição da Paz.

O "Multicooperative Exercise 2007", que tem como objectivo promover a realização de actividades comuns no mar em cooperação entre as marinhas dos países do sul do Mediterrâneo, particularmente no campo da interoperabilidade e flexibilidade das unidades navais, contou com a participação da Marinha argelina, convidada para o exercício.

A "António Enes" largou da Base Naval de Lisboa, no dia 23 de Novembro, rumo ao Mediterrâneo para integrar a 25 de Novembro, com a fragata italiana ITS "Espero", navio chefe da força e com as corvetas SPS "Infanta Cristina" pela Espanha e FS "Enseigne de Vaisseau Jacobet" pela França, a TG 460.01, sob o comando do CPT Sandro Fabiani Latini, COMGRUEUROMARFOR, da Marinha italiana.

Logo que atravessado o Estreito de Gibraltar, sob o efeito conjunto de dois centros depressionários, o Mediterrâneo "enfureceu-se" violentamente e, a "António Enes" fustigada pelo vento ciclónico e tragada pelo mar de proa alto e curto, rumou e estoicamente resistiu durante 48 horas até se juntar no Porto de Oran, na Argélia, aos navios da força, entretanto já atracados devido àquelas más condições de mar.

No dia 26 de Novembro, o Comandante da "António Enes", CFR Santos Oliveira, após apresentar cumprimentos ao Coronel Benmedah Mahfoud, Comandante da Zona Marítima Oeste da Argélia, deslocou-se a bordo do ITS "Espero" para participar na cerimónia protocolar da activação da EUROMARFOR, presidida pelo VALM Giuseppe Lertora, COMEUROMARFOR, onde estiveram presentes os representantes diplomáticos dos países fundadores acreditados na Argélia e demais entidades argelinas. Na cerimónia participaram delegações de oficiais, sargentos e praças dos navios empunhando os estandartes nacionais. No final do evento, hasteada em simultâneo a bandeira da EUROMARFOR

na adriça de estibordo, realizou-se a conferência de imprensa seguida de um almoço oferecido pelo COMEUROMARFOR a todos as entidades presentes e comandantes dos navios.

Devido às adversas condições meteorológicas e de mar que teimaram em persistir no Mediterrâneo ocidental, a TG 460.01 permaneceu atracada no porto de Oran até 27 de Novembro, período em que se realizaram as várias conferências e reuniões preparatórias para acerto de detalhes da fase de mar do exercício. Enquanto atracados, realizaram-se diversas séries transversais a diferentes áreas, das emergências às operações, com exercícios de combate a incêndios, operações de interdição



marítima, "Maritime Interdiction Operations" – MIO, e de comunicações. Também a permanência no porto, para além de servir para mostrar a nossa corveta, proporcionou à guarnição a oportunidade para visitar aquela cidade do Norte de África e realizar um jantar convívio a bordo ITS "Espero" para todas as guarnições, ocasião que permitiu divulgar a excelente cozinha lusitana e a hospitalidade e sã camaradagem que caracterizam a Marinha Portuguesa.

Retemperadas as forças, em 28 de Novembro a TG 460.01 fez-se ao mar, na companhia da fragata argelina "Rais Corso", onde a "António Enes" participou em diversas séries planeadas com "Officer Conducting the Serial" - OCS, tendo sido executados exercícios de manobras e evoluções com fotografia da Força, Combate a Incêndios, Compilação do panorama de superfície, operações MIO e de Busca e Salvamento – SAR, tendo a nossa corveta um papel preponderante na acção. Nesta fase, um oficial da Marinha Argelina embarcou na "António Enes", permitindo a ligação entre a Marinha Argelina e a Portuguesa através da partilha de boas práticas e

conhecimentos, cimentando um relacionamento de camaradagem e cooperação entre as duas marinhas.

Com a realização do Distinguished Visitors Day – DV Day, em 29 de Novembro, que permitiu a consolidação da prestação da força, na presença dos mais altos signatários da Marinha argelina e do COMEUROMARFOR, deu-se a desintegração da TG 460.01, sendo arreada a bandeira da EUROMARFOR, dirigindo-se os navios para os respectivos portos de origem.

Ouvidas as palavras dirigidas pelo COMEUROMARFOR e pelo COMGRUEUROMARFOR de agradecimento pela participação no "Multicooperative Exercise 2007", tecendo fortes elogios à prestação, empenhamento e dedicação dos navios da força, ficou, mais uma vez, o sentido do dever bem cumprido, honrando as cores da Marinha de Guerra Portuguesa e, consequentemente, de Portugal.

Finda a participação na terceira activação da EUROMARFOR, já a "António Enes" rumava ao porto de Cartagena em Espanha, houve ainda oportunidade para efectuar um Passex com a fragata argelina, "Rais Corso", para treino da interoperabilidade entre as duas

unidades navais, honrando os compromissos internacionais assumidos por Portugal e pela Marinha argelina.

A participação da "António Enes" numa iniciativa desta importância, além da primazia no adestramento da guarnição, assumiu particular relevância a presença da Bandeira Portuguesa nas águas do Mediterrâneo Sul, estreitando laços de amizade entre Portugal e Argélia.

Para além de permitir preparar o navio para o regresso a casa, a estadia no porto de Cartagena, de 30 de Novembro a 2 de Dezembro, constituiu uma oportunidade única de visitar uma histórica cidade espanhola, cujos vestígios remontam do período das Guerra Púnicas até à recente Guerra Civil.

Percorrido novamente o Estreito de Gibraltar e sulcado o Oceano que banha o nosso país, a "António Enes", sob nevoeiro cerrado, juntou-se à esquadra na Base Naval de Lisboa recordando a última frase transmitida pela "Rais Corso", por morse luminoso, em jeito de despedida, "You are welcome in Algeria".

(Colaboração do N.R.P. "António Enes")



# O NRP “Álvares Cabral” na SNMG1

## Viagem de Circum-Navegação a África

## Conclusão

A sexta, e última, fase da viagem de circum-navegação ao Continente Africano do *Standing NATO Maritime Group 1* (SNMG1), começou com a entrada dos navios no Mar Vermelho, e terminou, após a passagem do Canal do Suez, com o início do trânsito para Creta, já no Mar Mediterrâneo. Cumprido este passo, o já anteriormente mencionado objectivo de levar seis navios, de seis países diferentes, ao longo de 12000 milhas, com apenas duas escalas, ficava alcançado.

Reflectamos, a este propósito, no desafio que esta missão constituiu. Os países da costa africana são na sua generalidade pobres, oferecem poucas garantias do ponto de vista médico-sanitário e dispõem de reduzidas facilidades de apoio logístico. As condições ambientais são desfavoráveis para a operação e condução da generalidade dos equipamentos, afectando muito em especial as unidades de refrigeração. Os motores diesel registam uma significativa perda de rendimento e só podem ser usados em baixos regimes.

Com temperaturas de água do mar na ordem dos trinta e cinco graus centígrados, verifica-se uma diminuição muito acentuada no débito dos sistemas de ar-condicionado, e um expressivo aumento das temperaturas nos contentores dos sistemas electrónicos. As condições de funcionamento dos radares têm de ser cuidadosamente monitorizadas, e sendo de admitir que não é possível garantir a sua operação em contínuo, materializa-se a necessidade de gerir criteriosamente os períodos em que é imperioso mantê-los em activo. Os navios da SNMG1

navegaram apenas com o apoio de um reabastecedor, e dispunham de um único helicóptero orgânico – o LYNX (SONIC) da “Álvares Cabral” -, o qual foi precioso, não só como instrumento de acção táctica da força, mas também na flexibilidade que permitiu no apoio médico, movimentando pessoal da área de saúde e doentes entre os navios,



conduzindo MEDEVAC's, ou transportando material e sobressalentes entre unidades, e/ou a partir de terra.

No seu total, o SONIC voou cerca de 95 horas, sem ter tido qualquer tipo de avaria que afectasse a sua operacionalidade e o impedisse de voar, um registo impressionante e que prova a grande fiabilidade destas aeronaves se devidamente mantidas e operadas.

As tarefas implícitas para a fase seis mantiveram-se muito centradas na recolha de informação (*Maritime Situation Awareness - MSA*), uma vez que, recorde, esta foi uma missão probatória e que tinha como objectivo principal o de reconhecer as características destas áreas de operações para potenciar a execução de futuras missões da Aliança na região.

O plano inicialmente estabelecido para a operação no Mar Vermelho foi alterado pela necessidade emergente de empenhar a força nas tarefas de busca e salvamento quando da erupção do vulcão da ilha lemenita de Jazirat At Tai'r.

Os primeiros sinais daquela erupção fizeram-se sentir logo na manhã do dia 30 de Setembro, sob a forma de uma notícia que indicava ter havido uma forte explosão numa ilha ao largo do lémen. Nesta altura, a “Álvares Cabral”, em companhia do navio Holandês *Evertson*, encontrava-se a navegar a cerca de sessenta milhas a norte dos restantes navios da força, e foi instruída para registar e comunicar qualquer situação anómala que detectasse. Na tarde do mesmo dia, ao largo da já referida ilha e ainda com luz do dia, puderam observar-se diversos clarões, que se atribuíam a explosões de origem vulcânica, as quais, apesar da distância a que os navios se encontravam – fora da fronteira das águas territoriais das doze milhas – eram perfeitamente visíveis tendo possibilitado a captação de imagens em suporte digital e o seu imediato envio ao CSNMG1 através de um e-mail seguro (*NATO SECRET WAN*). Pese embora a situação parecesse rodear-se de alguma gravidade, os primeiros



“Sonic Flight”, o único helicóptero embarcado da SNMG1 e o navio holandês HNLMS “Evertson” em fundo.



contactos exploratórios com as autoridades locais não indiciaram que pudesse vir a ser necessário qualquer tipo de apoio. Só mais tarde, perante a constatação de que alguns elementos do destacamento militar destacado na ilha se mantinham incontactáveis, e atento o reduzido número de meios próprios de que dispunha na área, o governo do Iémen solicitou o apoio da SNMG1 para as operações de busca e de resgate de sobreviventes.

A “Álvares Cabral” chegou à área cerca das 2200, já noite cerrada, e iniciou as buscas com recurso ao helicóptero, que circundou a ilha a muito baixa altitude e a uma reduzida distância da costa (cerca de cinquenta jardas). O navio manteve-se entre as mil e quinhentas jardas e uma milha, uma vez que para dentro deste arco as temperaturas da água do mar eram já de cerca de quarenta graus centígrados. A partir daquela posição o espectáculo era perturbador, com a projecção de largas quantidades de materiais incandescentes para o ar, e dois enormes rios de lava a descerem em direcção às margens. O contraste do laranja vivo com a escuridão do céu e do mar, concediam uma luminosidade muito estranha às águas sobranceiras à ilha e às silhuetas dos navios que se encontravam mais próximos.

As buscas decorreram durante toda a noite mas só surtiram efeitos na manhã do dia seguinte, quando a força já se começava a afastar de terra. Foi detectado e recolhido um primeiro sobrevivente pelo *destroyer* americano *USS Bainbridge* que, na circunstância, se encontrava mais próximo. Posteriormente, a fragata canadiana *HMCS Toronto* recuperou um segundo sobrevivente. O helicóptero detectou três corpos que foram resgatados pelas embarcações semi-rígidas do *Toronto* e do *Evertson*. Durante as operações de busca e salvamento o SONIC teve sempre embarcado o recuperador, um mergulhador nadador-salvador e um elemento do serviço de saúde (médico ou enfermeira). Ao todo, a aeronave voou 8,5 horas em apoio a esta missão.



Navegando no Canal do Suez.

No dia 2 de Outubro as autoridades governamentais do Iémen deram por concluídas as acções SAR e a força reiniciou o seu trânsito para norte. De realçar que toda esta operação teve uma ampla cobertura mediática, quer no plano nacional, quer por diversas redes e estações de rádio e de televisão internacionais.

A “Álvares Cabral” assumiu o comando táctico da fragata holandesa e afastou-se para ganhar uma distância que lhe permitisse exercer as funções de grupo de reconhecimento avançado. Como tarefa adicional coube, a este grupo, detectar e reportar a posição de uma força chinesa que navegava para sul, a partir do Suez. A bordo encontrava-se embarcado um oficial canadiano de raízes chinesas, com o propósito de servir de intérprete nos contactos rádio com aquela força. Curiosamente, o diálogo estabelecido quando os navios se cruzaram acabou por ser conduzido em inglês, dada a impossibilidade dos chineses entenderem cantonês, língua mãe do referido oficial.

Após mais uma operação de reabastecimento (RAS) com o petroleiro alemão *Spesart*, a força reagrupou-se para concluir, em companhia, a passagem pelo estreito de Gubal, que dá acesso ao golfo do Suez. Nesta ocasião foi efectuado o tradicional *Sail Past*, para despedida das unidades

(“Álvares Cabral”, *Olferd Fisher* e *Evertson*) que iriam desintegrar depois da passagem do Canal.

O CALM *Mike Mahon*, comandante da SNMG1 embarcou e pernitoou na “Álvares Cabral”, para fazer a bordo a passagem do Canal do Suez. O navio foi o testa da coluna, tendo a travessia decorrido sem incidentes e, contrariamente a exemplos anteriores, num ambiente de grande cordialidade com os pilotos. Refira-se, que num registo de grande simplicidade, o piloto que deveria ter sido substituído a meio do percurso, acabou por fazer toda a viagem – por ter faltado o piloto que o deveria render – e fez saber ao CSNMG1 que isso não constituía para ele qualquer incómodo, por ter sido muito bem recebido e por considerar que o navio tinha um ambiente agradável.

Antes de desembarcar o CALM CSNMG1 dirigiu-se à guarnição tendo, na ocasião, manifestado o seu agrado pelo desempenho da “Álvares Cabral” que considerou ter sido o navio que melhor soube explorar as suas capacidades, aquele que provou ser mais fiável pelo reduzido número de deficiências e avarias que experimentou, e também, o que na execução das tarefas, mostrou mais conhecimentos, melhor preparação e maior consistência. Por isto tudo, o almirante *Mahon* considerou que o navio português foi o que melhor contribuiu e o que maiores sucessos obteve para a força.

A “Álvares Cabral” destacou da força no dia seis de Outubro pelas dezoito horas e demandou o porto de Catânia, na Sicília, para uma escala de reabastecimento e de descanso da guarnição, após uma tirada de vinte e sete dias seguidos a navegar.

Durante esta missão o navio fez 1493 horas de navegação e percorreu 19200 milhas.

A chegada à BNL decorreu no dia 13 de Outubro pelas onze horas. O Comandante Naval, VALM Vargas de Matos embarcou no navio na bóia de espera da barra do Porto de Lisboa, acompanhando, a bordo, a entrada do navio no estuário do Tejo e a atracação na Base Naval.



O CSNMG1, CALM Mike Mahon dirigindo-se à guarnição.

(Colaboração do Comando do NRP “Álvares Cabral”)



# A MARINHA NA 1ª FASE DA GUERRA EM ANGOLA

## Conclusão

### AMBRIZETE I

A necessidade premente de defender as vilas do litoral, cuja segurança era cada vez mais precária, obrigou ao desembarque de novas forças da «Nuno Tristão». Durante um período de quase um mês foi entregue aos destacamentos do navio a guarda de Ambriz e Ambrizete - o que só se pôde fazer desdobrando o destacamento de Ambriz; ficou nessa vila uma secção comandada por um 2.º tenente, e seguiu para Ambrizete a outra secção, com mais uma formada para o efeito.

Em circunstâncias como estas, é fácil imaginar o grande esforço que se teve de exigir ao pessoal que permaneceu a bordo, visto que o navio, muito embora ficasse privado de algumas dezenas de homens da guarnição, tinha que continuar o serviço normal de cruzeiros e patrulhas.

Separados uns dos outros por centenas de milhas, os homens da «Nuno Tristão», no mar e em terra, continuaram empenhados em cumprir o melhor possível. Navegando ao longo da costa, a fragata constituía para os destacamentos o apoio moral sempre presente - e para todos era alegria vê-la fundear no porto. O auxílio do navio, quer em material e subsistências, quer por simples acção de presença, foi inestimável e contribuiu poderosamente para manter o moral da população.

Tornando-se necessário proceder à rendição da força da fragata «Pacheco Pereira», que entretanto guarnecera Ambrizete, foi nomeada para o efeito uma força da «Nuno Tristão», com o efectivo de duas secções reforçadas, e dois oficiais (um 1º e um 2º tenente). Desembarcou o pessoal no dia 7 de Abril, e teve assim início o mais longo de todos os períodos passados em serviço em terra. Em flagrante contraste com o que nos fora dado observar noutros locais, viemos encontrar em Ambrizete um ambiente de disciplina e decisão a todos os títulos notável. Havia já algum tempo que a população da vila se organizara para a defender contra quaisquer ataques, muito embora não dispusesse, durante o período inicial do terrorismo, de qualquer guarnição militar.

Fora a Marinha a primeira força a auxiliar aqueles colonos; antes de qualquer outro navio, estacionou ali, durante uns dias, o patrulha «S. Tomé», que deu impulso e orientação às medidas defensivas tomadas pelos habitantes. Pouco depois, a fragata «Pacheco Pereira» desembarcava uma força, que permaneceu na vila até a da «Nuno Tristão» a render. Muito estava, portanto, já feito, pelo que havia apenas que continuar a obra, ampliando-a na medida do possível.

Toda a população de Ambrizete se reunia durante a noite, num grande armazém comercial, transformado em reduto e barricado com

fardos e sacos de areia. Vivendo nestas condições de promiscuidade e desconforto, noite após noite, sem descanso completo e reparador, seria apenas natural que viessemos encontrar desânimo e esmorecimento da parte dos civis. Nada disso sucedeu, contudo. Dando admirável prova de coragem civismo, os cidadãos de Ambrizete, mantiveram-se sempre confiantes e combativos, durante o período difícil que a vila atravessou. A todo momento chegavam notícias alarmantes - quer por rádio quer por refugiados vindo das povoações do interior, abandonadas por não reunirem o mínimo indispensável de condições de defesa. Em dada altura, de todo o concelho de Ambrizete só estava nas nossas mãos a sede e a povoação de Bessa Monteiro - esta cercada, e à espera de ataque iminente. Duas outras aldeias - Tomboco e



Ambrizete - Ponte construída pela Marinha.

Quinzau - haviam sido evacuadas, por ser impossível reunir meios para as defender.

A evacuação de Tomboco trouxe novas complicações à já complicada vida em Ambrizete, principalmente porque entre os refugiados se contavam algumas freiras. Era imperioso arranjar-lhes alojamento condigno, evitando, se possível, forçá-las a viver no armazém. Conseguiu-se esse objectivo alargando o recinto defendido, que passou a abranger mais um baracão, onde elas se instalaram. Pouco depois disto suceder, verificou-se um surto de tosse convulsa entre as crianças, que rapidamente alastrou. Para evitar que tomasse proporções graves, foi necessário separá-las umas das outras, arranjando mais locais habitáveis. Como é óbvio, o sucessivo alargamento do reduto era problema grave, visto que a ampliação do seu perímetro acarretava a necessidade de mais pessoal e mais armamento para defender as novas linhas. Mas apesar de todos os civis estarem armados, aquilo de que dispúnhamos era pouco para aguentar um ataque prolongado.

Na noite de 14 de Abril, por volta das 20.00, uma patrulha da Marinha encontrou um grupo de indivíduos escondidos no capim à saída da vila, e abriu fogo com pistolas metralhadoras. Acorreu ao local um jeep com outra patrulha, armada com uma metralhadora «Dreyse» e algumas F. B. P. Fizeram-se várias rajadas, enquanto no reduto todos ocupavam as posições

defensivas. Viveram-se alguns momentos de expectativa, por não ser possível prever se o grupo era apenas a guarda avançada de um bando assaltante, ou o ataque em massa a todo o momento esperado.

Reforçou-se a vigilância durante a noite, e logo que clareou foi-se fazer um reconhecimento ao local do incidente. Nada se encontrou, muito embora houvesse a certeza de se terem atingido alguns dos assaltantes - que se viram cair, à luz dos holofotes. Nunca se chegou a esclarecer completamente o caso de 14 de Abril, sendo de admitir que não passasse de preparativo para um ataque em forma. De qualquer modo, o incidente serviu para pôr à prova o sistema defensivo, que funcionou com perfeição: disciplinadamente e, com manifesta satisfação, todos os civis ocuparam os seus postos, convictos de que chegara a oportunidade de descarregarem as armas, e os nervos. Atitude bem compreensível era esta, se nos lembrarmos das longas vigílias e das horas infandas de atenta expectativa.

Para criar um foco de interesse e distração, que ajudasse os habitantes a esquecer os dias monótonos do «cerco», resolveu-se construir uma ponte de desembarque, na praia. Como era de prever, logo se descobriram algumas «vocações perdidas» de «engenheiros» e «construtores civis» entre o pessoal da força: no tempo «record»

de 5 dias concluiu-se a «Ponte N. R. P. Nuno Tristão», com 25 metros de comprimento, capaz de receber embarcações até 2 metros de calado, no seu topo. Infelizmente, pouco tempo depois do reembarque da força, uma furiosa caçema destruiu grande parte do molhe do porto de Ambrizete, inutilizando quase por completo a ponte que tanto trabalho dera a fazer.

Após uma permanência de cerca de 3 semanas em Ambrizete, a força de desembarque da «Nuno Tristão» recebeu ordem de regresso, sendo rendida por outra, da fragata «Diogo Gomes» (Cte. Lino Paulino Pereira)

### S. ANTONIO DO ZAIRE

Por cerca de duas semanas, permaneceu nesta vila uma secção da fragata, comandada por um sargento. Cabia-lhe cooperar na defesa de S. António do Zaire, e guarnecer uma lancha de patrulha dos canais do rio. A sua estadia em terra coincidiu com os ataques terroristas a Porto Rico, pouco distante daquela localidade, que, no entanto, não foi molestada.

### VILA ARRIAGA, SÁ DA BANDEIRA, CHIBIA

Por ocasião de um cruzeiro ao Sul de Angola, foi determinado que uma força de desembarque da «Nuno Tristão» efectuasse desfiles militares na cidade de Sá da Bandeira e nas po-



voações de Chibia e Vila Arriaga. Muito embora qualquer das referidas localidades estivesse absolutamente calma, uma vez que só no Norte da Província se haviam até então verificado incidentes, a exibição de força por certo contribuiu para dissuadir possíveis terroristas de quaisquer actividades criminosas. Durante os desfiles, as populações manifestaram-se de forma extremamente carinhosa e grata à Armada.

## LUCIRAS, TIGRES, ELEFANTES

Razões análogas às anteriores e, ainda, a necessidade de levar a cabo exercícios de combate, determinaram o desembarque de forças nas baías de Lúciras, dos Tigres e dos Elefantes.

Foi nestes locais que o pessoal da força de desembarque começou os treinos de tiro instintivo, modalidade de fogo que a experiência já demonstrara ser a única adequada às características da guerra da selva.

A prática adquirida nestes exercícios veio, pouco depois, a ser completada em Cabinda, com a Companhia dos Caçadores Especiais, comandada pelo Capitão Soares Carneiro. Esta Unidade, a todos os títulos exemplar, prontificou-se a pôr a sua grande experiência ao serviço da Armada, ministrando instrução teórica e prática ao pessoal dos navios. A ela ficou devendo a «Nuno Tristão» grande parte dos conhecimentos adquiridos pelas suas forças, incansavelmente treinadas e aconselhadas pelos oficiais daquela companhia e pelo seu próprio Comandante.

## AMBRIZETE II

Em 12 de Junho desembarcou outra vez em Ambrizete uma força da fragata «Nuno Tristão», incumbida de guarnecer a vila até à chegada do Exército, que já vinha a caminho. Mudara bastante o ambiente, desde a última estadia da Marinha naquela povoação. Com efeito, a ofensiva geral lançada pelas forças armadas havia já começado a produzir os seus frutos - e assim uma fase de angustiosa defensiva tinha dado lugar ao entusiasmo e ardor da reocupação.

Do concelho de Ambrizete, apenas uma localidade continuava nas nossas mãos: Bessa Monteiro. Graças à inquebrantável coragem e firmeza do chefe do posto e de um pequeno punhado de bravos, a povoação conseguira aguentar sucessivos cercos e ataques, sem se render.

Os outros dois postos administrativos dependentes de Ambrizete, Quinzau e Tomboco, haviam sido evacuados em Abril, visto ser impraticável a sua defesa.

Desconhecia-se em absoluto o que lá se passara, depois de os últimos habitantes terem retirado para Ambrizete e S. António do Zaire. Tanto podiam ter sido arrasados, como estarem a servir de base aos terroristas que infestavam a região. Após tantos meses de expectativa, havia finalmente chegado o momento de passar ao ataque, reconquistando tudo o que ainda continuava nas mãos dos adversários. De

acordo com o plano geral das operações, competia a um batalhão de infantaria progredir ao longo da costa em direcção a Ambrizete, para daí irradiar destacamentos que ocupassem e pacificassem toda a área do concelho. Estava portanto para breve o fim do estado de emergência naquela região - e, conseqüentemente, a necessidade da permanência de forças de Marinha desembarcadas.

Com admirável compreensão do estado de espírito dos marinheiros e dos homens de Ambrizete, entendeu o Governador do Distrito do Zaire<sup>1</sup> que seria oportuno empregar uns e outros na imediata reconquista dos dois postos administrativos já atrás citados: Tomboco e Quinzau. Desta forma, teriam ampla recom-



"Pacheco Pereira"



"Diogo Gomes"



"S. Tomé"

penha aqueles que o desenrolar dos acontecimentos forçara a uma defensiva prolongada e arrasante. Não foi certamente este o único motivo que o levou a tomar a decisão: fiel ao «botão da âncora», quis o Governador que fossem da Armada as forças libertadoras do concelho, dando assim oportunidade a que se entregasse o Ambrizete ao Exército «em bandeja de prata», limpo de terroristas!

Obtida a necessária autorização superior, imediatamente após o desembarque se começaram a preparar duas colunas mistas, compostas por secções da Marinha e alguns civis escolhidos entre os melhores. Escusado será dizer que foi difícil a escolha: quer no sector militar, quer no civil, todos pretendiam tomar parte nas expedições a efectuar nos dias seguintes.

Como não se podia descurar a defesa da vila, foi decidido empregar apenas metade dos homens em cada uma delas, o que permitiu que todos tivessem a oportunidade que

ambicionavam. Estabelecido este critério, nomearam-se os componentes de cada coluna; ambas eram pessoalmente comandadas pelo Governador, e compostas por Marinha e civis. A Secção de Marinha da Coluna com destino a Tomboco era comandada pelo 2º Tenente Hernâni Martins Bota. Marcou-se a madrugada de 13 de Junho para a sua partida. Constituíam essa coluna 7 viaturas, 3 pesadas e 4 ligeiras, todas equipadas para enfrentar os 100 Km de mato que teriam de percorrer. Numa delas montou-se uma metralhadora «Dreyse», e pelas outras se distribuiu pessoal armado, com pistolas metralhadoras e granadas de mão. Ao fim do dia, após o seu regresso a Ambrizete foi transmitida para bordo da «Nuno Tristão» a singela mensagem «Tomboco reocupado sem novidade».

Na madrugada seguinte, partiu a segunda coluna, para recuperar o Quinzau. No trajecto, atravessou algumas povoações desertas e arrasadas, nas quais apenas uma ou outra casa havia escapado ao incêndio e à destruição. Em autêntica corrida contra-relógio (uma companhia de infantaria partira de S. António do Zaire para o Sul, 24 horas antes), a força tentou chegar ao Quinzau antes do Exército, mas, apesar de todos os esforços nesse sentido, veio a encontrar-se com a testa da coluna motorizada da companhia a cerca de 10 Km do objectivo! O avanço que o Exército trazia sobre nós tornara impossível chegarmos primeiro. Assim, numa povoação reduzida a cinzas, teve lugar o primeiro contacto entre as forças das duas armas, no mato de Angola. Após breve paragem, durante a qual confraternizaram os elementos das duas colunas, ambas prosseguiram o seu caminho: a Marinha continuou até ao Quinzau, e o Exército em direcção a Ambrizete.

Ao entardecer, reuniram-se novamente as duas forças, já perto do Ambrizete, entrando na vila em conjunto. A chegada da tropa vinha finalmente pôr termo às longas provações e sacrifícios vividos pela população, desde há quase 4 meses. Com efeito, os efectivos agora adstritos à defesa da vila tornavam possível que cada um dormisse em sua casa, sem necessidade de recolher obrigatoriamente ao reduto, do pôr ao nascer do Sol. Em vez de espingardas e escassas dezenas de homens já cansados por sucessivas vigílias, via-se agora o abundante material do Exército, e os pelotões das várias companhias!

Durante os dias que precederem o reembarque definitivo da força da Marinha, chegaram ininterruptamente a Ambrizete mais forças do batalhão. Entretanto, o N/M «Dinge» desembarcou no porto toneladas de material e subsistências para a tropa, que em breve atingiria efectivos superiores a um batalhão. Podia considerar-se finda a missão da Armada em Ambrizete: Com tamanhas forças, a presença de 20 e poucos marinheiros era perfeitamente inútil, sob o ponto de vista técnico militar. Só uma coisa restava fazer: pôr ao serviço do Exército



a experiência e conhecimento das condições locais, quer topográficas, quer humanas, de modo a facilitar, quanto possível, os primeiros contactos das tropas com a vila e suas populações. Para isto, durante 3 ou 4 dias, os nossos homens acompanharam os camaradas do Exército aos vários pontos importantes, servindo como intermediários nas relações iniciais com os indígenas. Estes, por motivos bem compreensíveis, estavam receosos com a mudança de «fardas», e por seu turno, os soldados, vindos há pouco do Continente e dos Açores, não se sentiam ainda perfeitamente aclimatados ao ambiente.

Toda a população compareceu, em peso, a dar um abraço aos marinheiros na hora do embarque.

## SASSA-ZAU

A última operação de desembarque efectuada por pessoal da «Nuno Tristão» teve lugar em Cabinda<sup>2</sup>, e foi levada a cabo por um destacamento constituído por 6 praças comandadas por um 2.º tenente<sup>3</sup>. Já anteriormente uma força de desembarque<sup>4</sup> da Pacheco Pereira aí tivera uma actuação brilhante, conseguindo óptimos resultados em negociações com elementos indígenas do Congo Francês.

Nos primeiros dias de Agosto, regressou à «Nuno Tristão» a última e mais minguada de todas as forças de desembarque que actuaram em Angola. Com toda a sua guarnição a bordo, coisa que há muitos meses não se verificava, a fragata veio para Luanda, onde permaneceu alguns dias, reabastecendo.

Finalmente, às 07.30 da manhã de 11 de Agosto, largou do cais do porto daquela cidade, rumo a Lisboa onde chegou a 27, após curtas escalas em Cabo Verde e Guiné.

## BALANÇO DA ACTUAÇÃO DA MARINHA

Com a chegada substancial das forças das outras Armas vindas da Metrópole, terminou a primeira fase da actuação da Marinha na Guerra de Angola, que sinteticamente se resumiu ao seguinte:

Presença, a partir do princípio de Fevereiro, em Luanda, sempre que possível de, pelo menos, uma fragata atracada ao cais comercial, com um ou dois pelotões prontos a cooperar na defesa da parte baixa da cidade, no caso de ser necessário apoiar as poucas forças das outras Armas<sup>5</sup>.

Permanência quase ininterrupta dum patrulha atracado à ponte-cais de Noqui, a partir dos primeiros dias de Março, que se prolongou até ao fim de Outubro mesmo depois da vinda de reforços do Exército.

Desembarques repetidos de destacamentos para reforço das tropas estacionadas em Cabinda, Landana e Santo António do Zaire, quando se previam graves acontecimentos, ou mesmo para as substituir quando saíam para o exterior com demora.

Acção no Ambriz desde 18 de Março até 21 de Abril, e Ambrizete desde 22 de Março até

14 de Junho, onde forças provenientes de fragatas e patrulhas, organizaram e montaram o seu sistema defensivo, efectuaram reconhecimentos e rusgas nos arredores, acalmaram e disciplinaram a população branca e exerceram uma bem orientada acção psicológica sobre os autóctones, reocupando pacificamente as povoações de Tomboco e Quinzau.

Fiscalização da costa com visitas a todos os portos, baías, até às mais pequenas enseadas onde existiam pescarias, contactando-se frequentemente com a terra para dar um certo amparo moral às pessoas que ali viviam completamente isoladas, colher informações e prestar assistência sanitária.

Execução de «passeios militares» efectuados como «acções de presença», feitos em geral com o efectivo de 1 ou 2 pelotões, ao longo de quase todas as vias férreas e de algumas estradas que partiam do litoral.



Destacamento da Força de Desembarque que reocupou o Tomboco sob as ordens do Governador do Distrito do Zaire, Comandante Cruz Júnior.

Fornecimento de pessoal para guarnecer as pequenas lanchas que fiscalizavam os esteiros vizinhos de Santo António.

Guarda aos paquetes e aos transportes de tropas, feita com as praças das unidades estacionadas em Luanda.

Patrulhamento do rio Chiloango

## CONCLUSÕES

Mostra o que entecede que as acções levadas a cabo pela Marinha durante este período não deram lugar a notórios «feitos de armas»<sup>6</sup>, nem tiveram especial significado militar: foram rotineiras e apagadas, traduzindo apenas um esforçado e persistente cumprimento do dever. Revestiram-se, no entanto, de enorme valor sob o ponto de vista psicológico, pelos resultados que produziram junto daqueles em benefício de quem eram executadas - as martirizadas populações locais.

Por outro lado, embora sendo certo que a História se faz a partir «do que foi» e não do que «poderia ter sido», é legítimo imaginar qual «poderia ter sido» o resultado da apreensão dos explosivos da Enseada de S. Braz por elementos da UPA ou do MPLA; ou a situação em Luanda, se a UPA tivesse avançado em Fevereiro, por não haver praticamente nada nem ninguém para se lhe opor; ou de Ambriz, Ambrizete e vários outros locais, se desprovidos das forças de desembarque dos

navios no período imediatamente posterior ao 15 de Março.

Seria assim natural que tivessem ficado mais conhecida a acção da Marinha durante a 1ª Fase da Guerra. Mas isso não aconteceu, porque nessa época se pretendia fazer crer que em Angola apenas decorriam «acções de polícia»<sup>7</sup>. Sendo este o critério usado relativamente a acções de combate, por maioria de razão recairia o silêncio sobre quaisquer outras missões que pudessem deixar entrever uma realidade diferente daquela que se pretendia fazer passar por verdadeira, e revelar que, de facto, estávamos em guerra. «Acções de Polícia» não passava, portanto, de um eufemismo inventado pelos «spin doctors» da época, para mascarar a realidade, ocultando o facto de estar já uma guerra em curso, entendimento que se manteve até meados de Março de 1961.

É talvez esta a causa de pouco ou praticamente nada se saber acerca do que fez a Marinha naquele período, durante o qual desempenhou integralmente o papel que lhe competia, lutando com enormes dificuldades mas orgulhando-se dos resultados obtidos que integralmente corresponderam ao cumprimento do seu dever.

Comandante G. Conceição Silva

### Notas

<sup>1</sup> Cte. Abílio da Cruz Júnior

<sup>2</sup> O navio já aí tinha estado anteriormente durante vários dias, para a sua força de desembarque receber instrução que foi ministrada pelos Caçadores Especiais comandados pelo então capitão Soares Carneiro. O treino incidiu sobre técnica de emboscadas e tiro instintivo, modalidade de tiro que então se começara a praticar por ser a mais adequada e eficaz nas circunstâncias concretas que se enfrentavam.

<sup>3</sup> 2º Ten. Hernani Martins Bota

<sup>4</sup> Comandada pelo 1º Ten José Manuel Niny dos Santos

<sup>5</sup> Uma ocasião houve que, na capital, apenas se encontravam a Companhia Móvel da PSP e os soldados do Regimento de Infantaria de Luanda (RIL), cuja fidelidade ainda se ignorava

<sup>6</sup> Designação que apenas cabe a factos como o que é descrito por Alves Fraga na sua obra «A Força Aérea na Guerra de África», e do qual, estranhamente, pouco se falou. Conta aquele Autor que os habitantes da pequena povoação de Mucaba, cercada e invadida por centenas de terroristas da UPA se refugiaram na Igreja; aí se foram defendendo, a tiro, das sucessivas vagas que avançavam para os massacarar. A dada altura, como era previsível, começaram a faltar as munições, até se chegar ao ponto em que os defensores já só poderiam disparar poucos tiros por cada arma: era impossível reabastecê-los, devido às condições meteorológicas, pelo que estava iminente a sua derrota e subsequente extermínio. No entanto, o capitão Mário de Lemos de Mascarenhas, da Força Aérea, conseguiu realizar a extraordinária proeza de aterrar com um DO 27 na rua principal de Mucaba, rasando casas e árvores de cada lado da improvisada pista; levar o avião até à porta da Igreja; entregar os cunhetes de munições; e descolar de novo, quando as hordas de terroristas já se precipitavam sobre o aparelho para o destruir!

Fraga, Luís Alves de - *A Força Aérea na Guerra de África* - Ed. Prefácio - Edição de Livros e Revistas Ld<sup>3</sup> - Lisboa 2005 p. 52.

Citado também por Nunes, António Lopes Pires - *Angola 1961* - Ed. Prefácio - Edição de Livros e Revistas Ld<sup>3</sup> - Lisboa 2005 p. 94

<sup>7</sup> «Nos comunicados da Forças Armadas apenas se empregavam os termos «acções de polícia» ou semelhantes, em conformidade com ordens superiores, quando se referiam aos combates ou reconcontros havido com o inimigo - fraseologia que nós, militares, aceitávamos de mau grado (Obra citada, pag. 76)



## 1807: O Embarque da Família Real para o Brasil Inauguração da Exposição

Com a presença da Ministra da Cultura e do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada teve lugar no passado dia 28 de Novembro a inauguração da exposição *1807: O Embarque da Família Real para o Brasil*.

A exposição, integrada na evocação das Invasões Francesas e da Transfêrencia da Corte para o Brasil, vem completar o ciclo de exposições temporárias sobre a Marinha Portuguesa no virar do séc. XIX e que se iniciara em Julho com a abertura ao público da exposição *O Marquês de Nisa, um Almirante Português entre Nelson e Napoleão*, e que representa a acção da Armada Real nos finais do séc. XVIII, nomeadamente, o seu envolvimento nas lutas contra a França.

Ao contrário daquela exposição, constituída quase exclusivamente por património da Marinha (Museu e Biblioteca), para esta o Museu de Marinha contou com a colaboração de várias instituições e particulares, nomeadamente, o Museu Nacional dos Coches que cedeu dois coches e uma cadeirinha aqui apresentados; o Centro Cultural de Belém cedeu os dois cavalos que aparelham os coches; a Comissão 200 Portugal Brasil que elaborou e divulgou o Spot Televisivo; o Sr. Eng.º Posser de Andrade, cedeu o modelo da Nau *Príncipe Real*; o Sr. Dr. João Rebelo Carvalho, cedeu o magnífico modelo em osso da fragata inglesa.

Nos primeiros anos do séc. XIX a França protagoniza mais uma tentativa de hegemonia da Europa impondo pela força das armas a sua influência e a sua vontade às monarquias europeias.

Após as vitórias sobre a Prússia e sobre a Rússia em 1806, faltava apenas Napoleão apoderar-se de Portugal para impedir os navios ingleses de utilizar qualquer porto do continente europeu, através do Bloqueio Continental decretado em Novembro de 1806 e reiterado em Julho de 1807.

Em Setembro de 1807 é mandado verificar o estado de apontamento da frota portuguesa, verificando-se que apenas um pequeno número de unidades necessita completar o seu abastecimento.

Em Outubro são mandados regressar a Lisboa os navios da Esquadra do Estreito baseada em Gibraltar. Por um lado evitava-se que fossem tomados pelos ingleses, como sucedeu com os navios dinamarqueses; por outro preparavam-se com tempo, para integrarem a frota que seguiria para o Brasil.

O material da Academia Real dos Guardas-Marinhas e da Sociedade Marítima His-

tórica e Geográfica é embarcado na nau *Conde D. Henrique* e ainda hoje existe no Arquivo Histórico da Marinha a relação desse material embarcado.

Em 26 de Novembro o Governo tem conhecimento que as forças franco-espanholas passa-



A Ministra da Cultura e o Almirante CEMA na abertura da Exposição.

ram a fronteira e dá a ordem de embarque.

Os ventos de SW impediriam os navios de sair a barra do Tejo o que só vai acontecer no dia 29 de Novembro, quando Junot e os 1.500 homens da sua vanguarda estão em Sacavém.

Napoleão perdia deste modo os dois grandes objectivos de invasão: não aprisionava a Rainha e não se apoderava dos navios portugueses.

A este embarque podemos associar duas questões importantes da realidade do Reino de Portugal. Por um lado a existência de um poder marítimo de nível europeu que permitiu realizar a operação. Por outro lado, o projecto de salvaguarda da soberania que desde



Pormenor da Exposição.

a Guerra de Sucessão de Espanha, no início do séc. XVIII, previa a retirada do Monarca para fora do território Europeu em caso de invasão do País.

A exposição que pretende recordar este embarque da família Real, há 200 anos atrás, foi baseada no quadro de Nicolas Deleride existente no Museu Nacional dos Coches e que representa o embarque da Rainha D. Maria I e do Príncipe Regente D. João (futuro D. João VI).

Existindo no Museu de Marinha o *Bergantim Real* e a *Galeota Grande*, representados naquela obra, foi solicitado ao Museu dos Coches o empréstimo da *Berlinda D. Maria I*, do *Sege dos Óculos* e da *Cadeirinha*, também representados no quadro, e existentes naquele Museu.

Reuniu-se assim um conjunto de cinco magníficas peças do Património Nacional evocativas daquele acontecimento.

A este conjunto de peças juntaram-se dois modelos de navios da época; o da nau *Príncipe Real* e o de uma fragata inglesa, construída em osso, gentilmente cedidas pelos seus proprietários para figurarem neste evento.

Completam a exposição várias peças e documentos da época, uma reprodução ampliada do quadro de Nicolas Deleride, alguns painéis explicativos, um mapa da viagem, uma maquete do embarque (produzida especialmente pôe maquetistas do GAMMA) e um quadro também representando a nau *Príncipe Real* onde a rainha fez a sua viagem para o Brasil e que foi recentemente oferecido ao Museu pelo seu autor o comandante Anjos Branco.

Uma menção muito especial à Marinha do Brasil que, desejando associar-se a esta iniciativa, nos enviou um conjunto valioso de peças que permitiram completar a nossa exposição com dados sobre a chegada e a permanência da Corte no Brasil até 1821.

A importância da contribuição Brasileira levou à decisão de construir um segundo núcleo expositivo com o material que nos chegou do Brasil e veio sem dúvida tornar mais rica esta mostra e permitir iniciar uma frutuosa colaboração entre os Museus das Marinhas dos dois países.

Para além das entidades já citadas, assistiram à cerimónia mais de duas centenas de convidados de que se realçam o Duque de Bragança, D. Duarte Pio, os embaixadores do Brasil e do Reino Unido, o Prefeito do Rio de Janeiro, muitos oficiais da Armada e Directores de Museus; permito-me salientar a presença de uma Delegação da Marinha do Brasil, com os comandantes do Corpo de Fuzileiros e da Escola Naval e o Director do Museu Naval do Brasil que visitaram Portugal a convite do Almirante CEMA.

As exposições ficarão abertas ao público até **16 de Março de 2008** devendo depois seguir para o Brasil.

(Colaboração do Museu de Marinha)



## Abertura Solene do Ano Académico na Escola Naval

Em 29 de Novembro de 2007, decorreu na Escola Naval a Abertura Solene do Ano Académico 2007/2008, a que presidiu o Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Melo Gomes. A esta cerimónia assistiram individualidades civis e militares, com especial destaque para a presença do Presidente da Comissão de Defesa Nacional, o Dr. Miranda Calha.

Após as Honras Militares da Ordenança prestadas por uma companhia do Corpo de Alunos e os cumprimentos do Corpo Docente e dos Oficiais da Escola Naval, o Almirante Melo Gomes e o Dr. Miranda Calha, dirigiram-se ao Gabinete do Comandante da Escola Naval, para apresentação de cumprimentos das altas individualidades presentes, tendo-se, em seguida, encaminhado para o grande auditório, onde teve lugar o acto solene que se iniciou com uma alocução proferida pelo CALM Saldanha Junceiro. No uso da palavra e aproveitando a presença de tão distinta e diversificada audiência, resumiu a actividade desenvolvida no ano académico anterior e identificou e caracterizou os desafios e projectos que merecerão a atenção de todos os que prestam serviço na Escola Naval no ano lectivo agora solenemente iniciado.

O ano lectivo 2006/2007 decorreu com normalidade, continuando a consolidação do modelo de ensino da Escola Naval, que desde o início do presente ano lectivo consiste numa nova estrutura curricular de mestrado integrado em cinco anos. O Comandante da Escola Naval afirmou uma forte convicção no novo modelo de ensino, acreditando que vai satisfazer as necessidades da Marinha provendo-a com oficiais competentes e capazes para a operação eficaz e em segurança da renovada esquadra do futuro. Para tal, reforçou a importância vital do corpo docente para a garantia da qualidade do ensino ministrado aos alunos e a boa taxa global de sucesso escolar.

Foi ainda destacado, no âmbito da política de abertura à sociedade civil, a colaboração deste estabelecimento militar de ensino superior universitário com diversas faculdades e institutos, através da realização de diversas acções de formação, onde o envolvimento da Escola Naval foi fulcral para o sucesso das mesmas, designadamente, os MBA das Universidades Católica e Nova

de Lisboa e do ISCTE, que reuniu directores executivos de diversos sectores do tecido empresarial português; o Estágio Progresso II da Comissão de Arbitragem da Liga Portuguesa de Futebol Profissional, frequentado por árbitros da 1ª categoria profissional; a segunda edição da Universidade Itinerante do Mar, onde participa-



Foto Júlio Tito

ram 84 alunos das Universidades do Porto, Algarve, Alicante, Oviedo e alguns alunos do ensino secundário e o Mestrado de História Marítima, resultante da parceria entre a Escola Naval e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

No campo da cooperação técnico-militar com os Países de Língua Oficial Portuguesa, o Comandante da Escola Naval salientou o Projecto de Apoio à Organização e Funcionamento da Academia Militar de Moçambique, nos cursos de Marinha e Fuzileiros, e da Academia Militar de Angola em todos os seus cursos.

Os projectos de Investigação e Desenvol-



Foto Júlio Tito

vimento foram outro ponto abordado pelo Comandante da Escola Naval, referindo a continuidade do empenho na criação das condições materiais e científicas adequadas ao seu prosseguimento e concretização, de modo a contribuir para a formação dos alunos, a acreditação do curso e do corpo docente, mas também em apoio à actividade da esquadra e à tomada de decisão.

Relativamente ao Concurso de Admissão, foi salientado a sua integração no Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa, vulgo SIMPLEX 2007, que permitiu, à custa de um clique, a inscrição e candidatura dos alunos que se materializou numa maior afluência de intenções de candidatura, tendo no final, sido preenchidas as 61 vagas disponíveis com médias académicas superiores aos anos anteriores e com dispersão geográfica considerável. Segundo o Comandante da Escola Naval, este facto deve-se, em parte, ao esforço continuado da acção de divulgação e comunicação junto do público-alvo da Escola Naval, através da sua participação em vários eventos de orientação profissional por todo o país e da campanha publicitária implementada.

A finalizar a sua intervenção, o CALM Saldanha Junceiro apresentou os resultados concretos sobre as actividades e os projectos em curso na Escola Naval, reforçando o notável esforço de todo o corpo docente, civil e militar na formação dos alunos e o trabalho desenvolvido por todos os elementos dos serviços administrativos e de apoio, que possibilitaram a correcta funcionalidade da actividade lectiva e institucional e, por conseguinte, o cumprimento da missão da Escola Naval. Dirigiu, ainda, algumas palavras de despedida e incentivo aos Guardas-Marinha do Curso Comandante Conceição Silva que concluída a sua licenciatura, receberam os respectivos diplomas de curso, e felicitou os recém-incorporados cadetes do curso D. Rodrigo de Sousa Coutinho pelo compromisso assumido com a Marinha.

A anteceder a entrega dos diplomas e dos prémios escolares, usou da palavra o Professor Doutor António José Telo, que proferiu a lição inaugural subordinada ao tema "O dia em que o Atlântico mudou", simbolizando um dos pontos altos das comemorações do Bicentenário da Partida da Família Real Portuguesa e da Academia dos Guardas-Marinhas para o Brasil, levados a efeito pela Escola Naval. Ainda neste âmbito, e a encerrar a Sessão de Abertura Solene do Ano Lectivo 2007/2008, teve lugar o lançamento do livro "Patronos dos Cursos Tradicionais da Escola Naval (1936-2007)".



## O Dia em que o Atlântico mudou

### 1ª Parte

#### O DIA EM QUE O ATLÂNTICO MUDOU

**S**e me pedissem para indicar o dia exacto em que Portugal e o Brasil entraram na Idade Contemporânea não hesitaria: 29 de Novembro de 1807, há duzentos anos.

Aparentemente é uma afirmação não fundamentada. As transições entre períodos históricos são longas e graduais, medindo-se por décadas e não por dias. Assim é efectivamente, mas isso não impede que certas datas, pela sua importância e significado, se transformam em fronteiras simbólicas, em separadores de águas entre dois períodos e duas sociedades.

Para entender o significado particular deste dia, é necessário recuar um pouco. Em Agosto de 1807, Napoleão ordena que se organize em Bayonne um corpo de exército com três divisões de infantaria e uma de cavalaria, comandado pelo general Junot, chamado inicialmente de Corpo de Observação da Gironda e posteriormente de *Armée du Portugal*. As ordens que Junot recebe em meados de Outubro são para invadir Portugal, em colaboração com três divisões espanholas. O exército de Junot escolhe um caminho pouco normal: a estrada de Castelo Branco, o trajecto mais curto para Lisboa, mas também um dos piores. A razão da escolha é simples de entender: o objectivo é apanhar directamente a margem norte do Tejo, para tentar numa marcha forçada capturar a família real na capital antes desta conseguir retirar.

Ainda nesse mês de Agosto é entregue um ultimato ao Governo Português onde se exige que declare guerra à Inglaterra até Setembro, feche os portos aos britânicos, prenda os seus comerciantes em Portugal, com a apreensão dos bens e que a Armada portuguesa se una à franco-espanhola. O ultimato estava redigido de modo a que não fosse aceite, pois o que Paris pretendia era a invasão e ocupação de Portugal. Para tal, é combinada com a Espanha a divisão do reino em três partes pelo Tratado de Fontainebleau, assinado a 29 de Outubro.

Napoleão pretende retirar à Inglaterra o

seu último ponto de apoio minimamente seguro na Europa e impor o “Bloqueio Continental” para asfixiar a sua economia. Simplesmente, Londres domina todas as rotas oceânicas depois de Trafalgar, pelo que controla o comércio mundial - nestas circunstâncias, era a Europa que ficaria asfixiada e

a política da conciliação e do compromisso para ganhar tempo. O príncipe D. João estava habituado a receber conselhos contraditórios por parte dos chamados “partidos francês e inglês” da administração, encabeçados respectivamente pelo secretário de estado António de Araújo de Azevedo e pelo ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Era igualmente normal o Conselho de Estado decidir hoje um rumo, para optar por outro diametralmente oposto passados uns dias. A aristocracia e a elite do Reino estavam divididas, quanto às simpatias e quanto ao caminho a seguir, embora fosse evidente o maior peso do partido inglês.

A solução que D. João escolheu para gerir esta difícil situação era a política da conciliação, com o objectivo central de evitar a beligerância. Compreende-se que assim seja, pois a beligerância representaria sempre um imenso sacrifício para o Reino,

numa altura em que a França dominava o continente, com o apoio da Espanha, e a Inglaterra dominava o mar. Alinhar pela Inglaterra representaria a certeza da invasão franco-espanhola, a que não se conseguiria resistir, como a recente Guerra das Laranjas (onde o invasor fora somente uma pequena parte do exército espanhol) tinha provado; alinhar com a França, representaria a imediata perda do comércio marítimo e, a prazo mais longo, a perda do Brasil, dos arquipélagos e das outras colónias, ou seja, o desmoronar de Portugal tal como se tinha edificado ao longo dos séculos. A Inglaterra não escondia, aliás, que tinha expedições preparadas para ocupar os pontos mais sensíveis do Império. Mesmo depois da retirada da Corte para o Brasil, Londres manda ocupar a Madeira, Goa e Macau - imagine-se a situação se a Corte tem ficado em Lisboa. A beligerância, em resumo, significava ter de optar entre um desastre e uma catástrofe.

Por isso mesmo, numa altura de grandes divisões da elite sobre o caminho a seguir, se optou pela política da conciliação, na esperança de conseguir ganhar o tempo suficiente para que a tempestade passasse. A historiografia liberal em peso, desde Alexandre Herculano, a Luz Soriano e, sobretudo, Oliveira Martins, condenaram



27 Novembro de 1807 - embarque da família real  
Esquadra rotida no Tejo por tempestade de Sudoeste que impede a saída da barra  
29 de Novembro - a esquadra passa a barra

não o contrário. Vai começar em fins de 1807 a fase mais aguda do conflito para a hegemonia global, o período final de uma longa rivalidade que marcou o século XVIII e de uma guerra que tinha começado há 15 anos, em 1792. Portugal é apanhado em cheio pela fase mais intensa da tempestade.

Tudo se passa com a Corte portuguesa sujeita a fortes e contraditórias pressões exter-



23 anos de guerras globais  
Longa rivalidade anglo-francesa  
1805-1814 - período mais intenso

nas, com uma administração amplamente dividida, servida por informações muito insuficientes, a pontos de em finais de Novembro ainda se desconhecer a declaração formal de guerra feita pela França a 23 de Outubro. Era um reino debilitado e enfraquecido, que desde há pelo menos seis anos tinha adoptado



esta política, apresentando-a como uma consequência da fraqueza do príncipe D. João (futuro D. João VI), típica da hesitação de um espírito fraco, que não sabia o que queria e balançou até ao último momento, sem rumo e sempre sujeito à opinião do último com quem falava.

Política do fraco talvez fosse, mas a fraqueza não era do príncipe, mas sim do Reino, sem forças para responder às ameaças que enfrentava. Daí ter optado pelo caminho da conciliação e do compromisso, das cedências, das afirmações contraditórias e dos pagamentos a ambos os lados. Não era uma política empolgante e heróica, mas produziu importantes resultados, pois foi ela que permitiu manter o Reino fora da beligerância pelo menos desde 1801 - seis anos de paz no meio de uma Europa em guerra.

Em fins de 1807 a política de conciliação tinha esgotado as suas possibilidades, pois desta vez a França queria cortar por completo o comércio da Inglaterra com o continente. Simplesmente, este facto não era evidente para os dirigentes portugueses da altura, mal servidos por informações incompletas e contraditórias. Não era possível afirmar com certeza que o ultimato apresentado pela França em Agosto era diferente de muitos outros anteriores. Nesta dúvida, a Corte seguiu o caminho mais seguro, preparando-se para o pior, mas mantendo a política de conciliação para o tentar evitar.

Era uma política contraditória? Na aparência sim, pois a Corte dizia hoje uma coisa e amanhã outra, combinava algo com a Inglaterra e o seu contrário com a França, enquanto o Conselho de Estado parecia uma bússola sem norte. Simplesmente essa era só a aparência. Na realidade, o que a Corte fez foi começar a preparar a retirada para o Brasil desde Agosto (embora não fosse claro no primeiro momento quem ia retirar ou quando) mas continuar a explorar a política da conciliação até ao último momento. Era uma típica opção numa altura de grande incerteza: escolher o caminho que representava o menor sacrifício para o País (a conciliação), mas ter uma alternativa preparada caso este falhasse. Pode ser argumentado que a conciliação se levou longe demais, numa altura em que já tinha perdido a eficácia; é certo, mas tudo se passava no meio de denso nevoeiro e com a Corte dividida, pelo que esse atraso é fácil de entender.

A verdade é que a Corte muito cedo entendeu que, em caso de invasão, havia que retirar para a profundidade Atlântica e que este movimento tinha de ser preparado com grande antecedência. O embarque da família real pode ter sido feito à pressa e no último

momento, mas a preparação da esquadra e mesmo o embarque dos caixotes com os haveres das principais instituições tinha começado muito antes, o que era obrigatório para uma força daquela dimensão.

O Conselho do Estado recomendou a D. João logo em Agosto que aprontasse a esquadra para retirar, embora fosse muito discutido quem devia partir e quando. No fim desse mês (Esparteiro, v.8, p. 80), as 4 naus que estão em Lisboa recebem ordens para se prepararem para transportar o príncipe da



Dezembro 1805 - Napoleão afasta a Áustria em Austerlitz  
1806/07 - Prússia derrotada; Rússia assina a paz de Tilsit

Beira para o Brasil e, pouco depois, a Esquadra do Estreito é mandada regressar à capital, onde chega a 28 de Setembro.

A tese inicial é que só o príncipe da Beira, D. Pedro, se deve retirar para o Brasil. A opção não faz muito sentido: manter D. João em Lisboa, sem resistir, e D. Pedro no Brasil é separar a família real e os dois reinos, com o príncipe regente nas mãos dos franceses. Não admira assim que, quando se tornou evidente que a invasão era uma séria possi-



Nelson assegura em Trafalgar o domínio dos mares - Outubro 1805

bilidade, se tenha concluído que teria de ser a totalidade da família real a retirar, levando consigo os órgãos de governo e as instituições centrais do Estado. A própria dimensão deste movimento afasta a hipótese de procurar abrigo na Madeira, pois os órgãos centrais do estado não podiam funcionar a partir dessa pequena ilha; a única possibilidade era o Brasil, já então uma economia mais próspera que a portuguesa.

Desde Setembro que Stangford, o ministro britânico em Lisboa, pressiona fortemente a Corte para embarcar de imediato para o Brasil. D. João diz concordar "em princípio", mas acrescenta que só daria a ordem quando tivesse a confirmação da invasão. Em meados desse mês, porém, começam a ser levados para os navios no Tejo caixotes com metais preciosos, documentos e os materiais mais volumosos.

Entretanto, a Corte portuguesa procura desesperadamente ganhar tempo, com múltiplas concessões e cedências de última hora. Chega-se a ordenar em Novembro o encerramento dos portos aos navios britânicos e a expulsão dos seus comerciantes, ao que a Inglaterra responde com a retirada do seu representante para a esquadra ao largo de Cascais e o bloqueio a Lisboa. Ao mesmo tempo, porém, D. João assina um acordo secreto com Londres onde concorda em retirar para o Brasil em caso de invasão e se compromete a abrir os portos da grande colónia americana em troca do apoio da *Royal Navy*.

Era uma versão extrema da política de ganhar tempo através das concessões máximas. O tempo era vital neste final de 1807. Mais umas semanas, ou até uns dias, representavam mais velas que se conseguiam aprontar e mais instituições que era possível embarcar; havia mesmo a esperança de que, com alguma sorte, a chegada do inverno levasse a França a adiar a invasão para a primavera seguinte.

Em meados de Outubro Junot passa os Pirenéus e segue pela estrada de Burgos rumo a Salamanca, enquanto as divisões espanholas se instalam nas bases de operações na fronteira com Portugal. Os franceses, porém, não se limitam a atravessar a Espanha: a pretexto de criar pontos de apoio logísticos, vão ocupando cidades e fortalezas no caminho de Bayonne a Salamanca. Na realidade, Portugal foi somente a primeira vítima da investida do que eram ainda os "invencíveis" exércitos napoleónicos. A segunda vítima, com um intervalo de poucas semanas, foi a própria Espanha, com a diferença que, no seu caso, a família real ficou prisioneira de Napoleão. A desmesurada ambição espanhola de ocupar Portugal

acabou por provocar a sua ruína e criou-lhe uma situação ainda pior que a portuguesa. Em ambos os casos, ao fim de alguns meses o poder do estado central tinha desaparecido e era substituído pelo poder das Juntas regionais, criando o caos em amplas zonas do território. De uma penada desaparecia o poder central de dois importantes reinos europeus que ainda dominavam a maior parte do continente americano.



Em fins de Outubro, quando os exércitos franceses se aproximam da fronteira portuguesa, Londres mostra-se impaciente e coloca frente a Lisboa uma poderosa esquadra de 9 naus, comandada pelo almirante Sir Sidney Smith, em parte como resposta à chegada de uma esquadra russa que não se sabia ao certo como iria actuar. O secular aliado lança então um aviso solene: caso a família real não retire para o Brasil, a esquadra devia retirar para a Madeira ou até para Gibraltar, não se aceitando a sua continuação em Lisboa, onde seria capturada pelos franceses. Era a tradicional política inglesa, em que a prioridade ia para a preservação da supremacia naval. Não se tratava de uma ameaça vã. Todos se lembravam da famosa acção de Nelson em Copenhaga poucos anos antes, quando uma esquadra britânica aniquilou por completo a marinha dinamarquesa oficialmente neutra, apesar da protecção das poderosas fortalezas em terra, bem mais eficazes que as baterias que defendiam a barra do Tejo. A Inglaterra, em resumo, não escondia que, se a Armada portuguesa estivesse em riscos de passar para as mãos dos franceses, procuraria a sua destruição preventiva.

Em começos de Novembro, D. João ordena que se apressem os preparativos para aparelhar e armar os navios, continuando em segredo o embarque do muito material encaixotado. A 12 desse mês, o exército de Junot parte de Salamanca, descendo para sul ao longo da fronteira. Sete dias depois entra em Portugal por Alcântara, tomando o caminho de Castelo Branco. A 24 de Novembro, os franceses estão em Abrantes e, por incrível que possa parecer, só então a Corte recebe a confirmação da invasão. D. João logo ordena que comece o embarque das pessoas, para que a esquadra possa zarpar a 27. Os dias seguintes são de grande confusão no cais de Lisboa, onde se acumulam largos milhares de pessoas e dezenas de milhares de caixotes, no meio das chuvas torrenciais desse inclemente Novembro. Os comandantes das dezenas de velas tentam desesperadamente colocar alguma ordem no caos e preparar os seus navios o melhor possível para a aventura que era atravessar o Atlântico num Outono adiantado e com mau tempo.

A 27 de Novembro o príncipe regente D. João, a Rainha D. Maria I, demente nos seus 73 anos, e a restante família real, onde se incluía D. Carlota Joaquina, D. Pedro, D. Miguel e as outras seis princesas, embarcam nas naus que os aguardam. O núcleo da família real dividiu-se por três naus, a mais importante das quais é a apropriadamente chamada *Príncipe Real*, que tem a responsabilidade de transportar D. João, os seus dois filhos e a Rainha. No cais ficam abandonados centenas de caixotes, alguns com a prata da Patriarcal e das Igrejas, outros com

os 60 000 volumes da biblioteca da Ajuda, a mais importante de Portugal.

A intenção era partir assim que a família real embarcou, a 27 de Novembro, mas uma tempestade com ventos fortes de sudoeste fecha a barra. Seguem-se dois dias de espera ansiosa, pois sabe-se que Junot se aproxima da capital a marchas forçadas, deixando para trás as unidades mais lentas, com o objectivo de capturar a família real. São dadas ordens para inutilizar as baterias das fortalezas da barra, para que os navios possam partir mesmo que os franceses as ocupem, mas não é fácil executar esta operação no meio da grande confusão, até porque a Brigada de Marinha tinha embarcado deixando várias instalações sem guarnição. É duvidoso saber o que aconteceria se os franceses entrassem em Lisboa ainda com a esquadra no rio, sem conseguir sair a barra. Sem dú-



vida, Junot mandaria de imediato ocupar os fortes e baterias da barra, mas era duvidoso que estas se conseguissem impor contra as cerca de 900 peças da esquadra. Havia ainda a possibilidade da esquadra britânica forçar a entrada na barra do Tejo e silenciar as baterias em terra (uma esquadra francesa fez justamente isso em 1831).

O amanhecer de 29 de Novembro de 1807 foi recebido com um suspiro de alívio, pois, como que por milagre, a tempestade tinha amainado e o vento mudado de direcção, sendo agora favorável à saída da barra. Em poucas horas a imensa esquadra faz-se ao Atlântico, pouco antes da chegada dos Franceses. Junot é recebido por uma comissão de boas-vindas em Sacavém (D. João tinha ordenado que não se resistisse) e entra na capital às 7h de 30 de Novembro. Tivesse o vento mudado um dia depois e poderia ser o desastre. Mesmo assim, navios isolados retardatários ainda são alvejados pelas baterias que os franceses rapidamente recuperam.

A esquadra portuguesa é saudada pelas naus de Sir Sidney Smith que a esperam ao largo de Cascais e acompanhada por quatro delas ao dirigir-se para a Madeira. Vai começar uma difícil travessia num Outono inclemente, com tempestades frequentes, com navios mal preparados e sobrelotados. A esquadra não tarda a ser separada pelo

mau tempo, embora só uma das suas muitas velas tenha de regressar a Lisboa por estar em riscos de se afundar – uma outra foi procurar abrigo na Inglaterra. Uma parte menor da esquadra, onde se incluía a nau *Príncipe Real*, segue directamente para a Baía, enquanto a maior parte se dirige para a zona mais calma de Cabo Verde e só depois para o Brasil, num ritmo que depende das condições de cada navio.

D. João, ao chegar ao Brasil em Janeiro de 1808<sup>1</sup>, confirma de imediato a abertura dos seus portos ao comércio aliado e anula as leis que proibiam a criação de uma série de instituições que passam a ser essenciais para o funcionamento da Corte, desde manufacturas, até tipografias. Em poucas semanas os órgãos centrais do Reino instalam-se em terras de Vera Cruz: secretarias de estado, tribunais de várias instâncias, câmaras de comércio e indústria, escolas superiores, academias, bibliotecas, bandas de música, fazenda, administração militar central, unidades militares, manufacturas, ordens religiosas, etc. Numa obra recente Patrick Wilcken salienta que era a primeira vez que uma família real europeia se deslocava ao continente americano. Na realidade, era muito mais do que isso: era a transferência em massa da Corte e dos principais órgãos do governo de um importante estado europeu para o outro lado do Atlântico, acompanhados pela totalidade da sua Armada em condições de navegar, por grande parte da alta hierarquia militar, pela elite da sociedade e por muita da riqueza nacional. As consequências serão imensas.

Tendo em conta que tudo foi preparado secretamente em poucas semanas e que se tratou de uma operação de grande envergadura sem precedentes, não podemos deixar de concluir que a travessia correu muito melhor do que uma análise fria das probabilidades deixaria prever. Uma das maiores esquadras portuguesas que alguma vez atravessou o Atlântico na pior altura do ano, não perdeu nenhuma vela e só uma teve de regressar a Lisboa, apesar da preparação deficiente da maior parte dos navios, do mau tempo e do facto de irem sobrelotados. Foi uma anormal reunião de improvisação inteligente e sorte, onde a maior de todas as sortes foi a inversão da direcção do vento na noite de 28 para 29 de Novembro.

Prof. Doutor António José Telo  
Professor na Academia Militar

OBS: Este texto serviu de base a uma intervenção oral de abertura solene do ano lectivo na Escola Naval a 29 de Novembro de 2007, pelo que as referências e notas de rodapé estão reduzidas ao mínimo.

#### Nota

<sup>1</sup> Uma parte da esquadra chega à Baía a 22 de Janeiro de 1808. O príncipe regente D. João sai dessa cidade a 27 de Fevereiro, numa esquadra formada por 4 naus (1 delas inglesa), um brigue e um transporte, tendo desembarcado no Rio a 7 de Março.



## Academia de Marinha

# Partida da Família Real para o Brasil

A comemoração do Segundo Centenário da Partida da Família Real para o Brasil, que a Academia de Marinha começou a preparar em fins de 2006, acabou por despertar o interesse de várias outras instituições que organizaram programas de atividades muito diversas.

Dois desses programas tiveram maior repercussão, quer pelo peso das instituições que os promoveram, quer pela natureza e interesse das acções que incluíram.

Um dos programas foi da responsabilidade do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, com coordenação atribuída à Comissão Cultural da Marinha, e que envolveu o Gabinete do CEMA, o EMA, o Comando Naval, o Comando do Corpo de Fuzileiros, a Academia de Marinha, a Escola Naval, o Museu de Marinha, o Colégio Militar e a Banda da Armada, para além da importante representação da Marinha do Brasil constituída pelo Almirante de Esquadra Álvaro Augusto Dias Monteiro, Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, pelo Vice-almirante Armando de Senna Bittencourt, Director do Património Histórico da Marinha, pelo Contra-almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, Comandante da Escola Naval, pelo CMG Francisco Eduardo Alves de Almeida, Membro do Centro de Estudos de Política e Estratégia da Escola de Guerra Naval, pela Fragata "Niterói" do comando do CF Ricardo Alves de Barros e por uma Força de Fuzileiros.

Pretendeu-se reunir as Marinhas de Portugal e do Brasil na evocação do evento que esteve na origem da criação desta última. Mas procurou-se também estreitar mais ainda os laços que hoje unem as duas Marinhas, trocando informações sobre os propósitos do presente e os projectos para futuro.

Estas comemorações tiveram os seus pontos altos na cerimónia militar de 24 de Novembro de 2007 frente à Torre de Belém, já narrada no número de Janeiro da Revista da Armada, na sessão da Academia de Marinha de 27 de Novembro e na conferência proferida na Escola Naval em 28 de Novembro pelo CALM Leal Ferreira, e que é referida

noutras páginas deste mesmo número da Revista da Armada. Poderá ainda incluir-se nesta sequência de eventos a abertura solene do ano lectivo da Escola Naval, em 29 de Novembro, com a oração de sapiência proferida pelo Prof. Doutor António José Telo, subordinada ao tema "O Dia em que o Atlântico Mudou".



O segundo programa, que recebeu a designação de "Primeiras Jornadas Comemorativas da Partida da Família Real para o Brasil", foi uma realização conjunta das cinco instituições cimeiras da ciência nacional: Academia das Ciências de Lisboa, Academia Portuguesa da História, Academia de Marinha, Sociedade de Geografia de Lisboa e Comissão Portuguesa de História Militar. Foi certamente a primeira vez que se organizou um evento académico com tão ampla



participação, e também este contou com a presença de um grupo convidado de individualidades estrangeiras de elevado mérito: os Prof. Doutores Mariano Cuesta Domingo (agora admitido como Académico Associado da Academia de Marinha) e Emilio de Diego, de Espanha; as Prof.<sup>as</sup> Doutoradas Vera Bottrel Tostes e Ester Bertolleti e ainda os Prof. Doutores Arno Wehling (Presidente do Instituto de História e Geografia do Brasil), Edivaldo

Boaventura, Carlos Roberto Nogueira e Alfredo Matta, todos do Brasil.

Cada Instituição responsabilizou-se pelas sessões académicas de cada um dos cinco dias úteis da semana de 26 a 30 de Novembro. À abertura solene das "Jornadas", que teve lugar na Academia das Ciências de Lisboa, dignou-se presidir o Senhor Presidente da República, Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva. A Oração Inaugural foi proferida pelo Prof. Doutor Luís de Oliveira Ramos e teve o título: "A Transferência da Corte para o Brasil no Quadro das Relações Internacionais: Problemas e Opções".

A ligação dos dois programas foi estabelecida pela Academia de Marinha que reuniu, na sessão cultural de 27 de Novembro já referida, sete conferencistas convidados das duas organizações, a da Marinha e a da comunidade académica nacional.

A sessão da Academia de Marinha ocupou todo o dia 27 e teve uma das mais elevadas assistências de sempre que incluiu cidadãos brasileiros residentes em Portugal.

O Presidente da Academia de Marinha, VALM Ferraz Sacchetti, presidiu à sessão de abertura. Acompanhavam-no na Mesa a Presidente da Academia Portuguesa da História, Prof. Doutora Maria Manuela Mendonça e o Presidente da Comissão

Portuguesa de História Militar, Tenente-general Alexandre de Sousa Pinto. Ao longo do dia, as restantes Mesas foram presididas pelo Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, Prof. Engenheiro Luís Aires-Barros e Presidente da Comissão Cultural de Marinha, CALM MN Rui Manuel Rodrigues de Abreu.

Nas breves palavras de abertura, o VALM Sacchetti agradeceu o interesse manifestado através da presença de tão significativo número de convidados e, resumindo o propósito das actividades da semana, na perspectiva dos dois programas divulgados, disse:

*Impossibilitando a concretização das aspirações de Napoleão ao título de Imperador da Europa, a partida da Rainha e do Príncipe Regente para o Brasil manteve o poder no Rei de forma legítima e inquestionada, garantiu a indepen-*



dência nacional e preservou a unidade do Império português. Por outro lado, a presença da Corte e das representações estrangeiras no Rio de Janeiro, conferiu prestígio à futura Capital e permitiu ao Brasil uma experiência de governação pré-independência que nenhum outro dos novos países sul-americanos teve oportunidade de usufruir.

Mas, hoje, é com interesse e simpatia pelo grande país irmão que devemos aproveitar estas comemorações para pensar também no futuro.

Escreveu Gilberto Freyre em 1960 que a tese do luso-tropicalismo “deixou de ser simples objecto de atenções académicas, para se apresentar sob a forma de um método novo e talvez dinâmico, não só de reinterpretação como de reorientação do comportamento, quer de Portugueses, quer de Brasileiros, em face de novas situações internacionais de economia, de política e de cultura. Tais situações exigem de nós, Portugueses e Brasileiros, uma atitude também nova em relação ao nosso passado comum, às nossas relações mútuas e às probabilidades do nosso destino de povos com especialíssimas responsabilidades na maior aproximação do Ocidente com o Oriente, da Europa com o Trópico”<sup>1</sup>

Ao observar a presença de Portugal na União Europeia e do Brasil no Mercosul, ambos os países definindo interesses profundos no Atlântico comum, penso na extraordinária actualidade daquelas palavras de Gilberto Freyre.

Espero sinceramente que a evocação deste período histórico tão importante para as nossas Pátrias contribua para valorizar mais ainda os laços que nos unem, uma vez que os valores não têm limites, e, na era da globalização em que vivemos, contribua também para a aproximação entre todos os povos e para a paz no mundo.

Seguiram-se de imediato as quatro conferências da manhã, pela ordem e com os temas que se indicam:

“Transferência da Corte para o Brasil. Uma Operação Naval de Grande Envergadura”, proferida pelo CMG José António Rodrigues Pereira, Director do Museu de Marinha e membro da Academia de Marinha;

“Dantas Pereira e a Real Academia de Guardas-Marinhas”, proferida pelo CALM José Luís Leiria Pinto, membro da Academia de Marinha;

“Da Marinha de Portugal Forma-se uma Marinha para o Brasil, 1807-1823”, pelo VALM Armando de Senna Bittencourt, já referido como Almirante da Marinha do Brasil convidado;

“A Difícil Conjuntura Financeira Aquando da Ida da Corte para o Brasil”, pelo Prof. Doutor António Marques de Almeida, membro da Academia de Marinha.

Na sessão da tarde, foram proferidas mais três conferências:

“A Viagem Marítima da Corte Portuguesa

de Lisboa para o Brasil”, pelo CMG MN João Pedro Xavier de Brito, membro da Direcção da Sociedade de Geografia de Lisboa;

“Chegada da Família Real ao Brasil”, pelo CMG Francisco Eduardo Alves de Almeida, já referido como Comandante da Marinha do Brasil convidado;

“O Ensino Náutico em Portugal, 1761-1807”, pelo Prof. Doutor Francisco José Contente Domingues, Vice-presidente da Academia de Marinha.

Embora todas as intervenções tivessem tido o maior interesse, não é possível apresentar aqui os resumos dos temas tratados. Aliás, os títulos das intervenções indicam muito claramente os assuntos expostos. A Academia de Marinha, a Escola Naval e a Revista da Armada esperam poder brevemente colaborar na edição de um livro que reúna todas as conferências pronunciadas na Escola Naval e na Academia de Marinha, acima referidas, juntamente com os artigos publicados sob este tema nos números de Novembro 2007, Janeiro e Fevereiro de 2008, da Revista da Armada.

(Colaboração da Academia de Marinha)

Nota

<sup>1</sup> Freyre, Gilberto, *O Luso e o Trópico*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, p. 2.

## O Comandante da Escola Naval do Brasil visita a Escola Naval Portuguesa

O Comandante da Escola Naval do Brasil, CALM Eduardo Leal Ferreira, visitou no dia 28 de Novembro de 2007 a Escola Naval portuguesa, no âmbito das comemorações do Bicentário da Partida da Família Real Portuguesa e da Real Academia de Guardas-Marinhas para o Brasil a convite do Comandante da Escola Naval, CALM Saldanha Junceiro. Integrava a delegação o Comandante Geral do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil, Almirante de Esquadra Álvaro Dias Monteiro e, ainda, o VALM Armando de Senna Bittencourt e o CMG Francisco Alves de Almeida, conferencistas convidados do seminário da Academia de Marinha, realizado em 27 de Novembro de 2007, sobre o mesmo tema, bem como, o CFR Ricardo Alves de Barros, Comandante da fragata “Niterói”.



Fotos | Jitlio Tito

A visita iniciou-se com a apresentação de cumprimentos entre os Comandantes das duas Escolas Navais e assinatura do Livro de Honra, a que se seguiu um *briefing*

Banda da Armada.

Após o almoço, teve lugar uma conferência organizada pela Escola Naval e pela Academia de Marinha, subordinada ao tema “A Estratégia Naval do Atlântico Sul, na perspectiva brasileira”, em que foi orador o Comandante da Escola Naval do Brasil e à qual assistiram diversas individualidades civis e militares convidadas e os Corpos Docente e Discente. A palestra, muito bem estruturada e apresentada, permitiu a divulgação das valências e potencialidades da Marinha Brasileira e da sua estratégia naval, que terminou com um rico período de perguntas e respostas para satisfação da audiência.

A visita e o seu programa constituíram um dos momentos altos das comemorações e contribui para o reforço dos laços de amizade e cooperação entre as Marinhas de Portugal e do Brasil.

(Colaboração da Escola Naval)

pormenorizado sobre a missão, estrutura, modelo de ensino em vigor na Escola Naval e visita às diferentes instalações escolares. A culminar a visita realizou-se o desfile do batalhão escolar perante as entidades convidadas, cerimónia abrilhantada pela



# D. Carlos I

## O Rei, o Artista e o Homem de Ciência

**E**l-rei D. Carlos nasceu no palácio da Ajuda a 28 de Setembro de 1863, sendo filho de D.<sup>a</sup> Maria Pia de Sabóia e de D. Luís de Bragança, o 32.<sup>o</sup> rei de Portugal. O Doutor Magalhães Coutinho assistira sabidamente ao parto da rainha, e cerca da uma e meia da tarde anunciava à corte o nascimento de um belo rapaz, sossegando os habituais temores de qualquer dificuldade de sucessão. As damas chegavam-se ao altar dando graças a Deus e a artilharia do reino anunciava a boa nova ao povo que se juntava em frente ao palácio para dar alvíssaras ao soberano feliz. Foi baptizado na igreja de S. Domingos a 19 de Outubro, recebendo o nome completo de Carlos Fernando Luís Maria Vítor Manuel Rafael Gabriel Gonzaga Xavier Francisco de Assis José Simão.

Recebeu uma educação semelhante à que era normal ser dada a todos os descendentes de reis, destinados a ocupar um trono e a dirigir os supremos destinos da nação: os mestres visitavam-no no próprio palácio da Ajuda, onde as lições eram partilhadas com o infante D. Afonso, seu irmão, e tinham uma vincada vertente humanística, relacionada com as funções que viria a desempenhar. Começavam cerca das oito da manhã e prolongavam-se até ao final da tarde, durante toda a semana. Só o Domingo poderia ter alguns momentos de distração intervalados, contudo, com pequenos períodos de estudo quando assim era necessário. D. Carlos aprendeu a falar fluentemente em português, espanhol, francês, inglês, alemão e italiano, recebendo ainda lições de latim e grego; estudou história, ciências naturais, matemática e filosofia; completando a sua formação académica com estudos de direito, ciência política e administração pública num regime monárquico constitucional, como era o português. A arte teve ainda um papel especial na sua educação, nomeadamente a música e a pintura, merecendo, esta última, um lugar de destaque na carreira do homem e do monarca.

Com a idade de 22 anos, o Príncipe contraiu matrimónio com Amélia de Orléans, filha do Conde de Paris e descendente em linha directa de Louis Philippe, rei dos franceses. A escolha foi feita pelo próprio D. Carlos, mas é importante realçar como a relação não era, de todo, ocasional, fruto de um enamoramento espontâneo dentro de um meio social alargado que ambos frequentassem. Havia condicionantes próprias, inerentes às funções de chefia do Estado, a que o Príncipe

estava destinado, com aspectos exclusivos incontornáveis, como eram a exigência de paridade no escalão de nobreza e a opção religiosa católica romana (devendo notar-se que uma boa parte das monarquias europeias eram protestantes). O futuro rei de Portugal casou, portanto, de acordo com os cânones da época e, cerca de um ano depois, nascia o seu primeiro filho, consubstanciando-se a formação da família primeira da hierarquia das famílias portuguesas, garantindo a con-



D. Carlos I.

tinuidade dinástica e repetindo um ritual institucional que devia passar de geração em geração. Decorridos que são quase cem anos sobre a implantação da República, e no vertiginoso mundo do século XXI, esta questão passa despercebida e pode julgar-se (inadvertidamente) de menor importância, mas ela é central para a compreensão dos problemas que afectaram as duas últimas décadas da Monarquia Portuguesa.

### O REI

D. Carlos foi aclamado no final do ano de 1889, dando início a um dos mais controversos reinados da história portuguesa. Certamente aquele em que a figura do rei foi mais contestada na via pública, com insultos injustificados e excessos de linguagem

que ainda hoje pareceriam inusitados. É costume apontar-se como primeira desgraça da sua magistratura a situação criada pelo *ultimatum* inglês de 11 de Janeiro de 1890, sem notar que ocorreu pouco mais de dois meses depois da morte de D. Luís I, e escassos quinze dias após a cerimónia oficial de juramento que marca o início do seu reinado. E a acusação é tão injusta, quanto o incidente decorre de uma má avaliação internacional dos governos anteriores, que não mediram

convenientemente a relação internacional de forças e o alinhamento colonial decorrente da Conferência de Berlim. Longa seria a análise das circunstâncias em que o país lançou a ideia de uma soberania sobre o território africano que unia Angola a Moçambique, consubstanciada no chamado “mapa cor-de-rosa”. Tão longa quanto a energia com que o projecto foi rejeitado pela Grã Bretanha, criando as condições para os incidentes militares que levaram ao *memorandum* do representante britânico, transfigurado depois como um *ultimatum*, sem que tivesse assumido exactamente essas proporções. Deve, contudo, dizer-se que a resolução do diferendo e a consolidação do império português em África – praticamente nos moldes em que existiu até 1974 – deve-se à intensa e subtil acção diplomática de D. Carlos. E não é verdade que esta acção se tenha pautado pela sujeição permanente aos interesses britânicos, como disseram as oposições políticas do tempo (monárquicas e republicanas).

O regime monárquico constitucional, vigente durante quase todo o século XIX, teve como primeiro suporte a *Carta Constitucional* dada por D. Pedro IV, em 29 de Abril de 1826, alterada pelas reformas de 1852, 1885 e 1896. No seu artigo 71.<sup>o</sup>, dizia ela que: “O poder moderador é a chave de toda a organização política, e compete primitivamente ao Rei, como chefe supremo da nação, para que incessantemente vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos poderes políticos”. Esta questão foi alvo de particulares estudos desenvolvidos por eminentes juristas (v.g. Lopes Praça, *Direito Constitucional Português*, Coimbra, 1880), que definiram o essencial deste “poder moderador” como uma “força neutral”, à parte dos restantes poderes (executivo, legislativo e judicial), e colocada no seu centro, sem nenhum interesse que não uma arbitragem equilibrada. E durante todo o século XIX foi sendo elaborado um padrão de comportamento, omnipresente em todos os aspectos



da educação do futuro rei. Eram-lhe vedadas simpatias políticas, opiniões públicas e emoções, não dava ordens ao governo, evitava contactar directamente com as oposições, etc.. Mas isto não o impedia de influenciar sistematicamente o Ministério, podendo recorrer a situações excepcionais em que dispensava o poder legislativo, dissolvendo as cortes e nomeando, provisoriamente, o seu próprio governo. Dizia-se, nestas condições, que se governava em ditadura porque o exercício era feito sem parlamento. Quer isto dizer que, com todas as garantias dadas pela *Carta*, a capacidade prática de exercer o poder pessoal era muito grande, bastando que o fizesse com um tacto especial, cuja aprendizagem fazia parte da escola de todos os soberanos. Havia, contudo, uma incumbência do poder executivo em que o rei interferia sempre com particular veemência, devido ao carácter simbólico da sua figura, enquanto representante superior da nação: refiro-me, naturalmente, à política externa, sempre muito marcada pela relação pessoal entre os diferentes monarcas. Competia, aliás, ao rei (pela *Carta Constitucional*) dirigir as negociações políticas com as nações estrangeiras e nomear os embaixadores. Evidentemente que as negociações só podiam fazer-se com a aprovação do governo e a anuência do parlamento, tanto mais que as verbas implicadas estavam nas mãos destes dois órgãos de soberania, mas os governos mudam e passam e o rei fica. A coerência da política externa dependia, essencialmente, dele e D. Carlos fez valer o seu prestígio internacional em toda a linha, interferindo e ajudando na resolução de muitos problemas. Por vezes, mediando questões onde Portugal não estava directamente implicado.

Nos quase vinte anos em que reinou, a política nacional foi dominada por dois grandes partidos: o partido regenerador, mais conservador e avesso a grandes liberalidades; e o partido progressista, com uma política mais radical, que hoje poderia dizer-se mais à esquerda. Estes dois partidos alternaram no poder durante quase todo o reinado, com pequenas excepções em que foram formados governos de iniciativa régia. Na verdade, nas últimas duas décadas tinham estado à frente desses partidos as figuras de Hintze Ribeiro (regenerador) e de Luciano de Castro (progressista), que dirigiam duas extensas clientelas difíceis de saciar. A alternância era facilmente controlada pelo Rei, mas não trouxera nenhum benefício ao país e impunha-se fazer a reforma do sistema. D. Carlos acreditou que essa tarefa podia ser levada a cabo por um dissidente regenerador, de nome João Franco, que lhe parecera ter ideias claras e concor-

rentes com as suas. Nomeou-o Presidente do Conselho de Ministros em Maio de 1906, para formar governo com apoio do parlamento, mas a situação política degradou-se muito, e, um ano depois, o Rei decidiu dissolver as cortes, deixando João Franco governar em ditadura até que houvesse condições para realizar novas eleições. Foi debaixo de um ambiente tenso, com contestação nas ruas e com sinais preocupantes da proliferação de acções violentas utilizando explosivos, que se passou o Verão e Outono de 1907. Deve dizer-se que a contestação imputada aos republicanos e, depois, a anarquistas foi, contudo, desenvolvida por todos os adversários de João Franco, sem excluir os dois principais partidos monárquicos. Era vulgar que assim



D. Carlos I a bordo de um cruzador russo.  
Arquivo Marina Tavares Dias

acontecesse, parecendo a todos que da agitação tirariam os seus proveitos. A ameaça tornou-se um instrumento normal do combate político, não só para os que contestavam o regime, em si, como para todos os que discordavam do Governo. E os níveis de violência subiam vertiginosamente, sem que ninguém se apercebesse que estava a acender um rastilho sem controlo. Do lado do governo e do próprio Rei, havia como que um cerrar de fileiras sobre esse tipo de agitação. E – é bom lembrá-lo – a correspondência trocada entre os dois demonstra muito mais do que solidariedade institucional entre órgãos de poder: D. Carlos está muito longe da neutralidade que lhe reservava a *Carta*, assumindo de corpo e alma um projecto político em que acredita e que promoveu pessoalmente.

No final do ano de 1907 a Família Real deslocou-se para Vila Viçosa, onde normalmente passava o período de Natal. Ali passou umas semanas, marcando o regresso a Lisboa para finais de Janeiro e adiando-o, depois, para o dia 1 de Fevereiro. Partiram, pois, de Vila Viçosa cerca das 11.30, cruzando o Alentejo de comboio até à estação do Barreiro, de onde atravessaram para o Terreiro do Paço no vapor D. Luís. No Cais das Colunas esperavam-nos diversas entidades (cerca de 80 pessoas) para cumprimentos ao Rei, seguindo o cortejo em coches abertos. À frente, num landau, ia D. Carlos, a Rainha D.<sup>a</sup> Amélia, o Príncipe D. Luís Filipe e o Infante D. Manuel. Percorrendo a ala oeste da Praça do Comércio, muito perto da actual

estação dos correios, souou um primeiro tiro. De imediato, Manuel Buíça saca de uma carabina *Winchester*, que disfarçava sob um largo capote, e correndo da placa central para a via, ajoelha e faz o primeiro disparo que alcançou o Rei na coluna vertebral, à altura do pescoço. Entretanto, do lado das arcadas, vem Alfredo Costa que consegue saltar para o estribo do landau e atinge D. Carlos com um tiro de pistola. O Príncipe reagiu à emboscada e fez quatro disparos com o seu revólver, antes de cair morto com um ferimento de bala no peito e outro na cabeça. O tiroteio prolongou-se por alguns minutos, com a reacção imediata da Guarda Municipal que abateu os dois regicidas, mas o acto estava consumado. O Rei e o Príncipe estavam mortos e a monarquia constitucional recebia o seu mais duro golpe de sempre: o golpe que verdadeiramente a aniquilou.

Depois do regicídio ficou pouco mais do que o medo ou o terror. Estou em crer que ninguém queria acreditar que tinha acontecido aquilo que hoje nos parece óbvio estar eminente e sobre que havia sinais evidentes. Mas a aná-

lise *a posteriori* é sempre mais fácil do que o julgamento do momento. Numa primeira fase todos pareciam chocados ou surpreendidos, preferindo esquecer o que tinha sucedido. Chegou a dizer-se que tudo se resumira a um acto isolado de Buíça e Costa. E à verdade sobreviveram os mitos adequados à cor política de quem os divulgava, com versões para todos os gostos. Os monárquicos seguiram duas vias complementares: acusaram os republicanos da conspiração, e protegeram a imagem real transferindo toda a carga negativa do regime para João Franco: um cobarde, capcioso e fugidio, que nem sequer enfrentou o perigo no Terreiro do Paço. Os republicanos, pelo seu lado, realçaram o carácter repressivo do poder, e apoucaram a figura do rei D. Carlos, co-



brindo-a de ridículo: uma criatura distante, pouco dotada, que desprezava os portugueses e que se dava mais a prazeres mundanos que à governação. Nenhum deles tem razão no que diz: João Franco saltou do seu coche no meio do tiroteio e cruzou o Terreiro do Paço a pé, pelo caminho da emboscada e atrás do landau real, sem revelar nenhum medo; e D. Carlos nunca foi a caricatura que dele construiu a propaganda republicana. Para além da dimensão política incontestável – concorde-se ou não com as ideias –, devem salientar-se duas componentes humanas de reconhecido gabarito: o artista plástico, pintor de ar livre e de atelier, e o apaixonado pela ciência, orientador de sucessivas campanhas oceanográficas, com resultados científicos publicados. Delas falaremos a seguir.

## O ARTISTA

A educação artística estava sempre presente nos programas mais exigentes de formação dos jovens do final da segunda metade do século XIX, e os filhos de D. Luís não deixaram de receber lições de música e artes plásticas. Mas quer o destino que a sensibilidade de cada um seja modelada de forma individualizada, distinguindo as personalidades com caprichosos ditames que escapam à compreensão humana. O velho rei D. Fernando II pintava com alguma paixão e apreciava obras de arte que colecionava com critério, mas não se lhe reconhece particular génio executante. D. Luís tinha orgulho nos seus dotes musicais que, na época, nunca ninguém se atreveu a negar, mas as observações que nos chegaram têm a piedosa referência de que “El-rei deve trabalhar mais a sua arte”. O Infante D. Afonso recebeu uma formação idêntica à do irmão, mas nunca ouviu ou li quem lhe gabasse os dotes artísticos. Realça, sobretudo, o talento de D. Carlos para as artes plásticas, tão notório e diferente de qualquer outra figura da Família Real e perfeitamente documentado por centenas de obras assinadas de enorme qualidade. Denota, sobretudo, um processo evolutivo em que é evidente a maturação técnica e estética onde é evidente o acompanhamento dos movimentos artísticos do seu tempo.

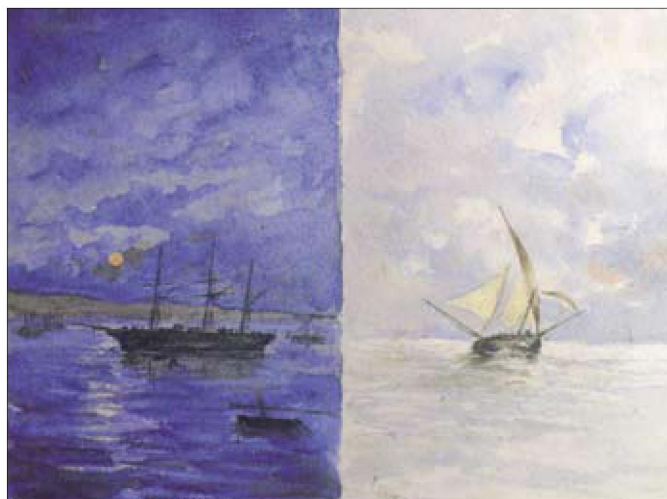
A pintura portuguesa do século XIX (como todas as artes) sofre as agruras da agitação política que decorre da saída da Família Real e da Corte para o Brasil, em 1807, a que se seguiu a agitação política que durou toda a primeira metade do século. Quando Passos Manuel criou a Academia de Belas Artes, em 1836, Portugal estava agarrado aos temas neoclássicos o gosto do final do

século XVIII e em momentos do vendaval napoleónico. Uma das mais importantes obras portuguesas dessa fase é o *Eneias salvando Anchises do Incêndio de Tróia*, de António Manuel da Fonseca, professor na Academia e «Pintor da Real Câmara e Mestre de suas Majestades e Altezas». Talvez tenha sido ele o primeiro



*Farol da Guia.*  
D. Carlos - Aguarela sobre papel, 1900.

mestre do rei D. Carlos, que nunca cultivou o género académico da pintura histórica, em absoluta decadência por toda a Europa. O próprio romantismo emergente queria outros temas pictóricos, e caminhou no sentido da paisagem bucólica das *Viagens na Minha Terra* de Almeida Garrett. A produção portuguesa deste período é relativamente pobre, mas foram com certeza os seus representantes que exerceram a primeira influência no futuro rei, aproximando-o da natureza e da paisagem, embora ainda sem a exploração da luz e das nuances da progressividade da cor que virão com o Naturalismo e com o crescente domínio da aguarela e do pastel.



*Noite e dia.*  
D. Carlos - Aguarela sobre papel, 1901.

Rocha Martins – um dos mais importantes biógrafos de D. Carlos – diz que “aos dezasseis anos recebia lições de pintura dadas por Miguel Lupi”. O mestre era, sem dúvida de vulto, mas não deve ter agradado o suficiente aos gostos subtis da Família Real. Quem veio a marcar uma posição mais determinante na

formação do Príncipe foi o espanhol Enrique Casanova, então residente em Portugal e mais familiarizado com a técnica da aguarela, pouco divulgada no mundo artístico português. A aproximação entre a casa real e o artista deu-se por intermédio do representante espanhol em Portugal, D. Juan de Valera, que o recomendou à rainha D<sup>a</sup> Maria Pia, e os seus dotes devem ter sido do agrado do Príncipe, que não mais se separou do mestre. Armando Lucena, que em 1946 publicou um estudo sobre D. Carlos enquanto artista, diz-nos: “Deve, certamente, ter sido bastante grande a influência de Casanova exercida sobre a formação estética de D. Carlos, nessa altura ainda príncipe; mas, a provável ascendência do mestre não foi além de certos limites, porque o carácter inicial, a paixão pelos temas marítimos, não só vinha de longe, como se prolongou imperturbavelmente através de toda a sua ideologia artística.” E esta é que é a questão medular da

carreira do artista, da sua personalidade e do seu talento. A influência dos mestres revela-se na utilização dos materiais, no domínio dos crayons ou do pincel e no controlo das cores, mas o essencial das suas características está na maneira como vê os temas, na forma como olhou para os seus modelos humanos ou naturais e os colocou na tela, no papel ou no cartão.

Casanova, como disse, era um aguarelista de mérito e é com essa técnica que o Príncipe surge junto de um público ainda restrito, a quem oferece as primeiras “marinhas”, ainda nos anos oitenta. Só se conhecem os seus trabalhos a pastel a partir de 1892, mas a progressão nesse género foi muito superior à aguarela, ultrapassando largamente o próprio Casanova e distinguindo-se claramente no panorama artístico do seu tempo. São a pastel os seus melhores trabalhos, como «o sobreiro», a «a armação de atum», «Vila Franca», «farol da Guia», várias paisagens à beira mar e (muitas) «marinhas»; e mesmo retratos, como o camponês alentejano José Maria Pires da Silva (1907), onde sobressai o apuramento técnico e, sobretudo, o trabalho persistente de atelier, próprio de quem recusa ser visto como “o grande personagem, amador de arte e diletaante que pinta nas horas de ócio”. Fialho de Almeida, cuja pena afia-

da nunca poupou o Rei nem a monarquia às suas ferroadas venenosas, era também crítico de arte. Na sequência de uma exposição no *Grémio Artístico*, deixou o seguinte comentário: “No grupo novo, o lugar de honra pertence ao rei D. Carlos, cujos *pasteis* passam de prenda à categoria dum verdadeiro tra-



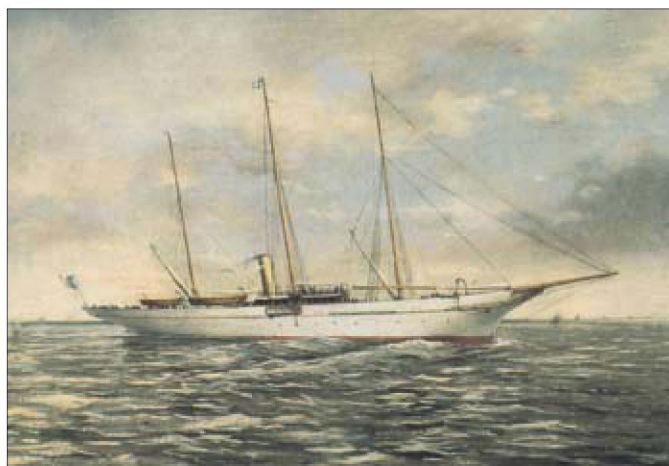
balho de arte. O curioso acabou-se, e agora é necessário apontá-lo entre os pouquíssimos que neste país de costa, verdadeiramente, sentem a marinha, e entre os raros que na exposição se esforçam por pintar em português. Os seus dois *pasteis* de lezíria revelam o olho afeito, não a perceber objectos, mas conjuntos, e a guiar-lhe o pincel por um caminho de *nuanças*, donde os nossos «pastelistas» mais hábeis raro têm conseguido tirar a limpo.” Melhor elogio não seria possível. Sobretudo vindo de um declarado inimigo político.

## O HOMEM DE CIÊNCIA

É recorrente dizer que a paixão de D. Carlos pelos estudos de zoologia e oceanografia estão intimamente ligados à sua paixão pela natureza, que aparece tão óbvia na sua arte. E, efectivamente, as primeiras referências que nos mostram a sua curiosidade por este tipo de assuntos remontam ao período em que contava apenas 13 ou 14 anos, quando começou a remeter os exemplares das suas caçadas para o Museu de Lisboa, organizando para ele próprio, no Palácio da Ajuda, um museu ornitológico que nunca deixou de enriquecer com melhores exemplares. Um dos seus mestres e companheiro das campanhas oceanográficas dos últimos anos da sua vida, o professor Alberto Girard, referiu no elogio académico proferido em 1909 na Academia das Ciências que, com pouco mais de vinte anos, já tinha escrito um tratado sobre as aves de Portugal, que não publicou de imediato. Foi-o refazendo, a pouco e pouco, até se decidir pela versão que levou ao prelo em 1893, com um título simplificado de *Catálogo Ilustrado das Aves de Portugal*. Ilustrada por Casanova, dele constam 212 exemplares de diferentes aves, devidamente classificadas, com os nomes conhecidos (nos casos possíveis, em português, francês, espanhol, inglês, alemão, italiano e russo), concentração em Portugal, hábitos de nidificação e arribação, bem como indicação dos exemplares que tinha na sua colecção privada. E, para que se entenda a verdadeira dimensão desta obra, digamos, de juventude, citamos um trecho do prefácio de uma recente edição: “nem antes nem depois de 1903 foi levado a cabo, em Portugal, um estudo ilustrado tão completo e tão perfeito sobre as aves que vivem, nidificam, ou arribam no nosso País.”

As maiores realizações científicas feitas sob a sua orientação e direcção seriam, contudo, no campo da oceanografia e da ictiologia (estudo dos peixes), nas campanhas levadas a cabo entre os anos de 1896 e 1907. Sabe-se da sua proximidade com o mar e do amor às actividades náuticas, desde muito cedo, mas só nos anos noventa se lhe reco-

nece uma maior atenção aos estudos oceanográficos, cuja utilidade imediata poderia significar um incremento das pescas. Os fundos marítimos da costa portuguesa, alternando a plataforma continental com profundos vales submarinos, tinham capacidades inexploradas, que era importante aproveitar, mas



Iate Amélia II.  
D. Carlos - pastel sobre cartão.

era importante que se conhecesse com rigor as condições em que vida, deslocamento e procriação das espécies piscícolas de interesse económico, observado a melhor forma de efectuar as capturas e adaptando-a a embarcações de maior capacidade. Eventualmente, aproveitando as novas formas de propulsão. D. Carlos sempre observou com atenção a prática costeira da pesca – e isso é notório na sua pintura – mas é provável que a tragédia ocorrida na madrugada de 27 de Fevereiro



D. Carlos no tombadilho do iate Amélia II.

de 1892, nas praias do norte do país tenha despertado uma maior sensibilidade para a actividade piscatória. Nesse dia, as embarcações em faina foram surpreendidas por uma alteração meteorológica brusca, com o vento a rondar inesperadamente e a arrastar para a costa centenas de embarcações. Na manhã

do dia 27 contavam-se por mais de uma centena de pescadores mortos, entre Gaia e Vila do Conde. Foi nesta altura que decidiu a criação do *Real Instituto de Socorros a Náufragos*, tutelado pela Rainha D.<sup>a</sup> Amélia.

As campanhas começaram em 1896, na baía de Cascais, estuário do Tejo, zona dos fundos de transição para a vasa de largo e nos vales submarinos do Cabo Espichel. E seguiram-se religiosamente, todos os anos até à sua morte, com estudos sobre diversas espécies marinhas, algumas das quais absolutamente desconhecidas da ciência, como aconteceu com a espécie *Odontaspis nasutus Bragança*, um esqualo que nunca tinha sido identificado e que mereceu o nome de Bragança pelas circunstâncias em que foi descoberto. No ano de 1898 foi pela primeira vez em campanha para o Algarve, com o objectivo de estudar o movimento dos cardumes de atum que passavam naquela zona da costa

portuguesa. A importância económica dessa espécie merecia, só por si, toda a atenção, sobretudo, se fosse possível identificar quais as condições que determinavam a sua migração e traziam os imensos cardumes até às aldravas algarvias. A partir de então, todos os anos reservava um pequeno período para se deslocar até essas águas do sul, verificando e registando dados, e procurando tirar conclusões. Acabou por publicar um trabalho sobre esse assunto, embora com o reconhecimento de que os dados recolhidos eram insuficientes e não permitiam mais do que conjecturas. Não é possível reunir no espaço curto deste texto os resultados exaustivos de todas as campanhas oceanográficas levadas a cabo pelos sucessivos iates “Amélia”, que foi substituindo com um intuito específico de melhorar as condições de trabalho e investigação, mas pode ter-se uma ideia da sua importância lembrando o impacto que tiveram em diversos fóruns científicos internacionais.

A paixão pelas Ciências Naturais e a dedicação ao estudo do mar foi mais uma das múltiplas vertentes da craveira intelectual do Rei, resultante, certamente, da dedicação ao estudo e da formação que lhe foi proporcionada pelas lições dos melhores mestres. Não havia nada na sua actividade como governante que D. Carlos não conhecesse ou que não estivesse habilitado a compreender e a estudar. Faltava-lhe, talvez, o conhecimento suficiente dos homens.

Não aquele que se pode aprender em lições de mestres ou livros, mas o que decorre da vida vivida, fora da redoma da corte. Foi essa carência que lhe foi fatal.

J. Semedo de Matos  
CFR FZ



## Anos difíceis na Índia

A Marinha de D. João III deixou, no seu número 18, os acontecimentos da Índia, por alturas do primeiro cerco de Diu, no final do governo de Nuno da Cunha, aproveitando a presença de Martim Afonso de Sousa para estabelecer uma ponte com os desenvolvimentos que permitiram o estabelecimento dos portugueses no Brasil. Diu – como foi dito na altura – estava na dependência do reino de Cambaia, constituindo uma baluarte importantíssimo na defesa da navegação de acesso ao respectivo golfo por dar abrigo a embarcações que saíam em situação táctica favorável (a barlavento). Foi por essa razão que o rei de Portugal deu instruções específicas de ocupação, tarefa em que se empenharam os governadores Lopo Vaz de Sampaio e Nuno da Cunha, e que foi concretizada por Martim Afonso de Sousa, nas condições referidas. No Verão de 1538, contudo, a coabitação entre portugueses e locais deteriorou-se consideravelmente, sobretudo porque Coge Çofar se sentiu liberto dos constrangimentos que o tinham obrigado a ceder a posição. Coge Çofar fora o capitão de Diu antes da ocupação portuguesa e cedera a posição, na esperança de uma aliança militar contra a ameaça Mogol a Cambaia, que não se concretizou, de forma que cedo pensou em novos alinhamentos e estratagemas que pudessem desalojar os portugueses da fortaleza que, entretanto, tinham construído na ponta de Diu. Em Agosto de 1538, começaram os portugueses a ver um inusitado agrupamento de cavaleiros e infantes, nos limites da cidade, levando a que o capitão António da Silveira tomasse precauções redobradas quanto às saídas para fora da fortaleza e às pequenas tarefas de recolha de água e lenha, que sempre acabavam em escaramuças, com perdas de vidas humanas. E foi na sequência de uma dessas escaramuças que foi preso e interrogado um prisioneiro, que deu a saber as verdadeiras intenções de Coge Çofar, e porque estava tão agitado e agressivo, sabendo que a passagem da monção traria reforços de Goa que lhe fariam pagar aquela ousadia. O mouro foi interrogado pelo próprio António da Silveira e revelou que estava pronta em Aden uma esquadra turca, que se esperava chegasse a Diu em poucos dias, e com a qual os guzerates esperavam expulsar os portugueses. A notícia não colheu de surpresa a guarnição de Diu nem o seu experimentado capitão, mas era, deveras, preocupante porque não havia condições para uma defesa sólida da cidade: a muralha tinha várias fragilidades que nunca foi possível suprir e, sobretudo, faltava pólvora e gente de armas para um combate que se adivinhava renhido. Ainda houve tempo para mandar a Goa uma embarcação a pedir reforços, aproveitando o amainar da monção, mas Nuno da Cunha também não tinha condições de acudir a Diu, tanto mais que terminava o seu mandato como governador e era substituído por Garcia de Noronha. Da valorosa defesa de Diu nos dá notícia o relato pormenorizado de Lopo de Sousa Coutinho, que nela participou defendendo a muralha



D. Garcia de Noronha, Vice-Rei da Índia.  
Gaspar Corréa – Lendas da Índia.

do lado do rio, testemunhando os sucessivos momentos de aperto e as dificuldades extremas que a reduzida guarnição passou até à retirada dos turcos.

Garcia de Noronha chegara a Goa em Setembro de 1538 para tomar posse do cargo de Vice-Rei, contando já com a propecta idade de quase setenta anos. Era sobrinho de Afonso de Albuquerque e estivera na Índia entre 1511 e 1515, servindo depois em África com lealdade e empenho, parecendo a todos que merecia os benefícios do governo da Índia, em que, certamente, se empenharia com a mesma diligência que pusera em todos os outros feitos da sua vida. Segundo relatam os cronistas, teve grande dificuldade em reunir a gente necessária para acudir a Diu, e foi necessário recorrer a vários expedientes financeiros que não devem ter sido do seu especial agrado. Mas, nos finais de Novembro de 1538 largou de Goa com 90

velas, tomando a direcção do norte. Já tinha recebido a notícia da retirada dos turcos, mas a fortaleza estava em grande penúria e não tinha feito a paz com Coge Çofar. Embora a urgência da viagem fosse muito grande, Garcia de Noronha parecia que não ter grande pressa de chegar. Diz-nos Gaspar Correia que, apesar do vento favorável e tempo excelente, fundeava muito antes do pôr do sol e dormia noite, levantando-se “ao outro dia com duas horas de sol”. Passou por Dabul, Chaul e Baçaim, detendo-se em cada uma delas mais do que era preciso, acabando por se deixar surpreender por um temporal de norte, quando tentava atravessar o Golfo de Cambaia, em direcção a Diu. Foi o pior começo de um governo que já tinha dado outros sinais de falta de energia e empenho nas coisas da guerra no mar na Índia. Não houve muitos estudiosos que dedicassem atenção ao vice-reinado de D. Garcia de Noronha, limitando-se a comentários sobre aquilo que sugerem os próprios cronistas, e que dizem respeito a uma administração negligente, obcecada em amealhar benefícios para o próprio. Em Diu, por exemplo, substituiu António da Silveira por Diogo Lopes de Sousa, e manteve com ele uma querela prolongada, por não querer deixar-lhe os recursos financeiros necessários ao pagamento da guarnição; e esta situação repetiu-se em Baçaim, com Rui Lourenço de Távara, que acabou por ficar sem as verbas necessárias para abastecer a praça e pagar ao pessoal, que ali ficou “ao Deus dará” durante um ano de contínua guerra. Pouco ou nada conseguira fazer na Índia que não fosse o levantar problemas por causa de dinheiro, parecendo a todos que era apenas isso que o motivava.

No princípio do ano de 1540 o Vice-Rei adoeceu gravemente, o vazio de poder suscitado pela sua forma de actuação ganhara tais proporções que chegou a pensar-se eleger alguém que exercesse a governação, alegando a sua incapacidade. Foi D. João D’Eça, capitão de Goa, que se opôs a tal atitude, reputando-a de mau serviço ao Rei e desrespeito pela vontade. Garcia de Noronha morreu a 4 de Abril de 1540, abrindo-se, então, as cartas de sucessão determinadas por D. João III, de que a primeira apontava o nome de Martim Afonso de Sousa, já embarcado para Lisboa há um ano atrás. Foi aberta a segunda carta, que indicava o nome de Estêvão da Gama, recém-chegado de Malaca, e foi ele que assumiu o governo da Índia.

J. Semedo de Matos  
CFR FZ



# TOMADA DE POSSE

## DIRECTOR DO INSTITUTO DE SOCORROS A NÁUFRAGOS

Decorreu no dia 14 de Novembro, nas instalações do Instituto de Socorros a Náufragos em Caxias, a tomada de posse do novo Director do ISN, o CMG Costa Andrade.

A cerimónia foi presidida pelo VALM Medeiros Alves, Director-Geral da Autoridade Marítima e Comandante-Geral da Polícia Marítima, e entre outros, para além dos militares, e civis do ISN, estiveram presentes a Governadora Civil de Lisboa, a Presidente do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, o representante do Secretário-Geral do Gabinete Coordenador de Segurança, o representante da Autoridade Nacional de Protecção Civil, o Superintendente do Serviço de Material, os Superintendentes dos Serviços Financeiros, Subdirector DGAM/2CGPM, Director de Navios, Director de Infraestruturas e Chefe do Gabinete do ALM CEMA, os Chefes dos Departamentos Marítimos do Norte e do Centro, o Director de Faróis e diversos Capitães de Porto.

Na sua alocução, o Director empossado, agradeceu a confiança nele depositada e manifestou a sua total lealdade e cooperação, prometendo empenhar-se para, ao seu nível e num contexto de profissionalismo, dedicação e disciplina, e privilegiando padrões de qualidade, organização e eficácia, dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido pelo ISN. O VALM Medeiros Alves, no seu discurso relevou o papel de entidade reguladora nacional em matéria de salvamento marítimo, socorro a náufragos e assistência a banhistas desempenhado pelo ISN clarificando a relação hierárquica vertical instituída por lei e a dependência funcional das estações salva-vidas e do pessoal das embarcações, enfatizando a importância da relação de complementaridade com



Foto Júlio Tito

órgãos locais da DGAM, responsáveis pelo emprego operacional dos meios.

A cerimónia terminou com um porto de honra em ambiente de franca confraternização.

O CMG José António Almeida da Costa Andrade nasceu em Lisboa, tendo ingressado na Escola Naval e terminou a licenciatura em Ciências Militares Navais-Marinha em 1976 e após um curto período de embarque no NRP "João Roby", especializou-se em Navegação Submarina (1977-1978), AS (1978-1979), frequentou o CGNG (1988-1989), o "ACE Staff Officers Orientation Course" (1990) e o "Training Systems Manager Course" (1992).

Desde o início de 1978 até meados de 1993 prestou serviço a bordo dos submarinos, desempenhando diversas funções, nomeadamente chefe dos serviços de Navegação, Comunicações, ASW e oficial Imediato.

Foi comandante do NRP "Delfim" e do NRP "Albacora". Entre 1993 e 1994 desempenhou as funções de CEMaior do SUBOPAUTH tendo assegurado a ligação ao COMSUBMED durante a participação nacional na operação "SHARP GUARD".

Foi nomeado Capitão de Porto de Peniche, cargo que desempenhou em acumulação com o Comando Local da Polícia Marítima até finais de 1997.

Desempenhou as funções de chefe das Secções de Informação Estratégica e de Informação Naval da Divisão de Informações do EMA. Neste período frequentou os cursos "National Intelligence Course", "Intelligence Analyst Course" (USA 1998) e o curso Complementar (2000).

Em JUN00 foi nomeado Assessor do MDN para as questões da Marinha. Entre MAI02 e JAN04 desempenhou funções de Oficial Adjunto para as áreas da Segurança Interna e dos Recursos Inertes na DGAM. Foi nomeado comandante da Esquadriha de Submarinos e por inerência Comandante do Agrupamento de Mergulhadores e Director da Escola de Mergulhadores e exerceu, por delegação do CN, as funções de SUBOPAUTH Nacional (Autoridade Controladora de Submarinos).

Ao longo da sua carreira, recebeu diversos louvores e condecorações.

# ENTREGA DE COMANDO

## COMANDANTE DA UAICM

Teve lugar na sala da Biblioteca do EMA em 14NOV07 a entrega de comando da Unidade de Apoio às Instalações Centrais de Marinha ao CFR Soares Ribeiro, tendo presidido o VALM Teles Palhinha. Estiveram presentes vários Almirantes e oficiais Superiores da Armada e o pessoal militar em serviço na Unidade de Apoio.

Após a leitura da ordem usou da palavra o novo comandante de que é de realçar:

*"...Comandar uma unidade apoiante de vinte e quatro organismos diferentes não me pareceria de per si tarefa fácil, se a isto somarmos assegurar a segurança e a manutenção deste antigo e emblemático edifício, ainda que só dos espaços comuns, esta tarefa torna-se ainda mais complexa, mantendo ainda presente que esta unidade é a porta de visitas da Marinha e a casa-mãe do seu chefe máximo, julgo ser adequado concluir que comandar esta unidade é tarefa muito exigente e complexa. Face ao que acabo de referir, sinto-me muito honrado pela confiança em mim depositada e, garanto-lhe Senhor Almirante, que tudo farei, enquanto comandante da UAICM, para levar a Nau de Pedra a bom porto. A área do enquadramento militar será, sem dúvida, minha preocupação permanente, tal como estatuído no recente despacho do Almirante CEMA sobre a matéria, no aplicável à UAICM...."*

Falou depois o VCEMA, sendo de referir: *"... Não surpreende assim a necessidade, evidente, de assegurar a coordenação continuada das várias hierarquias, competências e responsabilidades residentes, de modo a garantir uma utilização coerente desta infra-estrutura e dos meios que existem para o seu apoio.*

*Muito há a fazer no plano da apresentação dos espaços, da segurança de pessoas e bens, das condições de habitabilidade, do funcionamento e da disci-*



Foto Júlio Tito

plina, entre muitos outros aspectos que dispensam referência.

*Meios que, sendo escassos, importa rentabilizar através de um constante esforço de racionalização, de planeamento, do estabelecimento de prioridades e de escolha do essencial em detrimento do acessório...."*

O CFR Aníbal Júlio Maurício Soares Ribeiro foi admitido na EN, concluiu a licenciatura em Ciências Militares Navais ramo Marinha, tendo sido

promovido a G/M em 1986. Especializado em A/S, possui ainda o CGNG.

Prestou serviço no NRP "Cte João Belo" como Chefe dos Serviços de Navegação e Informações em Combate. De JUL87 a SET88 desempenhou as funções de Oficial Imediato e Chefe de todos os serviços do NRP "Zambeze" e no NRP "Cte Hermenegildo Capelo", desempenhou as funções de Chefe do Serviço de A/Se Adjunto do Imediato para a Gestão do Pessoal. Foi Comandante das 2ª e 1ª Companhias de Cadetes da EN e, em acumulação, prestou serviço no NRP "Polar". Comandou os NRP "Save" e "Zambeze" entre NOV92 e MAR94. Foi Ajudante de Ordens do ALMCEMA.

Voltou a prestar serviço no NRP "Cte Hermenegildo Capelo" de JUL97 a AGO00, desta feita como Oficial Imediato, e fez uma comissão em Timor-Leste para além de ter participado em diversos exercícios Nacionais e NATO.

Prestou serviço no EM do CN como Chefe da Secção de Sub-Superfície da DIVOP's e finalmente como Chefe da DIV INFO. Durante esta última comissão desempenhou ainda as funções de CEM do Comandante Conjunto durante o exercício "LUSÍADA 2000", CEM do Comandante da Força Naval Portuguesa durante os Instrex 01/02 e 01/03 e "SWORDFISH 2001 e 2003".

Finalmente, de 2004 a 2007, prestou serviço no Quartel-General do "Supreme Allied Commander for Transformation", em Norfolk, E.U.A., como Chefe da Secção de Lições Aprendidas, período durante o qual desenvolveu a doutrina, processos e procedimentos.

Da sua folha de serviço constam vários louvores e condecorações.



# 50 Anos no Espaço

## INTRODUÇÃO

No dia 4 de Outubro de 1957 a União Soviética anunciava oficialmente o lançamento do primeiro satélite artificial da História: o *Sputnik I*.

Naquela data, sobre a qual se completam 50 anos, a Humanidade entrava oficialmente na chamada "Era Espacial". O Mundo nunca mais seria o mesmo.

## PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS - BREVE ABORDAGEM

Por definição, um satélite é um corpo que orbita em torno da Terra ou de outro planeta, mantendo a sua altitude graças ao equilíbrio entre a força da gravidade, que o atrai, e a força centrífuga causada pelo seu movimento circular, que tende a afastá-lo. Um fenómeno semelhante ocorre quando fazemos girar uma pedra na ponta de

um cordel: a força centrífuga do movimento mantém-na afastada do observador, enquanto a tensão da guita a impede de se soltar.

No espaço, os corpos celestes orbitam entre si obedecendo a leis da Física cujo enunciado foi formulado por Johannes Kepler em 1605. Estas leis, baptizadas com o nome do ilustre astrónomo, baseiam-se em três princípios fundamentais, extrapoláveis para qualquer movimento de gravitação:

1. Os planetas descrevem órbitas elípticas em torno do Sol, que ocupa um dos focos;
2. O raio-vector que liga um planeta ao Sol descreve [i.e. "varre"] áreas iguais em tempos iguais;
3. O quadrado dos períodos de revolução são proporcionais aos cubos das distâncias médias do Sol aos planetas.

Da segunda e terceira leis retira-se o corolário de que quanto mais curta a distância ao centro da órbita, mais rápido terá de ser o movimento circular para gerar uma força centrífuga suficientemente forte para anular os efeitos da força da gravidade.

Assim sendo, para colocar um satélite em órbita é necessário um meio de lançamento que, ultrapassando a força gravítica da Terra, o faça atingir uma determinada altitude, numa trajectória o mais paralela possível à superfície terrestre, em que a velocidade a que se desloca lhe imprima um movimento circular suficientemente rápido para equilibrar a força de atracção que se faz sentir àquela distância. Já Isaac Newton, na transição entre os séculos XVII e XVIII, imaginara uma experiência em

que um projectil, lançado por um poderoso canhão do cume de uma alta montanha, recebia um impulso suficientemente forte para que seu movimento balístico descrevesse uma curva concêntrica à Terra, de modo a nunca cair no solo (i.e., cairia sempre fora da Terra, pelo que continuaria a "cair", indefinidamente, em torno dela).

Os princípios eram, já, conhecidos... Faltava, ainda, a tecnologia para pô-los em prática.

## A CORRIDA AO ESPAÇO

A partida para a grande aventura espacial foi dada a partir do momento em que os cientistas se aperceberam de que a força da gravi-

tiu maciçamente na tecnologia dos foguetes. Este trabalho colheria os seus frutos durante a II Guerra Mundial, altura em que as temíveis bombas V1 e V2, com alcances da ordem dos 300 km, semearam a morte e a destruição em território aliado. Estas terríveis armas não foram, porém, suficientes para evitar a derrota das forças do Eixo. Durante a invasão da Alemanha a base de foguetes de Peenemünde caiu nas mãos do Exército Vermelho, contudo os equipamentos de maior valor tinham, já, sido destruídos pela *Wermacht*. Entretanto, uma equipa de cerca de 150 cientistas e técnicos, tratara de se render aos americanos. Entre eles encontrava-se Wernher Von Braun, que viria a desempenhar um papel determinante no programa espacial dos Estados Unidos.

No período do pós-guerra a pesquisa científica espacial foi liderada pelas duas superpotências antagónicas: EUA e URSS. Naturalmente, a par de um genuíno interesse em explorar o Cosmos

existia uma forte motivação de cariz militar (de onde proveio o grosso do seu financiamento), pois, além da inerente componente propagandística, era inegável que qualquer governo capaz de lançar um engenho para o espaço teria também a capacidade de produzir um míssil intercontinental para levar a destruição ao terreno do adversário.

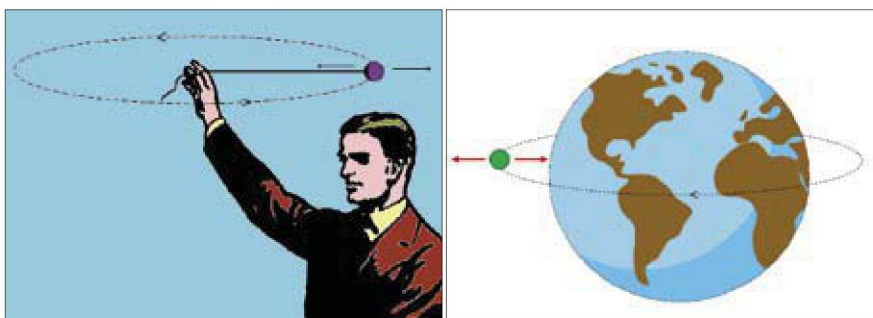
Em 1956, Von Braun e os seus colegas americanos tinham, já, aperfeiçoado o foguetão Jupiter C, cujo alcance de 5.280 km era um verdadeiro marco para a época. Seriam, porém, os soviéticos a tomar a dianteira.

A 4 de Outubro de 1957, um inconfundível *bip* electrónico era sentido nos aparelhos de rádio e televisão em todo o Mundo. Logo em seguida, a URSS anunciava a colocação em órbita do *Sputnik I*, uma esfera metálica com 60 cm de diâmetro e 83 kg de peso que fora lançada a uma altitude de 939 km e se deslocava a uma velocidade de 29.800 km/h, completando uma volta à Terra a cada 96 minutos.

Naturalmente, em pleno contexto de Guerra Fria, esta notícia causou grande consternação nos EUA, pois mostrava que os soviéticos detinham tecnologia para a produção de foguetes cuja potência excedia largamente a dos engenhos americanos.

E foram, também, os soviéticos, menos de um mês depois (3 de Novembro), a colocar no espaço o primeiro ser vivo, a cadela Laika, enviada a bordo do *Sputnik II*.

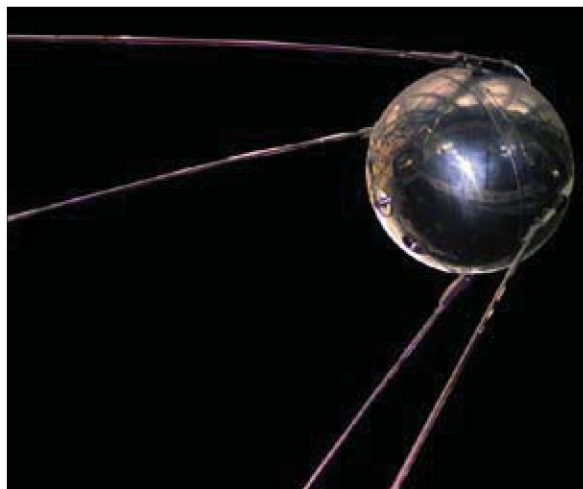
Mas a América não dormia: acelerando o seu programa, os americanos conseguiram co-



O princípio do movimento orbital

dade poderia ser vencida com o recurso a veículos de impulso contínuo e massa variável: os foguetes.

Embora estes engenhos autopropulsionados – com pólvora negra – já fossem utilizados na China medieval como projecteis e lançadores de fogo-de-artifício, só no dealbar do século XX, com os trabalhos do cientista russo Konstantin Tsiolkovsky, se equacionou a possibilidade de utilizar estes veículos – agora movidos a combustível líquido – na exploração espacial. O primeiro lançamento com sucesso de um foguete de combustível líquido seria condu-



Modelo do Sputnik I.

zido pelo americano Robert Goddard a 16 de Março de 1926.

Durante a década de 1930 a Alemanha Nazi, limitada na sua produção de armamento pelas restrições do tratado de Versalhes, inves-



locar em órbita o seu primeiro satélite a 31 de Janeiro de 1958, isto é, menos de quatro meses depois do lançamento do *Sputnik I*. Tratava-se do *Explorer I* que, entre outras inovações, teve a particularidade de detectar, pela primeira vez, o manto de radiação que envolve a Terra, conhecido como Cintura de Van Allen (em homenagem ao cientista que o identificou).

E a corrida prosseguiu, com a vantagem a manter-se do lado da URSS: a 12 de Abril de 1961 Yuri Gagarin tornava-se o primeiro homem a viajar no espaço e a 18 de Março de 1965 Alexei Leonov era o primeiro a flutuar fora da nave.

Os EUA seguiram-nos de perto, respectivamente, com Alan Shepard, a 5 de Maio de 1961, e Edward White, a 3 de Junho de 1965. Mas só no final da década, a 20 de Julho de 1969, o povo americano podia, finalmente, rejubilar com a sua primeira grande vitória: Neil Armstrong era o primeiro ser humano a caminhar sobre a superfície da Lua. Este “pequeno passo para o Homem” era, na verdade, “um salto gigantesco para a humanidade”, constituindo o culminar de um processo que, doze anos antes, o *Sputnik* iniciara.

## AS CONSEQUÊNCIAS

Uma consequência imediata do lançamento do *Sputnik I* foi o facto do governo americano ter começado a questionar o seu próprio sistema educativo, pois a União Soviética parecia ter, então, uma maior capacidade de “produção de cérebros”. A resposta não se fez esperar: em 1958 o Congresso aprovou o *National Defense Education Act* (NDEA), ao qual atribuiu cerca de mil milhões de dólares para o financiamento de novos equipamentos escolares, atribuição de bolsas de estudo e criação de programas científicos especiais. Em pouco tempo, as despesas com a Educação atingiram 7,8% do produto interno bruto (apenas ultrapassadas pelo orçamento da Defesa). Como resultado destas medidas, a população universitária cresceu 128% no espaço de dez anos.

Também a investigação científica espacial viu um considerável aumento do investimento, da ordem dos 125% no período atrás considerado. As novas tecnologias que daí resultaram reflectiram-se em extraordinários progressos nos mais variados domínios, desde os aperfeiçoamentos em microelectrónica - que revolucionaram completamente o fabrico de computadores -, passando pelos processos de conservação de alimentos, pelo desenvolvimento de novos materiais de isolamento térmico e pelos avanços na Física de Partículas, chegando mesmo às concepções da origem da Vida.

A tecnologia dos satélites, em particular, permitiu que a estes fossem atribuídas tarefas específicas, tais como as comunicações, a observação meteorológica e o reconhecimento fotográfico, todas elas à escala planetária.

A exploração do espaço permitiu-nos, em última análise, conhecer melhor o nosso próprio Planeta, além de o tornar muito mais pequeno para os seus habitantes.

## ECOS EM PORTUGAL

O anúncio oficial do lançamento do *Sputnik* causou em Portugal alguma estupefação, pois, tal como nos Estados Unidos - e como, de resto, em todo o Mundo Ocidental -, não era fácil admitir que um regime comunista fosse capaz de tamanho feito. Não é, assim, de estranhar que algumas das primeiras reacções tenham sido de negação, entre elas as de alguns reputados académicos como o Professor Varela Cid, lente da cadeira de Aerodinâmica no Instituto Superior Técnico, que pronta e peremptoriamente afirmou perante os órgãos de comunicação social ser completamente impossível colocar um satélite em órbita espacial, pelo que a notícia só poderia enquadrar-se numa manobra de propaganda



Comandante Veiga de Oliveira.

rusa. Eis, então, que pelas 2300 daquele dia 4 de Outubro, cerca de cinco minutos depois da intervenção do Professor, o Radio Clube Português anunciava que o Observatório Nacional registara a passagem do engenho, tendo captado seu *bip* electrónico.

Num período em que as primeiras páginas dos jornais portugueses eram monopolizadas pela erupção do vulcão dos Capelinhos e pelas comemorações dos 40 anos das aparições de Fátima, só a 7 de Outubro a imprensa lusa - nomeadamente o *Diário de Notícias* e o *Século* - começou a dar o devido destaque a tão importante acontecimento, compensando o lapso informativo inicial nos dias subsequentes, com a publicação de notícias ampliadas e descrições pormenorizadas do evento.

Embora o ambiente nacional não fosse muito propício a grandes iniciativas relacionadas com o tema, é de registar uma interessante iniciativa promovida pelo então Comandante da Escola Naval, Comodoro Sarmiento Rodrigues, que, aproveitando o calor da discussão que se fazia sentir nos meios académicos, convidou o antigo professor de Cálculo e Mecânica da Escola, CTEN Fernando Veiga de Oliveira a proferir uma palestra sobre o assunto. Veiga de Oliveira, que tinha prestado serviço na Escola Naval entre 1942 e 1955 - altura em que passara à situação de Licença Ilimitada para se tornar professor de Mecânica Celeste na Facul-

dade de Ciências (cargo que já exercia em acumulação) -, era um conceituado especialista na área da ciência espacial. A conferência, subordinada ao título “Viagens Interplanetárias”, teve lugar a 26 de Fevereiro de 1959, durando cerca de duas horas e meia, em discurso livre, integralmente suportado por dois quadros de ardósia, onde o palestrante ia rabiscando as suas fórmulas e esquemas ilustrativos. Eis o motivo pelo qual não nos chegaram, infelizmente, quaisquer registos sobre o seu conteúdo, que, demonstrando a possibilidade de se viajar no espaço, terá, sem dúvida, prendido uma atenta e interessada audiência, constituída por cadetes e professores da Escola Naval e muitos oficiais atraídos pela fama do orador.

Refira-se, ainda, que aquele distinto Oficial foi o autor do prefácio da edição portuguesa do livro *Sputnik*, da autoria do académico russo Mikhail Vassiliev (v. bibliografia), que constituiu a primeira obra de divulgação científica sobre o tema publicada em Portugal.

Certo é que, não obstante as dúvidas e as reservas de algumas elites nacionais, o Progresso estava em marcha e também Portugal acabaria por entrar na Era Espacial, dela colhendo inúmeros e indiscutíveis benefícios.

J. Moreira Silva  
CTEN

### Notas:

<sup>1</sup> Significando, literalmente, “companheiro de viagem”. Este termo passou, na língua russa, a ser sinónimo de satélite.

<sup>2</sup> Nesta perspectiva, existirá uma altitude em que a velocidade equilíbrio do satélite é igual à velocidade de rotação da Terra. Se ele se deslocar num plano equatorial, no mesmo sentido da rotação terrestre, manter-se-á aparentemente imóvel sobre um determinado local geográfico, assumindo, então, um comportamento tendencialmente geoestacionário.

<sup>3</sup> Conforme descrito na obra *A exploração do espaço Cósmico por Motores de Reacção*, publicada em 1903.

<sup>4</sup> Este ruído correspondia a um sinal rádio codificado através do qual o satélite enviava os valores das leituras atmosféricas efectuadas durante a sua deslocação.

<sup>5</sup> Que acabaria por morrer no espaço, pois ainda não existia tecnologia para a recuperação programada do veículo espacial.

<sup>6</sup> Também nas mulheres a União Soviética levou a dianteira. A 16 de Junho de 1963, Valentina Tereshkova tornou-se a primeira cosmonauta feminina. A primeira astronauta americana só sairia para o espaço, a bordo do *Space Shuttle*, cerca de vinte anos depois.

<sup>7</sup> A sua permanência no espaço foi, porém, muito curta. Só no ano seguinte, a 20 de Fevereiro de 1962, John Glenn, entrando em órbita, igualava, efectivamente, o feito de Gagarin.

<sup>8</sup> Palavras de Neil Armstrong proferidas no momento em que desembarcava do módulo lunar para a superfície da Lua.

### Bibliografia

MALHEIROS, José Vítor, “O Bip-Bip que Separou o Velho do Novo”, *Público*, 4 de Outubro de 2007, pp. 4-5  
VASSILIEV, IM., *Sputnik* (ed. portuguesa: tradução de Vergílio Barroso, prefácio de Veiga de Oliveira), Lisboa, Editora Ulisseia, [s.d.] edição original 1958, colecção “Documentos do Tempo Presente”

VÁRIOS, “O «Sputnik»”, *Os Grandes Acontecimentos do Século XX* (ed. portuguesa), Lisboa, Selecções do Reader's Digest, 1979 [2ª reimpressão - Janeiro de 1984], pp. 416-421

### Agradecimentos

Ao Sr. Almirante Roque Martins, pela bibliografia disponibilizada e pelas úteis informações fornecidas.



## Tabaco – O Amigo Traiçoeiro

Depois de termos abordado os problemas resultantes do consumo do álcool e das drogas ilegais procurar-se-á, numa altura em que está aberta a polémica em função de uma nova lei restritiva do consumo de tabaco, analisar com alguma objectividade os problemas decorrentes deste consumo.

A nicotina é a principal substância existente no tabaco que provoca alterações do funcionamento cerebral e portanto psicológicas do indivíduo, nesse sentido não apresenta grandes diferenças em relação às outras substâncias ditas psico-activas. No entanto devemos salientar algumas diferenças que decorrem das suas características farmacológicas: A nicotina tem a capacidade de preencher os receptores cerebrais onde vai actuar, “saciando-os” durante algum tempo, deste simples facto decorre que o fumador atinge rapidamente um determinado patamar de consumo e não vai aumentando as quantidades ao longo do seu percurso, ao contrário do que ocorre por exemplo com o álcool ou outras drogas; outra consequência desta característica farmacológica resulta na sua incapacidade para provocar largos períodos de prazer, que se traduzem, como nas outras substâncias já referidas, numa perda de competências sociais, pois o seu consumo não compete com outras actividades sociais, bem pelo contrário é sentido como complementar.

No entanto, estas características de dependência “suave” mascaram o facto do fumador ter necessidade de repetir, num cigarro após outro, uma injeção directa de nicotina dos pulmões para as células cerebrais, sendo que ao fim de alguns minutos os seus receptores, em carência o obrigam a repetir o gesto. Rapidamente o cérebro aprende que a inalação daquele fumo irá anular a sensação de desconforto resultante da abstinência, de modo que o fumador começa a sentir prazer logo após a tomada de decisão de fumar um novo cigarro.

Depois não será necessário muito tempo para que o cérebro aprenda que para lidar com o desconforto, qualquer que ele seja: uma má notícia, um problema para resolver, ou simplesmente uns momentos de espera, o cigarro é a resposta, que não sendo eficaz, parece sê-lo.

Mas esta “bengala” psicológica encerra riscos escondidos. Excepto quando os cigarros não estão à mão o fumador tem uma baixa consciência de que está dependente e daí a sua motivação para a contrariar, as campanhas informativas de igual modo apenas levaram 34% dos fumadores portugueses a pensar em deixar de fumar.

No entanto os estudos mostram que é a principal causa de cancro, quer nas zonas em contacto directo com o fumo do tabaco, como sejam os lábios, a língua, a mucosa da boca, a faringe, laringe e os

pulmões, mas também noutros órgãos como a bexiga, o estômago, cólon e recto.

Nos pulmões aumenta também o risco para desenvolver problemas como o enfisema ou bronquite crónica.

No sistema cardio-circulatório tem igualmente efeitos marcados, quem fuma 15 cigarros por dia duplica o risco de um enfarte e quem fuma 25 cigarros por dia tem cinco vezes maior risco, aumentando igualmente o risco de acidentes vasculares cerebrais.

Em resumo sabe-se que num homem o tabaco reduz, em média 13,2 anos de vida e nas mulheres esse valor é de 14,5 anos.

No entanto como todos estes riscos surgem dilatados no tempo, o fumador parece ter deles apenas uma leve percepção, agravado por mecanismos psicológicos de negação que, como em qualquer outra substância adictiva, leva o consumidor a encontrar racionalizações para explicar a si próprio porque continua a manter continuamente um comportamento que sabe que lhe é prejudicial, isto explica porque a percentagem daqueles que fumam regularmente (ou seja não por decisão, mas por incapacidade de controlar o consumo) é entre os fumadores portugueses de 90%.

Mais recentemente veio-se a constatar a existência de problemas de saúde, também naqueles que estão sujeitos ao fumo de tabaco não por fumarem, mas por estarem expostos ao fumo de outros – os chamados fumadores passivos, quantificando-se nestes indivíduos o aumento do risco de desenvolvimento respectivamente do cancro do pulmão em 20 a 30% e de problemas cardíacos em 25 a 30%.

Estes factos levaram as estruturas internacionais (Organização Mundial de Saúde e União Europeia) a tomar medidas legislativas, com redução da oferta, nomeadamente limitações à publicidade, à disponibilidade e intervenções sobre o preço e mais recentemente em Portugal com maiores limitações quanto aos locais de consumo.

Estas medidas por um lado ao criarem barreiras ao consumo, aumentam a motivação para deixar de fumar naquelas pessoas que já se encontram a meio caminho dessa decisão e pretendem criar uma dinâmica social negativa em relação ao consumo.

A Marinha, através da UTITA desenvolve, desde 2000, um programa de tratamento multi-disciplinar para quem deseja deixar de fumar, que tem permitido criar uma onda de motivação, em algumas unidades, levando por vezes à abstinência de tabaco de todos os elementos.

Se estiver disposto a travar essa batalha, contacte a UTITA, 5<sup>as</sup> feiras de manhã, sem marcação prévia. Tel 212728187 INT 313471.



(Colaboração da Direcção do Serviço de Saúde)

## NOTÍCIA

### PARTICIPAÇÃO DA MARINHA NO PROJECTO “UM MILHÃO DE CÂRVALHOS PARA A SERRA DA ESTRELA”

● Na sequência das ligações existentes entre a Marinha, através do Corpo de Fuzileiros, com a Associação Cultural Amigos da Serra da Estrela (ACASE), nomeadamente no apoio do treino de média montanha de Unidades do Corpo de Fuzileiros, decorreu no passado dia 15 de Dezembro na Serra da Estrela o apoio ao Projecto “Um milhão de Carvalhos para a Serra da Estrela”.

Este projecto levado a cabo pela ACASE, contou com a participação de 15 militares do Destacamento de Acções Especiais, da Companhia de Apoio de Fogos e do Pelotão de Comunicações da Base de Fuzileiros em representação da Marinha, que ajuda-



ram a plantar carvalhos em locais de mais difícil acesso da região da Serra da Estrela, por forma a atingir o objectivo de reflorestar a Serra.

No final os dirigentes da ACASE, agradeceram a presença da Marinha e dos Fuzileiros na pessoa do CTEN FZ Fernandes Fonseca, enaltecendo os esforços por parte da Marinha em não só manter uma ligação próxima com as instituições e populações próximas das áreas adjacentes de treino mas também pela ajuda e pela participação em actividades deste cariz de tanta importância regional como nacional.

(Colaboração do Comando do Corpo de Fuzileiros)



# “As Forças Armadas e a Defesa Nacional”

Livro da autoria do VALM Pires Neves

Realizou-se no passado dia 6 de Dezembro, no Pavilhão das Galeotas do Museu de Marinha, a apresentação do livro em título.

A cerimónia presidida pelo ALM CEMA e que contou com a presença de cerca de três centenas de convidados, entre os quais altas individualidades militares e civis, foi iniciada pelo Presidente da Comissão Cultural de Marinha. O CALM Rui Abreu deu a conhecer, em síntese, a biografia do VALM Pires Neves ressaltando as suas elevadas qualidades éticas e morais e o facto de ter prestado serviço em situações que lhe permitiram obter um profundo conhecimento das matérias tratadas no seu trabalho e por consequência uma reflexão fundamentada sobre as Forças Armadas e a Política de Defesa Nacional.

Em seguida o VALM Magalhães Queiroz fez a apresentação do livro em questão e dissertou sobre a respectiva temática. Dado o interesse suscitado transcreve-se o texto completo desta comunicação:

“Se já não se sabe muito bem porque é preciso defendermo-nos, nem como defendermo-nos, alguém disse, isso é prova de que vivemos numa sociedade que perdeu de vista os fundamentos da sua existência e que nem sequer se dá ao trabalho de se interrogar sobre o seu destino.

Em “As Forças Armadas e a Defesa Nacional”, um tema recorrente apresentado de forma não recorrente, o autor começa por se dar conta da realidade inequivocamente preocupante retratada pelas palavras que precedem. Visando contribuir para a sua alteração no sentido desejável, ele oferece-nos um ensaio sob a forma de incursão pelo contubérnio Forças Armadas – Defesa Nacional, onde dissecas as vertentes do tema e escava, fundo, até aos seus alicerces.

Noutro plano, identifica o ruído imenso produzido por muitos daqueles que, usando do inquestionável direito de opinião, emitem pareceres sobre assuntos das Forças Armadas com as mesmas bases de conhecimento com que se pronunciarão acerca das vantagens da alunagem modular. Trata-se de uma situação típica que levou alguém a dizer que “o grau das nossas emoções varia de maneira inversa ao do nosso conhecimento dos factos. Quanto menos sabemos mais nos acaloramos. “Também este estado de coisas leva o autor a disponibilizar informação útil para que os interessados possam discutir com um mínimo de sustentação assuntos do âmbito da Instituição Militar.

O desenvolvimento do assunto está balizado por temáticas de inequívoca pertinência cujo arranjo se constitui em fio condutor das ideias expressas.

Anote-se ainda o cuidado sistematicamente demonstrado em oferecer, no final de cada capítulo, uma sinopse do discurso havido, passível de tornar mais fácil a integração expedita das partes em que está organizado.

No termo da leitura da obra, que usa uma linguagem assertiva, vigorosa, reparamos que ela ultrapassa os simples intuitos enunciados, tal como, de resto, se reconhece no Epílogo.

Embora essa disciplina não tenha sido revelada, é perceptível, no desenvolvimento do pensamento do autor, a adopção de uma prática consagrada desde há muito, garantia de que as vertentes pertinentes do tema não deixam de ser identificadas e tratadas. Refiro-me à sua abordagem em termos de “o quê”, “porquê” e “com quê”, “para quê”, “como”, “quando” e “onde”, com afectação dos factores incidentes, conforme adequado, considerados em patamares de decrescente abrangência.

Assim, a apresentação de o “quê”, valores e interesses fundamentais que estão na origem na construção de uma sociedade política-

mente organizada, e cuja salvaguarda é condição da manutenção da sua existência, ocorre, de forma hábil, no âmbito da resposta à questão, “Forças Armadas para quê?”, com o quadro nacional em mente. Buscando a síntese do pensamento do autor, diria que ele não limita a missão das Forças Armadas no contexto da Defesa Nacional, à defesa do território. Esse, seria o acolhimento restrito que decorre da significação literal de “defender” – interditar. As Forças Armadas defendem interesses, acontecendo que a integridade do território é apenas um desses interesses, entendimento que, felizmente, vai sendo cada vez mais subscrito. É aspecto que está patente, também, na utilização que ele faz, por empréstimo, mais adiante, da expressão “desterritorialização da defesa, “antecipando o esclarecimento do “onde”.

A referência pertinente a algumas das normas legais gerais que estabelecem a inserção da Instituição Militar no Estado, assim como outras considerações, ajudam a introduzir implicitamente o “porquê”, reforçando a resposta à questão anterior. Nesse mesmo sentido actuam as conclusões retiradas da caracterização dos ambientes de segurança feita pelo Alm. Pires Neves, determinantes de alguma forma da postura das Forças Armadas, e dos meios requeridos. Aí se poderia recordar a indesmentida verdade que só não é ameaçado quem não é vulnerável, sendo de nos interrogarmos quem é que não é vulnerável. Depois, muitas dessas ameaças, pela forma como se desenvolvem, não logram despertar, sequer, a sensibilidade dos afectados. Por exemplo, embora a integridade do território não chegue ao ponto de estar ameaçada, pode a independência, mesmo considerada a interdependência reinante, ser posta em cau-

sa, sem violação de fronteiras, por via do dinamismo económico de actores exteriores. É uma das situações em que o recurso à expressão militar do poder nacional não dá resposta.

O “com quê” é tratado com apreciado desenvolvimento pelo autor no particular “sistema de forças nacional”. Destaca-se o historial amplamente comentado, resultado de aturada investigação, com oportuna evocação de factos ocorridos, e seu enquadramento. Cabe recordar, a propósito que, “sempre que ocorre um facto, há um discurso. O facto é o que acontece, o discurso tem uma versão própria. A versão resulta de um pensamento que elabora o discurso, aquilo justamente que se pode manipular”. Sucede que ao recuperar os factos ocorridos, o Alm. Pires Neves não cai na tentação de os manipular, para deles tirar conveniente partido.

Registe-se ainda a circunstância de, na explanação daquele historial, se fazer judicioso uso de aproximação sistémica, a interacção de recursos, objectivos, normas e organização, em sucessivos ambientes de referência, conferindo uma visão próxima da de um estereograma.

A propósito do processo de elaboração do planeamento do SFN ao nível dos ramos, o Alm. Neves põe o dedo nas diferenças de atitude, de práticas e de objectivos defendidos por cada um, espelhando a inevitável diferença de interesses que os separa, mas que as circunstâncias obrigam a que sejam ultrapassados, condenados que estão a

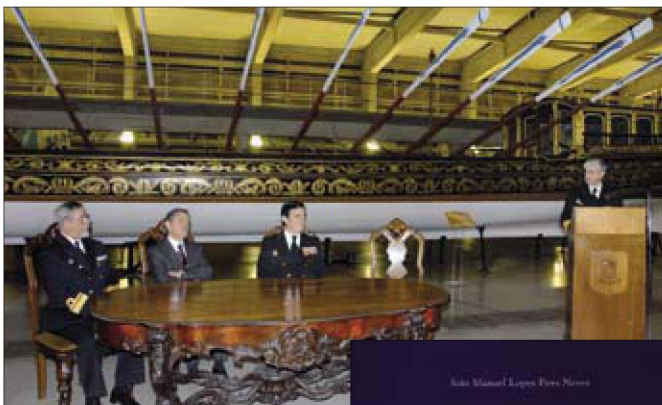
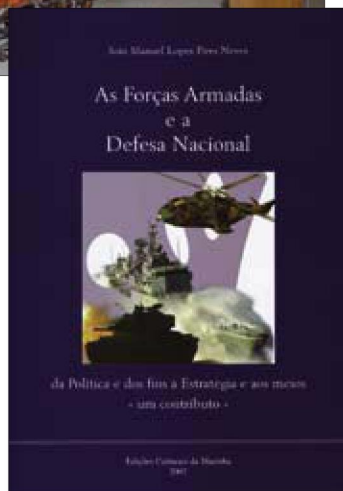


Foto ISAR FZ Pereira





entenderem-se. Cita, designadamente, a controvérsia em torno da validade do CEDN em ocasiões de concepção do SFN, ou de elaboração, ou revisão da LPM. Qual investigador, o autor busca as raízes desse diferencial apontando, entre outras, a influência exercida pelos ambientes próprios da actuação de cada ramo.

No patamar da apreciação singular dos elementos que integram o sistema, no que concerne o pessoal, recurso mais valioso das Forças Armadas, não podia ele deixar de merecer maior atenção do autor, dada a sua longa experiência na área. Daí, oferecer uma excelente visão da problemática envolvida, tanto nos seus aspectos quantitativos como qualitativos.

Nas considerações sobre o elemento recursos financeiros, mas sempre no quadro da aproximação sistémica, e depois da análise das estruturas organizativas, recordam-se, designadamente, e com muita oportunidade, as diferenças de densidade financeira do investimento na aquisição, e custos de operação e de manutenção do material próprio de cada ramo. Antes, tinha sido levantada a questão de saber quais são os recursos financeiros mínimos indispensáveis para cumprimento das missões das Forças Armadas, pergunta cuja resposta pode chocar muita gente, atendendo a que “o cidadão comum sente que o Estado não assegura a satisfação de algumas necessidades a seu cargo e que a noção de ameaça está ausente da consciência dos nossos cidadãos” estou a citar.

Choca também, como emerge da escrita do Alm. Neves, ver que se fazem comparações entre os gastos anuais com as Forças Armadas de vários países e ritmo de reduções operadas por via do novo ambiente estratégico, sem cuidar de esclarecer previamente o quadro de situação de que se parte, relativo aos seus armamento e equipamento, particularmente a idade e estado de modernização. Resultado: comparam-se coisas que não são comparáveis, tal como se lê num extenso artigo aparecido esta semana no “Público”, cujo autor só timidamente aceita existirem inconformidades devido a questão de comparabilidade.

Ainda no contexto da temática do SFN note-se a preocupação do autor em acompanhar as suas reflexões de oportuno suporte conceptual, que o ajuda em muito à defesa das ideias expressas.

Entre as passagens que continuam a merecer referência naquele âmbito, sublinhe-se a insistência com que o Alm. Pires Neves aponta para a necessidade de, na fase de tomada de decisões no quadro do processo de planeamento do SFN, se proceder à avaliação de cada uma das soluções gizadas à luz de critérios previamente definidos, a famosa trilogia AEA e, só depois desse exercício feito, se assumir a escolha. A não ser assim, arriscamo-nos a submetermo-nos às decisões de mera tirania de curto prazo, ou de vencimento de interesses não acomodados. Não é prática nova, mas parece estar frequentemente esquecida. Será por isso

que, a propósito da escolha da localização para um novo aeroporto internacional na área de Lisboa, também o Dr. António Vitorino, nas suas *Notas Soltas*, pugna pela adopção do processo? “Definam-se primeiro os critérios e, pela sua aplicação, conclua-se do seu mérito relativo, em ordem a fazer uma opção responsável, aberta”.

As considerações que antecedem não esgotam a apresentação do livro do Alm. Neves que traz aqui a presença de tantos e tão ilustres convidados. Mais palavras minhas poderiam ser substituídas com vantagem pela leitura de algumas passagens seleccionadas do livro. Acontece que é tempo de terminar.

Direi então, em síntese, que:

“As Forças Armadas e a Defesa Nacional” constitui uma reflexão do autor sobre o tema, amadurecida ao longo dos anos da sua vivência como militar, espelhando salutar discernimento e estudo afincado.

A obra afirma-se, desde já, como subsídio credível para a feitura de um novo Livro Branco da Defesa Nacional.

Constituirá, certamente, fonte de consulta idónea para os estudiosos de assuntos da Defesa Nacional e das Forças Armadas.

Lido com espírito aberto, poderá colmatar muitas lacunas e corrigir percepções erradas dos que, por profissão, ou voluntarismo, elegem o tema para divulgação das suas opiniões através dessas caixas de ressonância chamadas meios de comunicação social. Daí também o seu valor pedagógico.

Finalmente: se aos destinatários particularmente eleitos e mencionados como tal no início da obra, nenhum efeito lhes deixar a sua leitura, só resta interrogarmo-nos, como faz o filósofo “quando uma cabeça e um livro chocam um com o outro e ouve-se um som de oco, será porventura do livro, o som?”

Está de parabéns o Alm. Pires Neves pelo mérito do que chama um seu contributo, a bem de uma visão esclarecida das Forças Armadas no seio da Defesa Nacional.

Estão de parabéns as Forças Armadas pelo discurso à Nação assim apresentado por este seu tribuno.

Está de parabéns a Marinha pelo acolhimento em boa hora dado à obra do Alm. Pires Neves, que assim tornou possível a sua mais ampla divulgação”.

Por fim o VALM Pires Neves agradeceu a presença dos convidados e a todos aqueles que o apoiaram e incentivaram na concretização desta sua obra cujo propósito mais não foi que uma mera contribuição de alguém que, sendo cidadão português, gostaria que não fossem observadas e avaliadas as Forças Armadas de Portugal de uma forma demasiado simplista, grosseira e até atentatória da dignidade de todos quantos nelas denodadamente serviram e servem o País, como por vezes parece acontecer.

## A Operação “CROCODILO” (Guiné-1998)

### RELATADA NO LIVRO “BISSAU EM CHAMAS”

No passado dia 8 de Novembro, no Pavilhão das Galeotas do Museu de Marinha, foi apresentado o livro em epígrafe cuja autoria é dos Vice-Álmirantes Reis Rodrigues e Silva Santos.

Perante numerosa assistência, de entre a qual se contavam os actuais e alguns antigos CEMGFA e CEM, após breves palavras de uma representante da “Casa Das Letras”, a editora da obra, o Professor Salgado Matos fez a apresentação de “Bissau em Chamas”, contextualizando o tema tratado, que descreve uma intervenção militar portuguesa no exterior, de âmbito exclusivamente nacional e fora de qualquer quadro de alianças, durante a crise política

que eclodiu na República da Guiné-Bissau em Junho de 1988, salientou o papel decisivo de uma força naval portuguesa que para além de assegurar a evacuação de cidadãos nacionais e estrangeiros possibilitou a tomada de medidas diplomáticas com vista à resolução do conflito.

O evento terminou com um agradecimento do VALM Reis Rodrigues, Comandante Naval à data dos acontecimentos relatados, feito em seu nome e no do co-autor da obra, a todos quantos, com os seus testemunhos e incentivos, possibilitaram a publicação deste escrito referente a uma brilhante e recente actuação da Marinha de Portugal.

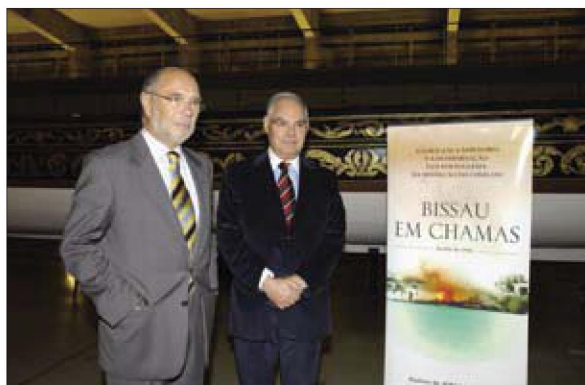


Foto ISAK FZ Pereira



## DÊ MAIS UM PASSO PARA O SEU BEM-ESTAR

● Há passos importantes na vida. Um deles é, sem dúvida, optar pela prática regular de actividade física.

Há milhares de anos o Homem despendia muita energia no seu dia-a-dia para sobreviver, tanto para fugir das espécies que o ameaçavam como para caçar e colher outros alimentos. Hoje em dia passa-se exactamente o contrário: a espécie humana tornou-se muito pouco activa fisicamente e, por outro lado, tem fácil acesso a alimentos, vivendo rodeada de fortes incentivos para comer excessiva e desequilibradamente.

Cerca de 60% da população americana não atinge os mínimos recomendados de actividade física. Na União Europeia, Portugal é o segundo país (a seguir a Malta) onde menos se pratica exercício físico. A verdade é que os nossos genes não estão preparados para este padrão de sedentarismo, o que se torna mais prejudicial com a presença simultânea de um padrão alimentar desequilibrado e excessivo. Como resultado, tem vindo a aumentar drasticamente a prevalência de obesidade, diabetes, doenças cardiovasculares e muitas outras doenças metabólicas crónicas e degenerativas.

São inúmeras as vantagens da prática de actividade física regular:

- Reduz o risco de aparecimento de obesidade, diabetes tipo 2, hipertensão arterial, dislipidemias, doenças cardíacas, acidentes vasculares cerebrais e alguns cancros
- Aumenta o gasto energético em repouso, ajuda a atingir e manter um peso saudável ou a perder peso e a manter o peso perdido depois de um programa de emagrecimento
- Diminui a massa gorda total, sobretudo a gordura abdominal profunda e aumenta as massas muscular e óssea
- Diminui o estado inflamatório e aumenta a imunidade do organismo
- Ajuda o crescimento e manutenção de ossos, músculos e articulações saudáveis e melhora a postura corporal
- Ajuda a prevenir e a reduzir doenças incapacitantes como a osteoporose e o reumatismo
- Promove o bem-estar psicológico, reduz o stress, a ansiedade e a depressão e melhora a auto-estima, o humor e a qualidade do sono
- Favorece um envelhecimento bem sucedido, contrariando o aumento de peso com a idade bem como a diminuição da massa muscular e óssea
- Ajuda a prevenir e controlar vícios aditivos como o tabagismo, o alcoolismo ou a toxicod dependência, especialmente em crianças e adolescentes
- Reduz o risco de morte prematura e o risco de morte por doenças cardiovasculares (cerca de 1/3 de todas as causas de morte)

Não é preciso ser um atleta de alta competição para obter benefícios para a saúde, nem sequer é preciso despendir muito tempo no dia-a-dia: **bastam 30 minutos acumulados diariamente de actividade física moderada.** Este nível de actividade pode ser conseguido com activi-

dades agradáveis e acessíveis, como caminhar (rápido), andar de bicicleta, jardinar, dançar e inúmeros desportos recreativos, dependendo do gosto, motivação, capacidade e disponibilidade de cada um, sem esquecer eventuais limitações sob o ponto de vista clínico.

Pode haver benefícios adicionais quando se aumenta a duração ou intensidade da actividade física. Por exemplo as crianças e adolescentes beneficiam com 20 minutos adicionais de actividade física vigorosa 3 vezes por semana ou com 60 minutos de actividade regular todos os dias; os indivíduos que querem emagrecer, ou manter o peso perdido, beneficiam com 45 a 90 minutos diários de actividade moderada ou vigorosa. Além disso pode haver também benefícios em incluir semanalmente sessões de treino de força ou de flexibilidade.

No entanto é importante reter que 30 minutos de actividades moderadas já são suficientes para promover saúde e bem-estar e prevenir uma panóplia de doenças e complicações. E não se esqueça que estes 30 minutos podem ser realizados de forma contínua ou acumulada. Por exemplo, pode calcular-se a distância correspondente a 2 a 3 km e procurar fazer esse percurso durante 30 minutos seguidos (a uma velocidade de 5 a 6 km por hora) ou repartidos em duas sessões de 15 minutos ou, mesmo, em três sessões de 10 minutos.

Além destes 30 minutos podem-se adoptar vários comportamentos favorecedores de um estilo de vida mais activo, como trocar o elevador pelas escadas, levar o cão a passear, deixar o carro um pouco afastado do local de trabalho ou de casa, sair na paragem de autocarro anterior à do local de saída habitual. Basta usar a imaginação e procurar mais acção, dia após dia.

Para os mais metódicos existe outra forma de avaliar a prática de uma actividade física moderada: perfazer o valor mínimo recomendado de passos a dar diariamente, valor este consoante as idades e sexo, e que pode ser calculado através do uso de um pedómetro, que é um aparelho portátil que conta os passos, barato e fácil de usar.

	Sexo Feminino - Sexo Masculino
Crianças (8 a 10 anos)	12 000 - 15 000 passos/dia
Adultos jovens	7 000 - 13 000 passos/dia
Adultos idosos	6 000 - 8 500 passos/dia
Indivíduos com incapacidades ou doenças crónicas	3500-5500 passos/dia

Dê mais um passo a favor da sua saúde e comece por dedicar pelo menos 30 dos 1440 minutos de que dispõe do seu dia-a-dia para movimentar o seu corpo. "O caminho faz-se caminhando" e este poderá ser um pequeno grande passo para passar a ter um estilo de vida mais activo neste novo ano de 2008.

Mariana Brito  
2TEN TSN

## NOTÍCIA

## PINTURA DE HERLANDER ZAMBUJO

● No Clube Militar Naval foi inaugurada no dia 12 de Novembro mais uma exposição individual do CMG Herlander Zambujo, que apresenta no seu curriculum um percurso artístico, já longo e consolidado. Tratou-se de uma colecção de 15 quadros a óleo, trabalhados a espátula, de traços fortes e vigorosas cores, técnica a que o artista se sente à vontade e que desde longa data nos tem vindo a habituar. Os temas expostos, expressão concreta da sua sensibilidade artística, eram variados, desde aspectos sugestivos da cidade de Lisboa e de Sintra a alguns temas ligados ao mar. Presentes na abertura, o VALM Augusto de Brito, o CALM Santos Mateus, o CALM Bossa Dionísio e outros camaradas e amigos, que felicitaram o pintor e lhe testemunharam o seu apreço pessoal e artístico.





## O cansaço da alma e a Oficial

*Sentado naquele molhe, vazio,  
como a minha alma  
Vejo chegar os navios, num vagar combinado.  
Um azul profundo me ameaça,  
no ar e na água.  
Não, não faço nada...nem sinto, nem fujo.  
Aguardo as mensagens do vento...  
e deixo entrar  
No mesmo vagar, ensaiado, a felicidade...*

“Sinto-me cansado”, deve ser a queixa mais comum que se ouve num consultório médico. Invariavelmente, o coração é o primeiro que se apresenta, na lista dos suspeitos, para tão terrível queixa – por isso, ao longo dos anos, tornei-me um perito nos “cansaços”. Senão vejamos: existe o cansaço no peito, o cansaço nas pernas, o cansaço nos braços, o cansaço do tipo “não aguento um gato pelo rabo”, um cansaço “para me mexer”, o cansaço “que dá medo” e não menos importante, porque deveras aterrador para o médico – o cansaço “que nem sei bem de onde me vem...”

Outros clínicos, porventura de outras áreas, acrescentariam muitos outros cansaços a esta já longa e fastidiosa lista. Na verdade, é relativamente fácil excluir o cansaço de causa cardíaca. Um ou dois exames complementares e já está! O cardiologista diligente avança com um: “o seu coração é normal”, ou um mais cuidadoso: “não parece ser ele (o coração) o culpado do seu cansaço”. O problema é convencer o potencial cardíaco da ausência de doença. A maior parte das vezes, este vai desconfiar da competência do clínico. Vai procurar outro que lhe arranje pelo menos um “prolapsozito” de uma qualquer válvula, que lhe explique o cansaço. Vai querer mezinhas, vai querer – em suma – uma doença que lhe justifique a sensação de fraqueza, que no sentir prevalece...

Foi exactamente assim com uma Sra. Oficial que procurou os meus préstimos. Moça escoreita, com uma beleza moderna, que a farda não conseguia esconder. Já havia feito todos os testes, que os laboratórios de análises e muitos médicos, entre os quais alguns cardiologistas de renome, haviam ensaiado. Nada, o cansaço não passava. Repeti eu próprio ao longo de algumas visitas, outros tantos exames. Não encontrei nada físico que justificasse o padecimento da jovem.

Aviado, por experiências anteriores, não ousei, desta vez, sugerir a esta paciente que poderia

tratar-se de uma depressão, tratável por psicólogos ou psiquiatras. Não, desta vez aventei-lhe com um ousado diagnóstico, fundamentado em anos de prática, embarques que bastem e, não menos importante, a leitura de imensos poemas (como aquele acima exposto): tratava-se certamente de um caso de “cansaço da alma”...

Nesta atitude tresloucada e decerto não apoiada pela Ordem dos Médicos, avancei ainda mais e perguntei-lhe – de rajada – se vivia com a família, se achava o seu trabalho entusiasmante, enfim, se preenchia o seu tempo livre com qualquer actividade distinta da televisão... Surpreendida, a jovem Oficial, lá balbuciou que era asilante (os seus pais moravam na província), que gostava do seu trabalho, mas que ainda se sentia pouco

tos, maduros, que duram uma eternidade... Ora, naquilo a que chamamos vida moderna (... para alguns dita “civilizada”...), quase não há tempo para viver, para amar, para conhecer os outros. – Daí tanto “cansaço na alma”!

Vivemos enquistados nos nossos apartamentos, nestes vespeiros a que chamamos grandes cidades. Gritamos uns para os outros, na vertigem do trânsito, ou esborrachados em transportes apinhados. Sabemos que no Paquistão há instabilidade, que no Iraque se morre, mas – em muitos casos – nem conhecemos todas as pessoas “lá do prédio”. Dominamos cada vez mais as tecnologias da informação, mas comunicamos cada vez menos. Temos cada vez mais medo do mundo à nossa volta (porque vivemos rodeados de desconhecidos e o Homem sempre temeu o que não conhece...). Ficámos, por tudo isto, cada vez mais agressivos uns com os outros – sendo a ostentação a forma mais divulgada (e boçal) de dizer “afasta-te, eu sou muito melhor do que tu!”

Também eu estou cansado muitas vezes. Quando estou cansado procuro o alívio de um poema. No abraço dos meus filhos, revejo, todos os dias, a minha verdadeira dimensão, as minhas verdadeiras certezas. Pois se o homem é frágil – e eu, mais do que muitos, conheço bem essa fraqueza – temos todos que en-

contrar, ao longo da vida, formas de deixar construções que resistam ao tempo e estas implicam, sempre, a conquista do coração dos outros.

A consulta não acabou por aqui. Recomendei-lhe, à maneira de receita “a tomar de 12 em 12 horas”, um, ou dois livros de poetas insignes, que falam do vazio da vida e da conquista... Só então a deixei ir, sem saber se vai voltar, ou se a receita resultou?

Foi esquisita esta consulta, vão dizer muitos dos que conhecerem estas palavras. Têm absoluta razão. Nem eu sei bem porque lhe falei assim, teria sido bem mais fácil e menos custoso, em tempo e esforço, passar-lhe um dos ansiolíticos da ordem estabelecida. Perdoarão. É que o silêncio causar-me-ia uma azia no espírito, que me é insuportável e, pior que tudo, teria sido uma falta de coragem que envergonharia os meus antepassados corajosos – que no céu dos justos, por certo, fiscalizam os actos dos vivos. Que bom é poder escrever e sentir, ao final do dia, que fizemos bem e que combatemos a batalha certa. Por isto estou agradecido. Todos os dias!



à vontade num ambiente eminentemente masculino e, finalmente, que na verdade tinha poucos interesses e ainda menos amigos... Expliquei-lhe, logo ali e agora, que assim não ia conseguir tratar-se. Recomendei-lhe que saísse. Se não tinha amigos, devia sair a passeio... mesmo sozinha e por lugares novos. É que a tristeza, sei-o bem, tende a fermentar no silêncio da solidão e dos velhos lugares e, ao invés, reage bem ao desafio físico do desconhecido que a amedronta... Deve ser por isso, que todos os grandes pensadores do mundo (e eu li alguns), fizeram uma grande viagem, participaram em guerras, defenderam (muitas vezes com a vida) novos ideais e quase nunca se acharam satisfeitos com as suas próprias certezas... A alma precisa de desafios, como o corpo precisa de pão e este parece-me ser um dos segredos da verdadeira felicidade...

E tenho sincera compaixão. Compaixão de todos os que não sentiram nunca o cheiro do vento na manhã, a vida nos olhos dos moribundos e a força, maior que a vida, que a música contém... Muita, muita pena, daqueles que não compreendem que a solidão pode abarcar toda a emoção do mundo e que qualquer deserto pode dar fru-



## EXERCÍCIO ZARCO 072

● Sob a égide do Comando Operacional da Madeira, decorreu na Madeira, entre os dias 6 e 9 de Novembro o Exercício ZARCO 072, no âmbito das competências das FA's como Agente de Protecção Civil. Este Exercício envolveu a participação do Comando da Zona Marítima, o Comando da Zona Militar e do Destacamento Aéreo da Madeira com o emprego respectivamente do NRP "Cacine", meios e forças do Regimento de Guarnição Nº 3 articulados para este tipo de missões e do EH101 Merlin.



tos e Navegação Aérea da Madeira no âmbito da certificação ICAO do Aeroporto da Madeira; uma de apoio à montagem do Exercício e outra como Agente de Protecção Civil em apoio e socorro a um acidente grave.

- **FASE II:** Emprego de meios militares em resposta a pedidos do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros da Madeira em apoio e socorro das populações face a uma situação de catástrofe provocada por condições climáticas muito adversas.

O Exercício desenvolveu-se em duas fases:

- **FASE I:** Participação em duas vertentes das FA's no Exercício "Acidente à Escala Total" da responsabilidade da Empresa Aeropor-

O Exercício permitiu assim treinar os Comandos e Unidades sedeadas na Região Autónoma da Madeira nesta matéria, tendo os objectivos propostos sido sobejamente alcançados.

*(Colaboração do Comando Operacional da Madeira)*

## 84º ANIVERSÁRIO DA LIGA DOS COMBATENTES

● Em 20 de Outubro junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar teve lugar uma cerimónia Militar Comemorativa dos 84 Anos da Liga dos Combatentes que foi presidida pelo Presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama e na qual estiveram presentes as seguintes entidades:

- Ministro da Defesa Nacional, Prof. Dr. Nuno Severiano Teixeira

- Ministro da Defesa Nacional da República da Guiné- Bissau, Dr. Marciano Silva Barbeiro

- Presidente da Comissão de Defesa Nacional, Dr. Miranda Calha  
- Secretário de Estado da Defesa Nacional e Assuntos do Mar, Dr. João Mira Gomes

- General Chefe do Estado Maior do Exército, Gen Pinto Ramalho  
- Vice- Chefe do Estado Maior da Armada e Vice- Chefe do Estado Maior da Força Aérea.



Do programa constavam ainda os seguintes pontos:

A assinatura de um Protocolo com a República da Guiné- Bissau relativo à Conservação das Memórias (Recuperação de Locais/ Cemitérios onde estão inumados soldados portugueses sepultados naquele país), colocação de coras de flores na base do Monumento aos Combatentes pelos Mortos caídos pela Pátria, Renovação do Compromisso de

Defesa de Portugal por várias gerações de Combatentes e inauguração de exposições alusivas ao Aniversário da Liga no interior do Forte do Bom Sucesso.

Discursaram o Presidente da Direcção Central, General Chito Rodrigues e o Presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama, que proferiram aloquções alusivas à efeméride com palavras que emocionaram todos os Combatentes e familiares presentes.

## CERIMÓNIA DA "INVOCAÇÃO DA PAZ ENTRE AS NAÇÕES" 89º ANIVERSÁRIO DA ASSINATURA DO ARMISTÍCIO DA I GRANDE GUERRA

● Em 11 de Novembro realizou-se na Av<sup>a</sup> da Liberdade, junto ao Monumento aos Mortos da IGG a cerimónia comemorativa dos 89º anos da Assinatura do Armistício – Invocação da Paz entre as Nações.

Esta cerimónia foi presidida pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, Dr. João Mira Gomes tendo estado presentes várias entidades militares e civis, nomeadamente, o Chefe do Estado Maior da Armada, o Chefe do Estado Maior do Exército, o Chefe do Estado Maior da Força Aérea, o Embaixador da Bélgica em Portugal, representante do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas e muito público.

A assinatura do Armistício teve lugar numa carruagem de comboio, na floresta de Compiègne, a Nordeste de Paris às 11H00 do dia 11 de Novembro de 1918, estando presentes os representantes dos países aliados e da Alemanha

Era o fim da guerra e das suas terríveis consequências, com milhões de vidas arrancadas ou martirizadas na flor da idade, famílias



destruídas, países devastados, economias desfeitas e a pobreza emergir.

Em Portugal, foram mobilizados, mais de 107.000 homens, 6.000 ficaram feridos e mais de 7.000 sofreram as agruras dos campos de prisioneiros, 234 homens foram considerados desaparecidos, 9.000 ficaram incapazes para o serviço e cerca de 10.000 deram a vida pela Pátria.

Com a assinatura do Armistício celebramos, não apenas os nossos mortos caídos pela Pátria, no cumprimento do dever, mas

também os caminhos que a Sociedade das Nações pretende abrir e que continuam a ser ainda hoje abertos, na esperança de que o entendimento entre as Nações é possível e a Paz será uma realidade que o tempo não conseguirá apagar.

Foi feita uma invocação religiosa pelo Capelão – Chefe dos Serviços Religiosos da Marinha e uma deposição de flores por todas as Entidades e Associações de Combatentes.

*(Colaboração da Liga de Combatentes)*





# Intercepção, análise de sinais e guerra electrónica

## Soluções para intercepção, identificação e contra medidas electrónicas

Forças armadas, organismos governamentais e policiais com tarefas de segurança relevantes só poderão ser bem sucedidas se os seus equipamentos técnicos estiverem ao nível dos últimos desenvolvimentos. Sobreviver no "campo de batalha digital" é apenas possível através da utilização de uma tecnologia flexível. Apenas terá de ser o mais rápido e "inteligente" ao interceptar e analisar a multitude de sinais e informações para ter sucesso na era da guerra de informação.

"SIGINT torna-se digital" é a tendência. Todos os instrumentos e sistemas da Rohde & Schwarz estão em completa sintonia com esta tendência através da utilização maciça de processadores de

dados e de sinais extremamente rápidos para o processamento digital dos sinais e da utilização de hardware e software modulares inteligentes.

Assistimo-lo na resolução das suas tarefas complexas fornecendo todas as soluções para a pesquisa, detecção, análise e empastelamento de todos os sinais de comunicação de HF a SHF, bem como, os sinais "não-com". E isto para todos os tipos de métodos de modulação e transmissão. Quer seja voz, fax ou dados, sinais analógicos ou digitais, encriptação ou métodos LPI, tais como a agilidade de frequência ou a técnica de "spread spectrum" - nós temos a melhor solução.

Descubra mais:  
[www.rohde-schwarz.pt](http://www.rohde-schwarz.pt)



# ROHDE & SCHWARZ

Rohde & Schwarz Portugal, Lda · Alameda António Sérgio, 7 - R/C - A · 2795-023 Linda-a-Velha  
Tel. 21 415 57 00 · Fax 21 415 57 10 · e-mail: info@rspt.rohde-schwarz.com



## JOGUEMOS O BRIDGE

### Problema Nº 104

				<b>Norte (N):</b>							
				♠	♥	♦	♣				
				A	D	5	V				
				R	8	4	7				
				7	3	2	3				
				2							
								<b>Este (E):</b>			
				♠	♥	♦	♣				
				D	10	V	R				
				V	9	8	9				
				10	6	6	2				
				5							
								<b>Sul (S):</b>			
				♠	♥	♦	♣				
				9	R	A	A				
				6	5	R	6				
				3	4	D	5				
				9							

Todos vuln. S abre em 1ST e vai jogar o contrato natural de 3ST, recebendo a saída a ♣4. Analise as 4 mãos e escolha a linha em que gostaria de se sentar para marcar pontos para a sua coluna.

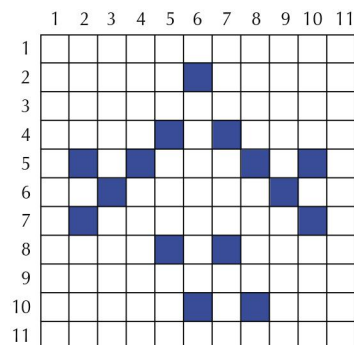
### SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 104

Se escolheu a linha N-S fez bem, pois o contrato é cumprível com as 4 mãos à vista. Vejamos o desenvolvimento: pela já aqui referida "regra dos 11" o carteador sabe que E tem 2 cartas de valor superior à da saída, pois existem 7 (11-♣4) e NS têm 5; não tendo cartas intermédias de interesse deverá jogar o V do morto para a hipótese de W ter saído com RD, E cobre com o R e S deixa fazer (se S jogasse pequena do morto, E jogaria o 9 mas nunca o R, pois as cartas prováveis em W assim o recomendavam tecnicamente); volta depois com o 9 e S faz então de A; joga os 4 ♦ e ♠AR perfazendo 7 vazas e chegando à seguinte posição a 5 cartas do fim: S - ♠3 ♥R54 ♣5, W - ♥AV7 ♣D10, N - ♠7 ♥D83 ♣3 e (E sem interesse), em que coloca a mão em W com o ♣; este faz os 2 ♣ e terá de jogar ♥ para as 2 últimas vazas que faltam a S para cumprir o contrato.

Nunes Marques  
CALMAN

## PALAVRAS CRUZADAS

### Problema Nº 387



**HORIZONTAIS:** 1 – Cidade e município do Rio Grande do Sul. 2 – Ave trepadora; opiar na barafunda. 3 – Dar com liberalidade. 4 – É quase Elisa; homem mau (fig). 5 – Salto brusco. 6 – Símb. quím. do cromo; verdadeiros; símb. quím. do estanho. 7 – Entoar; 8 – Rasto (inv); chefe lendário assírio, pai de Nino (cerca de 2000 a. C.). 9 – Dar a um estrangeiro os direitos de que gozam os nacionais. 10 – Rebocai; rezo. 11 – Chuvadas rápidas e breves.

**VERTICAIS:** 1 – Naturais de Valência ou Valença. 2 – Feito de bronze ou de cobre; folha fina de ferro. 3 – O mesmo que *arrabil*; parte giratória em torno do eixo, das máquinas eléctricas de indução. 4 – Deus da Mitologia grega, identificado com o Deus Marte dos Romanos; andar para trás. É quase nara; pronomo possessivo (inv); esteiro ou braço de rio. 6 – Amiga e conselheira de Péricles, nascida em Mileto, célebre pela sua beleza e pelo seu espírito. 7 – É quase polo; escudeiro; ensejo (pop). 8 – Pequena coluna sem capitel (inv); é quase sabiá. 9 – Voltar num banho de tinta (qualquer tecido ou meada); preparar alimentos pela acção do lume (inv). 10 – Irritai; poema de Byron. 11 – Relativo a sarmentos.

### SOLUÇÕES: PALAVRAS CRUZADAS Nº 387

**HORIZONTAIS:** 1 – Veranópolis. 2 – Arara; Opira. 3 – Liberalizar. 4 – Elis; S; Caim. 5 – N; L; Upa; R; E. 6 – Cr; Reais; Sn. 7 – I; Ressoar; T. 8 – Aloc; I; Belo. 9 – Naturalizas. 10 – Atoai; E; Oro. 11 – Sarrafuscas.

**VERTICAIS:** 1 – Valencianas. 2 – Eril; R; Lata. 3 – Rabil; Rotor. 4 – Ares; Recuar. 5 – Nar; Ues; Ria. 6. – O; Aspasia; F. 7 – Pol; Aio; Leu. 8 – Opic; Sabi; S. 9 – Lizar; Rezoc. 10 – Irai; S; Lara. 11 – Sarmentosos.

Carmo Pinto  
1TEN REF

## BANDA DESENHADA





# NOTÍCIAS PESSOAIS

## COMANDOS E CARGOS

### NOMEAÇÕES

● 1TEN FZ António Manuel Noro nomeado Comandante da Companhia de Apoio de Fogos, em substituição do CTEN FZ Luís Miguel Barroca Constante.

### RESERVA

● CMG Joaquim Nobre ● SMOR L Carlos Eduardo Vendeirinho dos Santos ● SCH M Francisco Gaspar Gonçalves.

### REFORMA

● CMG AN João José Vidal Marnoto ● CMG SEF Urbino Mendes Carreira ● CFR SES José da Rocha Madureira ● CFR OTS Nelson Ferreira Rodrigues ● SMOR H Gilberto Lopes do Nascimento Viegas ● SCH C João Baptista Simões ● SCH L António Marreiros Duarte Laranjeira ● SAJ M Manuel José Pereira ● SAJ CE Manuel Agostinho de Jesus Costa ● SAJ CM Mário José Carvalho

e Silva ● SAJ MQ Jorge Manuel de Jesus Brito ● 1SAR TF Joaquim Henriques Leitão Ferreira ● 1SAR T Fernando Ferreira Marques ● 1 SAR A Júlio José Dimas ● 1SAR M Idílio Gomes Pereira ● 1SAR M Eugénio Manuel Garcia Ribeiro ● 1SAT ETS Joaquim Jorge de Oliveira Francisco ● 1SAR ETS Nelson Ganchas André Ferreira ● CAB FZ Albano dos Santos ● CAB FZ José Alberto Lopes Quintas ● CAB A José Maria de Jesus Gomes Mota Vitória ● CAB TFH Alfredo Pereira Nunes da Graça ● CAB M José Monteiro da Silva ● CAB L António dos Santos Seixas ● CAB A José Augusto de Almeida Lemos.

## FALECIMENTOS

● CFR SEM REF Augusto Glória dos Santos ● 1TEN OTS REF António Paulo Sacadura ● 1TEN OTS REF Hermenegildo Nunes Cardoso ● SMOR SE REF António José Grola Gonçalves ● SAJ L Ref. António Augusto Teixeira de Oliveira ● SAJ T REF César António Xavier ● SAJ A REF José Martins de Pinho ● SAJ A RES João José Fernandes De Assunção ● SAJ CM REF António José Fernandes ● 1SAR TF REF José Pedro Garcias Doudinho ● 1SAR AUX REF Manuel Henriques de Carvalho ● CHEF.PM. REF Rui Oliveira Baptista ● MAQ. 2CLA REF Joaquim da Silva Fernandes Pimentel ● CAB PONTE AUX REF José Gaudinho Meira.

# CONVÍVIOS

## RADARISTAS E EX-RADARISTAS DA ARMADA

● No passado dia 1 de Dezembro efectuou-se o 5º Almoço de Confraternização dos Radaristas e ex-Radaristas da Armada

O almoço realizou-se no Clube Recreativo de Vale de Milhaços onde se reuniram cerca de uma centena de convivas entre militares, ex-militares e familiares. À semelhança de anos anteriores, militares da classe de Operações fizeram parte desta Confraternização. Para o ano há mais!



## MARINHEIROS DA BEIRA ALTA

● Decorreu no passado dia 8 de Dezembro o XXVII convívio de Marinheiros da Beira Alta na Mêda, tendo participado mais de 150 "Filhos da Escola" e seus familiares. O encontro foi ao fim da manhã



no largo do Município de Mêda, e às 12h foram recebidos no Salão Nobre da Câmara Municipal, tendo partido então para o almoço no restaurante da Quinta da Lameira Cruz, na Mêda. No próximo ano haverá convívio na mesma data 8DEZ08 em Mortágua.

## OFICIAIS DA ÚLTIMA GUARNIÇÃO DA ESCOLA DE ALUNOS MARINHEIROS CONFRATERNIZAM

● No dia 13 de Dezembro de 2007 em Alhandra e aproveitando também o aproximar da quadra natalícia, os Oficiais da última guarnição da Escola de Alunos Marinheiros que estava sedeadada no espaço físico do ex -Grupo Nº. 1 de Escolas da Armada reuniram-se para um encontro de convívio.

Desde o encerramento da EAM em Julho de 1996, que alguns destes oficiais não se encontravam. Por isso é de imaginar que o dia tenha sido pequeno para recordar tanta "História" e tantas "histórias".

Centenas e centenas de militares dos quadros da Marinha recordarão com nostalgia e apreço o ambiente de grande camaradagem mas também de grande profissionalismo que estes homens e tantos outros sempre emprestaram à EAM e consequentemente à Marinha.

Final, este foi o berço, foi o ponto de partida onde muitos iniciaram uma caminhada que os marcou para toda a vida.

É sempre muito bom quando encontramos tempo e disposição interior para, apesar das maleitas, reviver o passado sobretudo quando sabemos que ele também nos dignifica.

Ao CTEN Loureiro Patrão, alma deste evento, e a todos os outros, deixamos os agradecimentos para que com entusiasmo crescente continuem a promover estes "espaços" que também nos dão alegria ao espírito.

José Ilídio Costa  
CMG CAP



## "FILHOS DA ESCOLA" JAN 71

● No próximo dia 5 de Abril, os "Filhos da Escola" de Janeiro de 1971 vão comemorar o seu 37º Aniversário de ingresso na Armada, com um cruzeiro de barco no Douro, no percurso Régua/Pocinho, almoço servido a bordo, e regresso de comboio.

Os interessados podem contactar, até 25 de Fevereiro a Organização através dos seguintes contactos: SMOR A Rocha: Telefone Interno 326720/ 213945420 das 09.00h às 17.00h ou 96 4303823; CFR Mantas: 96 8835999



# Instalações da Marinha

## 2. EDIFÍCIO DAS INSTALAÇÕES NAVAIS DE ALCÂNTARA

**ANTECEDENTES.** O edifício que conhecemos por Instalações Navais de Alcântara (INA) e os mais antigos designavam por Quartel de Alcântara, alberga, actualmente, na maior parte da sua extensão, a Direcção do Serviço de Pessoal (DSP) e as Repartições respectivas.

Localizado na Praça da Armada, a construção do edifício, obra do Arquitecto José da Costa Sequeira, Professor de Arquitectura da Academia das Belas Artes, iniciada em 1845 apenas foi concluída em 1863. O imóvel destinou-se a servir de quartel ao Corpo de Marinheiros Militares, mais tarde designado por Corpo de Marinheiros da Armada Real e, em versão mais reduzida, simplesmente “Corpo de Marinheiros” que passou a ter ali o seu aquartelamento em 1857. O local de implantação corresponde ao do antigo Quartel de Cavalaria nº1 do Forte de Alfarrobeira, acrescido de parte da cerca das religiosas do convento contíguo – Convento do Sacramento – que o Ministério da Marinha obteve, mediante compensações e indemnizações adequadas.

Com o tempo várias modificações e melhoramentos foram realizados, umas e outros impostos ou aconselhados pelo progresso e pelas necessidades. Assim, em 1895, foi mandado construir um muro de suporte em volta da parada sul e aterrar o espaço fechado por esse muro até ao nível da dita parada e sob esta, construir um armazém abobadado, de 45 metros de comprimento e com fachada para a “rua” 24 de Julho. A 20 de Maio de 1895, efectuou-se um concurso público, tendo as obras sido realizadas pela Secção de Construções Civis do Conselho do Almirantado. Foi, igualmente, edificada uma casa abobadada, a oeste deste armazém, para servir de paiol de munições.

Data de 1922 a construção de oficinas, lavandaria e de um edifício destinado aos ensaios da Banda da Armada.

**SITUAÇÃO ACTUAL.** Até à segunda metade da década de 90 do século passado, acolheu o ex-Arquivo Geral da Marinha, que foi transferido para as instalações da extinta Fábrica Nacional de Cordoaria (FNC), na Junqueira, e o Depósito de Medicamentos e Apósitos, que se mudou para o edifício do antigo supermercado das Barrocas (ex-FNC), com a designação de Centro de Abastecimento Sanitário.

Em jeito de *visita guiada*, muito rápida, vamos percorrer o imóvel, a partir da entrada principal, na Praça da Armada: ainda no túnel e do lado direito, encontramos, no rés-do-chão, a Casa da Guarda e o Departamento de Apoio Geral (DAG); continuando pela direita, e já na ala poente, localiza-se a Repartição de Sargentos e Praças (RSP) e a Secretaria Central. Na ala sul situam-se algumas áreas de

apoio destinadas à guarnição (salas de estar, cantina, instalações sanitárias, etc.), seguindo-se, ainda na restante ala e em toda a ala nascente, o Centro de Recrutamento da Armada da Repartição de Recrutamento e Selecção. Regressando à fachada principal – ala norte – deparamo-nos com o Tribunal Marítimo.

No 1.º andar e seguindo no mesmo sentido, pela direita, encontramos, no lado poente da fachada principal, mais algumas instalações do DAG a que se seguem, áreas de apoio à RSP. A Repartição de Oficiais está sedeadada no lado poente da ala sul, enquanto que na zona central se localiza a Direcção do Serviço do Pessoal. Mais para leste e continuando pela ala nascente, está a Repartição de Recrutamento e Selecção a que se segue a Sala de Audiências que, actualmente, é usada, em exclusivo, pelo Tribunal Marítimo. De regresso à ala norte, deparamo-nos com as instalações do antigo Tribunal Militar de Marinha, extinto por força da Revisão Constitucional de 1997, mas que se manteve em funcionamento até Setembro de 2004 e em cujas salas podemos, agora, encontrar o Serviço de Comunicações e Sistemas de Informação.



A ala norte dispõe, ainda, de um 2.º andar onde se localizam, a Repartição de Militarizados e Civis, a poente, e a Repartição de Reservas e Reformados, do lado nascente.

Durante as obras de remodelação que antecederam a instalação da DSP em 1997/98, as lajes de esteira das alas norte e sul foram calculadas e construídas para sobrecargas de 500kg/m<sup>2</sup>, a fim de permitir a instalação, nesses sótãos, dos arquivos da Direcção e das diversas Repartições. Nas caves, por seu lado, estão localizados os alojamentos e vestiários da guarnição.

A nascente do edifício principal, que temos vindo a visitar ao longo destas linhas, encontramos um edifício de construção mais recente, onde estão instalados o Laboratório de Análises Fármaco – Toxicológicas da Marinha e um alojamento para candidatos ultimamente construído. Um pouco mais à frente, situam-se algumas áreas de apoio à DAG.

A poente, e de norte para sul, podemos encontrar a Messe, o Edifício-Sede da Banda da Armada e o antigo Paiol de Fardamento, que, actualmente, abriga o Gabinete de Fotografia e a Secretaria da Ordem, uma barbearia, um ginásio e vestiários. Mais a sul, localiza-se o Serviço de Transportes, com a sua garagem e oficina.

Por baixo da parada das INA, localizam-se, como anteriormente referido, um grande armazém, dividido por quatro naves, e a poente deste, uma casa abobadada, de menor dimensão.

(Colaboração da DI)



# *Instalações da Marinha*

## **2. EDIFÍCIO DAS INSTALAÇÕES NAVAIS DE ALCÂNTARA**



Foto Esquadilha de Helicópteros